

Seminário sobre agitação e propaganda

APOSTILA 4

A III Internacional, Trotsky e o Programa de Transição

Janeiro/fevereiro de 2020

Sumário

Parte 1 – O debate na III Internacional

As origens do programa de transição na Internacional Comunista (Daniel Gaido)	5
Teses sobre Tática (3º Congresso da IC)	14
O programa da Internacional e dos partidos comunistas (4º Congresso da IC)	18
Esquerdismo, doença infantil do comunismo: Capítulo 10 (V. I. Lenin).....	30

Parte 2 – A experiência dos bolcheviques

Sobre a revisão do programa do partido (V. I. Lenin)	34
A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la (V. I. Lenin)	37

Parte 3 – Trotsky e o Programa de Transição

Um programa de ação para a França	61
A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional:	
Programa de Transição	71
Somos a IV Internacional	81
Discussões com Leon Trotsky sobre o Programa de Transição	82
Classe, Partido e Direção.....	89

Apresentação

*Como é que faz pra sair da ilha?
Pela ponte, pela ponte
A ponte não é de concreto, não é de ferro
Não é de cimento
A ponte é até onde vai o meu pensamento
A ponte não é para ir nem pra voltar
A ponte é somente pra atravessar
Caminhar sobre as águas desse momento*

Lenine

Os textos agrupados nesta apostila tentam construir uma aproximação do que entendemos hoje por programa de transição, desde a origem deste debate até a sua formulação teórica por Trotsky no texto programático para a conferência de fundação da IV Internacional em 1938.

O debate sobre as palavras de ordem transitórias tanto a sua incorporação no programa – na agitação e na propaganda – quanto a sua utilização pelos partidos da Internacional, começou a ser construído, assim como o seu marco teórico, nos 2º, 3º e 4º congressos da III Internacional ou, antes disso, no debate sobre atualização programática do Partido Bolchevique. Tudo indica que Trotsky deu continuidade a um processo de elaboração interrompido pela burocracia stalinista depois do 4º congresso.

Os textos sobre a origem do debate integram a Parte 1 desta apostila. Eles agrupam materiais do 2º Congresso (*Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, de Lenin) e o “Informe sobre as questões de tática”, feito por Radek no 3º Congresso, e sua vinculação com a estratégia, dando continuidade ao texto de Lenin apresentado ao 2º Congresso. É no informe de Radek que aparece o termo “transitório” de forma explícita na discussão.

O debate sobre programa do 4º Congresso¹ está centrado justamente na discussão de utilização ou não das palavras de ordem transitórias no programa, ou seja, já com o termo incorporado pela internacional. Por isso, esses dois textos iniciam a recompilação dos textos históricos, e o de Lenin, feito para o 2º Congresso, está no final desse bloco.

Os textos relacionados à experiência bolchevique, que está no centro do debate na III Internacional, não estão dispostos em ordem cronológica. Iniciamos com o artigo de Lenin feito em outubro de 1917 sobre a revisão do programa do partido e sua polêmica com Bukharin (citado por Thalheimer nos debates do 4º Congresso). A incorporação ou não das reivindicações mínimas no programa do partido é um dos centros do debate entre os bolcheviques e, depois, do texto de setembro de 1917 (*A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*), apesar de existirem textos anteriores que fixam as palavras de ordem de transição, depois da conferência de abril, na qual foi definida a estratégia do partido.

Os textos posteriores de Trotsky foram dispostos em ordem cronológica. O primeiro texto (*Um programa de ação para França*) é apontado como a primeira versão (concentrada

¹ Fizemos um recorte no texto para centrar no tema de nosso estudo e enviamos o texto completo no material de leitura complementar.

em um país) do texto escrito e adotado pela conferência de 1938 (*A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*), mais conhecido como *Programa de Transição*. Ambos guardam uma profunda semelhança com o texto de Lenine de setembro de 1917. Além destes, agregamos as discussões entre membros do SWP dos Estados Unidos com Trotsky e trechos do artigo sobre as causas da derrota do proletariado na revolução espanhola (*Classe, partido e direção*).

O estudo dos textos nos permite fazer uma aproximação da origem do conceito das chamadas palavras de ordem transitórias até a sua construção teórica desenvolvida depois por Trotsky. Isso obviamente implica numa relação sobre o tema da consciência de classe; da relação entre palavras de ordem e programa; sua relação com a conjuntura – a intervenção imediata – e com a estratégia do partido.

Boa leitura!

PARTE 1

O debate na III Internacional

As origens do programa de transição na Internacional Comunista

Daniel Gaido²

Introdução

Em um artigo anterior, assinalamos que a tática de frente única, plasmada nas “Teses sobre a unidade da frente proletária”, adotadas pelo Quarto Congresso da Internacional Comunista (AA.VV. 1973, p. 191-200), originou-se numa iniciativa do líder do KPD Paul Levi conhecida como a “Carta aberta” da Central do Partido Comunista Unificado da Alemanha de 8 de janeiro 1921 (Gaido, 2014). Neste artigo, mostraremos que o método de demandas transicionais se originou no Partido Comunista da Alemanha (Kommunistische Partei Deutschlands, KPD) no período imediatamente posterior à expulsão de Paul Levi, após sua crítica ao *putsch* conhecido como a “Ação de Março” de 1921 (ver Paul Levi, “Nosso Caminho: contra o putschismo”, em Fernbach 2011, p. 119-165). Segundo o historiador principal da revolução alemã, Pierre Broué:

Foi a iniciativa dos trabalhadores metalúrgicos de Stuttgart em sua luta contra o social-democrata de esquerda Disssmann que inspirou a Carta Aberta de janeiro de 1921. Aqui encontramos pela primeira vez nitidamente formulada a política de frente única dos trabalhadores. Foi aplicada na Rússia em 1917, mas ainda não era uma parte integral da doutrina bolchevique, e foi a luta para organizar a frente única dos trabalhadores, comunistas e não comunistas igualmente, na Alemanha, que levaria ao surgimento, primeiro nos debates da Internacional e depois em seu programa, a ideia de consignas e reivindicações transicionais, cujo objetivo era preencher, no arsenal da teoria comunista, o lugar que tinha ficado vazio pelo colapso da velha separação entre programa máximo e mínimo, separação que se remontava ao Programa de Erfurt do SPD de 1891. (Broué, 2005, p. 855, ênfase minha)

O Terceiro Congresso da Internacional Comunista (22 junho – 12 julho 1921)

O Terceiro Congresso da Internacional Comunista centrou seus debates na tentativa de *putsch* conhecida como a “Ação de Março”³ na Alemanha, como a excepcional edição inglesa das minutas do congresso de John Riddell deixa evidente (Riddell, 2015). No curso dos debates, Lenin e Trotsky, com a ajuda dos delegados da minoria alemã encabeçada por Clara

² GAIDO, Daniel. “Los orígenes del Programa de Transición en la Internacional Comunista”. Em: *Revista Izquierdas*, nº 23, abril 2015, IDEA-USACH, pp. 191-214.

³ Em Março de 1921, o Partido Comunista Alemão (KPD) chama uma insurreição precipitada na Alemanha Central – a chamada *Märzaktion* [Ação de Março]. O governo responde com uma forte repressão nas fábricas desarmando os operários. O KPD convoca uma greve geral nacional e a derrubada do governo que fracassa. Aproximadamente 2.000 trabalhadores foram mortos na luta e na violenta repressão posterior. A derrota sangrenta levou a uma crise no partido. [Esta nota não figura no texto original]

Zetkin, conseguiram tirar a Internacional de seu curso ultraesquerdista anterior, conhecido como “teoria da ofensiva”, que contava inicialmente com o apoio da maioria dos delegados, incluindo Zinoviev, Bukharin, Béla Kun, Karl Radek e August Thalheimer.

O congresso reorientou o trabalho da Internacional a ganhar o apoio da maioria da população para o Partido Comunista antes de lançar uma insurreição, uma estratégia que foi resumida no lema do congresso: “Às massas!” O preço que os dirigentes bolcheviques tiveram de pagar por essa orientação da estratégia da Internacional foi um acordo pelo qual o congresso declarou a “Ação de Março” (como resultado disso, a Internacional perdeu 200.000 trabalhadores no coração industrial da Europa) como um “passo adiante” (Adler, 1980, p. 290), ainda que em termos bem mais incoerentes.⁴ A tática da frente única, por sua vez, foi resgatada ao preço de sacrificar a pessoa que originalmente a desenvolveu, Paul Levi (Gaido, 2014).

Quanto às reivindicações transitórias, a seção quinta das “Teses sobre tática”, adotadas pelo Terceiro Congresso, intituladas “Combates e reivindicações parciais” (o original em alemão diz “demandas parciais”: *Teilforderungen*), declarava:

Em lugar do programa mínimo dos reformistas e centristas, a Internacional Comunista propõe a luta pelas necessidades concretas do proletariado, por um sistema de reivindicações que em seu conjunto destruam o poder da burguesia, organizem o proletariado e constituam as etapas da luta pela ditadura proletária, cada uma das quais, particularmente, seja expressão de uma necessidade das grandes massas, ainda que essas massas todavia não se localizem conscientemente no terreno da ditadura do proletariado (AA.VV., p. 45, citação alemã tomada de *Kommunistische Internationale 1921*, p. 6).

E no Informe sobre tática e estratégia, Radek afirmou:

Camaradas, damo-nos conta de que os partidos comunistas têm que comparar o que estão fazendo neste campo e trocar suas experiências. Até agora, isto não foi feito. Até o momento, os partidos não apresentaram seus programas à Internacional Comunista, e o intercâmbio de experiências de agitação e de organização entre nós foi bastante limitado. Quando este intercâmbio ocorrer, isto nos permitirá criar um sistema concreto de ações e demandas transicionais (*ein konkretes System dieser Aktionen und Übergangsforderungen*). Seu traço característico é que não têm como objetivo reformar o capitalismo, mas fortalecer a luta contra o capitalismo. Este não é o programa mínimo dos social-patriotas. Também não é um programa específico com relação ao que nossa ditadura vai fazer no dia de sua vitória. Compreende todas as demandas que mobilizam às massas para a luta por esta ditadura (Riddell 2015, citação alemã em *Kommunistische Internationale 1921*, p. 479).

A expressão reaparece no informe de Radek à Comissão de Tática e Estratégia: “O conteúdo das medidas transicionais (*Übergangs maßregeln*) como etapas na luta pela ditadura do proletariado” (Riddell, 2015, citação alemã tomada de *Kommunistische Internationale 1921*, p. 912). Assim, no Terceiro Congresso vemos o conceito de um Programa de Transição ainda em estado fluído. Faz-se referência a ele na velha terminologia como um sistema de “demandas parciais” (*Teilforderungen*) para o período de transição (*Übergangs periode*) e na nova nomenclatura como um programa de demandas ou “medidas transicionais” (*Übergangs forderungen o Übergangs maßregeln*).⁵

⁴ “O debate sobre a tática e a estratégia, o seguinte na ordem do dia, prolongou-se durante cinco sessões. O extenso informe de Radek, apresentado em 30 de junho, avaliou a “Ação de março” como um “passo adiante”, acompanhado por erros que, caso se repetissem, levariam a “derrotas ainda maiores”” (Riddell 2015).

⁵ Rosa Luxemburgo já tinha empregado a expressão “medidas transicionais em direção ao socialismo” (*Übergangs maßregeln im Sinnedes Sozialismus*) em seu panfleto de 1899, “Reforma Social ou Revolução”, mas para se referir às medidas que seriam adotadas pelo proletariado após a tomada do poder.

A comissão do programa

Em 11 de junho de 1922, um Comitê Executivo ampliado da Internacional Comunista assinou que seus partidos membros maiores ainda não tinham adotado programas. Estabeleceu-se uma comissão de trinta e três membros procedentes de quinze países para ajudar nessa tarefa. A comissão do programa incluía os cinco dirigentes do PC russo assignados ao trabalho da Internacional (Lenin, Trotsky, Zinoviev, Bukharin e Radek), além de Clara Zetkin, August Thalheimer e Ernst Meyer do KPD. Zinoviev pensava que a comissão poderia apresentar um projeto de programa para o Quarto Congresso. Essa esperança não se cumpriu, mas a consideração de um programa da Internacional Comunista e seus principais partidos membros seria um dos pontos importantes da agenda do congresso.

Quando a Comissão de programa se reuniu em 28 de junho de 1922, surgiram diferenças sobre o alcance apropriado de um programa da Comintern. Bukharin opôs-se a incluir no programa reivindicações transicionais, como o governo dos trabalhadores (*Arbeiterregierung*, isto é, um governo de coalizão com partidos operários reformistas, em particular o Partido Social-democrata, como uma etapa para a ditadura do proletariado) e a frente única, que ele via como assuntos táticos. Em resposta, Bohumír Šmeral do PC tchecoslovaco argumentou que o programa devia abarcar a tática e a linha de ação dos comunistas durante um período transicional possivelmente prolongado antes da revolução. Clara Zetkin, do KPD, disse que o programa tinha que ser “suficientemente amplo para abarcar todo o necessário para a situação dada” (Riddell, 2015, p. 35).

O debate programático em *Die Internationale Kommunistische*

Os projetos de programa dos partidos comunistas nacionais disponíveis para a discussão no Quarto Congresso da Internacional Comunista foram publicados finalmente em dois números de *Die Kommunistische Internationale*, o órgão do Comitê Executivo da Internacional Comunista, de setembro a novembro de 1922 (Nº 22-23).

O nº 22 de *Die Kommunistische Internationale*, publicado em 13 de setembro de 1922, incluía três itens sob a epígrafe *Diskussion zur Frage des Programms der Kommunistischen Internationale*: um artigo de Varga sobre “Como deveria ser redigido o programa da Internacional Comunista?”, que polemizava contra a negativa de Bukharin de incluir questões “táticas” no programa; um artigo do líder comunista tchecoslovaco Bohumír Šmeral intitulado “Sobre a discussão programática”; e finalmente outro artigo escrito pelo francês Charles L. Rappoport intitulado “Pensamentos sobre o Programa”.⁶

Dessas três contribuições, a melhor, bem como a mais relevante para nosso tema foi a de Bohumír Šmeral, que dirigia um dos maiores partidos comunistas do mundo⁷. Šmeral argumentou que o programa deveria incluir demandas concretas que os partidos comunistas individuais considerassem como as mais importantes para sua “luta imediata” e acrescentou:

Esta parte do programa será a expressão do que já é o conteúdo da prática geral dos partidos comunistas. A prática de unir-se à luta diária das massas por reivindicações parciais e convertê-las no

⁶ Eugen Varga, “Wie soll das Programm der Kommunistischen Internationale beschaffen sein?”, *Die Kommunistische Internationale*, nº 22, 13 de setembro de 1922, pp 80-84; Bohumír Šmeral, “Zur Programmdiskussion”, *ibid.*, pp. 84-92; Charles L. Rappoport, “Gedanken über das Programm”, *ibid.*, pp. 92-96. Cf. o comentário de Bukharin: “Quanto ao artigo do camarada Rappoport, apesar de meus melhores esforços, não tenho sido capaz de encontrar nenhum tipo de sentido” (Riddell, 2015, p. 500).

⁷ Segundo Broué: “Le PC tchécoslovaque comptait alors plus de 130.000 membres, dont presque 90% d’ouvriers d’industrie” [“O PC tchecoslovaco contava então mais de 130.000 membros, cujos quase 90% de operários industriais”] (Broué, 2005, p. 372).

ponto de partida para um novo aumento na atividade das massas proletárias recebeu seu primeiro estímulo com a Carta Aberta da Alemanha. Um passo mais em seu desenvolvimento foi a Frente Única. No programa, esta prática deve ser perfeitamente planejada e elaborada sistematicamente. Dessa maneira, o Congresso estabelecerá o plano de ação dos partidos comunistas no período de transição, até o momento do confronto decisivo para a tomada direta do poder (Šmeral 1922, p. 87).

Então Šmeral explicou como se originou a ideia de reivindicações transicionais:

Nossa prática de partir das demandas parciais concretas do dia a dia começou a formar-se empiricamente. Demos por certo que devemos tomar parte nas lutas da classe operária contra a ofensiva do capital, pela jornada de oito horas, contra a redução dos salários, pelo direito de associação. É preciso transferir nossa atividade a outras áreas, devemos avançar nas demandas que não são nossas demandas programáticas máximas, mas demandas para o período de transição, para o período de existência dos estados democráticos, demandas concretas no âmbito dos impostos e do orçamento do estado, do poder judicial, da administração pública, do fornecimento de alimentos, dos direitos civis? Todas estas questões estão agora colocadas agudamente na vida política prática da Alemanha. Em minha opinião, estas reivindicações transicionais poderiam e deveriam ser formuladas em partes específicas do programa. Quanto às questões fiscais, certamente, as teses em questão já foram preparadas pelo Executivo [Varga 1921], e a mera consequência lógica exige também que as outras questões, incluindo as relacionadas com o avanço da reação, sejam incluídas como demandas de transição em uma parte especial do programa comunista (Šmeral 1922, p. 88).

Inclusive as velhas demandas democráticas do programa de Erfurt tinham adquirido um novo significado revolucionário, porque o capitalismo decadente era incapaz de satisfazê-las. O ponto principal, no entanto, era a forma como os partidos comunistas propunham essas demandas: “O objetivo de nossas demandas parciais, inclusive daquelas que são quase idênticas às demandas anteriores da social-democracia, é que para nós não são o caminho à democracia, mas o caminho da democracia à ditadura do proletariado” (Šmeral 1922, p. 92).

O exemplar pré-congresso de *Die Kommunistische Internationale* (nº 23, 1º de novembro de 1922, p. 114-155), de novo sob a epígrafe *Diskussion zur Fragedes Programms der Kommunistischen Internationale*, incluía os projetos de programa dos partidos comunistas da Itália e da Alemanha, as críticas do Comitê Executivo da Internacional Comunista ao projeto do PC italiano, além das contribuições à discussão feitas por Varga, Thalheimer e Wera Kostrzewa do PC polonês sobre a questão agrária⁸. A contribuição principal desse ponto de vista do desenvolvimento de um programa de transição foi o artigo de August Thalheimer “Sobre o Programa Comunista”, que aparece como Adendo I do presente artigo (Thalheimer 1922).

O projeto de programa do PC de Alemanha (15 de out. 1922)

Na revista *Die Kommunistische Internationale*, o texto de Thalheimer aparece como introdução ao “Programa do Partido Comunista da Alemanha (seção da Internacional Comunista) (rascunho)” (KPD 1922). A Central do KPD tinha considerado que o partido requeria um novo programa, que se basearia na experiência dos anos 1919 a 1923 e substituiria o programa da Liga Espartaquista, aprovado no Congresso Fundacional do partido. Uma comissão especial que compreendia August Brandler, Wilhelm Koenen, Ludwig, Zetkin e August Thalheimer foi encarregado de redigir. O projeto foi apresentado ao Comitê Central nos dias 15-16 de outubro de 1922 e aprovado por 24 votos contra 23, com o voto contrário da (ultra) esquerda liderada por Ruth Fischer e Arkadi Maslow, que o considerava um documento opor-

⁸ Eugen Varga, “Entwurf des theoretischen Teils des Programms der KI (Die Nachkriegszeit)”, *Die Kommunistische Internationale* (1º novembro de 1922), nº 23, pp. 114-117; August Thalheimer, “Zur Kommunistischen Programm”, *ibid.*, pp. 118-122; “Programm der Kommunistischen Partei Deutschlands (Sektion der Kommunistischen Internationale) (Entwurf)”, *ibid.*, pp. 122-142; Das Präsidium des Exekutivkomitees der Kommunistischen Internationale, “Zum Programmentwurf der Kommunistische Partei Italiens”, *ibid.*, pp. 142-146; Wera Kostrzewa, “Thesen zur Agrarfrage”, *ibid.*, pp. 146-155.

tunista e revisionista. Os líderes do partido depois acordaram em apresentar o projeto de programa para discussão à Internacional Comunista (Broué 2005, p. 648).

O projeto de programa do Partido Comunista da Alemanha começava com uma seção dedicada ao “Auge e decadência do capitalismo”, que incluía as subseções “A era do imperialismo”, “A Guerra Mundial”, “Os tratados de paz imperialistas”, “A era da revolução mundial” e “A crise do capitalismo”. A seção II, que trata de “A conquista do poder político”, incluía as subseções “O proletariado como potência ativa e classe dirigente da revolução socialista”, “O papel do Partido Comunista e sua relação com os sindicatos, as cooperativas e outras organizações proletárias”, “O papel da violência”, “A democracia burguesa” e “A ditadura do proletariado”. A parte mais relevante para efeitos do presente artigo era o inciso VI, intitulado “Medidas transicionais antes da conquista do poder político” (*Übergangs maßregeln vor Eroberung der politischen Macht*).

Após assinalar a incompatibilidade entre os conselhos de delegados operários (*Räte: soviets*) e o parlamento, o projeto de programa argumentava que a transição de um sistema de governo a outro estaria marcada por um período de duplo poder. O Partido Comunista teria que contrapor a coalizão de governo burguês-socialista com a consigna da frente única dos partidos da classe operária, cuja condição era a plena liberdade de crítica e de propaganda e a independência organizativa incondicional do KPD. A esta etapa corresponderia a consigna de “governo operário” (*Arbeiterregierung*, isto é, uma coalizão do Partido Comunista com os partidos operários reformistas), cuja função principal seria o armamento do proletariado e o fortalecimento dos conselhos. Esse governo operário implementaria “uma série de medidas econômicas e financeiras revolucionárias”:

Estas medidas transicionais ainda operam formalmente no marco do regime burguês de propriedade, das relações de produção e do sistema financeiro burguês, mas na realidade são já intervenções do poder estatal proletário, constituído como um governo dos trabalhadores, que limita de maneira consciente e desapiedada o direito dos capitalistas a dispor de seus bens e o afã de lucro capitalista, em interesse e em benefício do proletariado e das massas trabalhadoras mais amplas (KPD 1922, p. 140).

O projeto de programa depois listava uma série de medidas econômicas transicionais que seriam levadas a cabo por um governo dos trabalhadores, como o confisco dos valores reais na Alemanha (uma demanda relacionada à depreciação do valor do marco) e a participação majoritária do Estado em todas as empresas; a sindicalização ou trustificação da indústria sob controle dos trabalhadores através dos comitês de fábrica; a abolição do segredo bancário, industrial e comercial; o estabelecimento de um monopólio estatal do fornecimento de alimentos e a introdução do racionamento sob controle operário; e o monopólio estatal do comércio exterior e do sistema bancário sob controle operário, exercido sobretudo pelos empregados de banco.

Todas estas medidas de transição – mesmo que formalmente ainda no marco da propriedade burguesa – de fato já estão na realidade em forte contradição com os interesses da classe capitalista e só podem ser implementadas mediante a luta mais aguda e mais ampla contra a burguesia. A resistência amarga e sistemática da burguesia naturalmente forçará o governo dos trabalhadores, finalmente, a ir além destas medidas semicontraditórias. Em lugar do confisco parcial da propriedade burguesa e a mera restrição do direito capitalista a dispor dela, tal governo se verá obrigado a abordar a abolição completa da propriedade burguesa sobre os meios de produção (incluindo as matérias-primas) e a abolição total do direito de propriedade capitalista (KPD 1922, p. 140).

Finalmente, os dois últimos capítulos do projeto de programa do KPD tratavam de “A transformação do capitalismo em uma ordem econômica socialista” e das tarefas internacionais do partido.

O IV Congresso da Internacional Comunista (5 de novembro a 5 de dezembro de 1922)

A discussão no IV Congresso sobre o programa abriu-se com os informes de Bukharin e Thalheimer, que apresentavam os dois pontos de vista contrapostos existentes no CEIC. Bukharin condenou a ideia de que “questões táticas como o confisco dos valores reais na Alemanha, a tática de frente única ou a questão do governo operário deversem ser incluídas também no programa” e agregou que Šmeral estava equivocado “quando, junto com Varga e Radek, pedia que essas questões, como a do “governo dos trabalhadores” e a “Carta Aberta”, fossem incluídas no programa” (Riddell 2011, p. 497, 500).

Thalheimer, pelo contrário, sustentou que “a questão das medidas transicionais, as demandas por etapas ou como queiram chamar, antes da conquista do poder”, era “a questão central para a redação vitoriosa do programa, tanto em nível geral quanto em termos das partes individuais” (Riddell 2011, p. 504), ainda que imediatamente tenha procedido a estragar seu argumento acrescentando uma crítica luxemburguista da teoria do imperialismo de Lenin (sobre este tema, ver Gaido e Quiroga 2013). Apoiado por Radek, Thalheimer considerou como “um grave erro” a separação dos “princípios táticos dos outros princípios e objetivos”, o que abria as portas a uma queda ao reformismo (Riddell 2011, p. 510). Thalheimer insistiu na necessidade de “estabelecer diretrizes táticas” das quais “todas as demandas individuais específicas pudessem ser derivadas de maneira segura e sem ambiguidades”, mencionando entre os “temas de transição” que deviam ser incluídos num programa comunista “a questão do controle da produção, do capitalismo de estado, das diretrizes para cada partido sobre a política fiscal e financeira” (Riddell 2011, p. 515).

Três dias mais tarde, Bukharin leu uma breve declaração da delegação russa que, em essência, respaldava a posição Thalheimer-Radek. Dizia o seguinte:

Tendo em conta que o debate sobre a maneira de formular demandas transicionais e sobre onde colocá-las no programa deu uma impressão totalmente errônea de um desacordo em princípio, a delegação russa confirma por unanimidade que não pode ser considerado como oportunismo incluir demandas de transição nos programas das seções nacionais nem formulá-los em termos gerais e motivá-los teoricamente na parte geral do programa. Representando a delegação da Rússia: Lenin, Trotsky, Zinoviev, Radek, Bukharin (Riddell 2011, p 631.).

Logo os delegados adotaram, contra o voto da delegação italiana (que representava os pontos de vista sectários da tendência de Bordiga), uma “Resolução sobre o Programa”, que instava “as seções nacionais da Internacional Comunista que ainda não contam com programas nacionais” a “começar a trabalhar neles imediatamente para que possam ser apresentados ao Executivo no mais tardar três meses antes do V Congresso, com a finalidade de serem aprovados pelo próximo congresso” (este material foi publicado finalmente em *Kommunistische Internationale*, 1924). Os três últimos pontos da resolução, que se ocupavam especificamente da questão das demandas de transição, diziam o seguinte:

- 3) Os programas das seções nacionais devem motivar clara e decisivamente a necessidade de lutar por demandas transicionais (*Übergangsforderungen*), com a condição de que estas demandas se derivem das condições reais do momento.
- 4) O programa geral deve proporcionar definitivamente um marco teórico para todas as demandas transicionais ou parciais (*Übergangs-oder Teilforderungen*). Ao mesmo tempo, o IV Congresso condena energicamente as tentativas de descrever como oportunismo a inclusão de demandas transicionais no programa, bem como as tentativas de empregar as demandas parciais para ocultar ou suplantar nossas tarefas revolucionárias fundamentais.
- 5) O programa geral deve representar claramente as variantes históricas básicas de demandas transicionais (*Übergangsforderungen*) propostas pelas seções nacionais, correspondente às diferenças fundamentais para a estrutura econômica e política de cada país, por exemplo na Grã-

Bretanha em contraposição com a Índia, etc. (Riddell 2011, p. 632, citá-las em alemão foram tomadas de Lenin 1922b, p. 450-451).

O IV Congresso da Internacional Comunista foi também a ocasião para a formulação do projeto de programa de transição de Radek. Segundo Pierre Broué, “Radek redigiu algumas observações preliminares para os delegados” que “originalmente não estavam destinadas para publicação, mas que terminaram aparecendo em *Bulletin communiste*, nº 14, 5 de abril de 1923, p. 126-8, sob o título “La question du programme de l’IC”. Radek “sugeriu que se redigisse um programa de transição. Este estabeleceria consignas que contribuiriam para mobilizar as massas trabalhadoras na perspectiva da luta pela ditadura do proletariado” (Broué 2005, p. 648-650 e nota 1). Este documento foi incorporado como Adendo II ao presente artigo.

Do IV congresso da Internacional Comunista (1922) à conferência de fundação da IV Internacional (1938)

A Oposição de Esquerda ao regime stalinista, que surgiu originalmente em 1923 como oposição à “troika” Zinoviev-Kamenev-Stalin (ver os documentos em Jeffries 1975), recebeu uma articulação programática definitiva em os “onze pontos” da Oposição de Esquerda de dezembro de 1932. No plano teórico, a Oposição de Esquerda pensava que o legado da Internacional Comunista não provinha por completo de Lenin e que não se devia buscar tudo em seus escritos. Considerava errôneas as decisões adotadas pelo quinto e sexto congresso e queria reescrever o programa escrito por Bukharin aprovado no sexto congresso. Portanto, sua base programática eram as resoluções adotadas pelos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. Em nome da independência necessária do partido operário, a Oposição de Esquerda condenava como oportunista a política levada a cabo na China frente ao Kuomintang, a manutenção do Comitê Sindical Anglo-Russo depois da derrota da greve geral de maio de 1926, bem como os “partidos operários e camponeses”. Em nome do caráter internacional da revolução proletária, rechaçava a teoria da “construção do socialismo num só país” e seus corolários, como “bolchevismo nacional”. Abordava a “questão russa”, a teoria da “construção do socialismo num só país”, como uma questão de classe, como a refração no mundo soviético da luta de classes internacional. Considerava a URSS como um Estado operário degenerado que precisava ser defendido contra o imperialismo. Condenava a política econômica de Stalin como um todo, em todas as suas variantes e em todas suas formas – tanto o oportunismo dos anos 1923-1928 (não a NEP por si só, como o faria mais tarde Che Guevara) quanto o aventureirismo econômico da industrialização e a coletivização forçada a partir de 1928. Como Lenin, a Oposição de Esquerda se pronunciava por uma presença ativa nas organizações de massas, principalmente nos sindicatos reformistas, e denunciava o papel nefasto dos “sindicatos vermelhos”. Rechaçava a fórmula da “ditadura democrática dos operários e camponeses” que a Internacional Comunista propunha no lugar da “ditadura do proletariado”. Retomando as fórmulas de Lenin sobre a frente única operária, a oposição condenava sua interpretação como “frente única por baixo”, bem como a pseudoteoria do stalinismo a respeito da transformação da social-democracia em “social-fascismo”. Contra o controle dos partidos comunistas pela burocracia stalinista, afirmava que era necessário a restauração da democracia no partido. Finalmente, advogava pelo uso de consignas de transição para que as massas aprendessem por sua própria experiência, em particular das consignas democráticas. A seção sétima dos “onze pontos” dizia o seguinte:

Reconhecimento da necessidade de mobilizar as massas mediante consignas transicionais que correspondam à situação concreta de cada país e, em particular, mediante consignas democráticas

quando se trate de lutar contra as relações feudais, a opressão nacional ou a ditadura imperialista descarada em suas diversas variantes (fascismo, bonapartismo etc.). (Trotsky 1932)

Os “onze pontos” da Oposição de Esquerda foram escritos em dezembro de 1932. A ascensão de Hitler ao poder em janeiro de 1933 como resultado da desastrosa política ultraesquerdista conhecida como “terceiro período”, bem como a falta de debates no seio da Internacional Comunista sobre as causas dessa derrota, conduziram Trotsky a propor a necessidade de construir um novo partido mundial da revolução socialista. Em 15 de julho de 1933 Trotsky escreve o artigo “É necessário construir novos partidos comunistas e uma nova Internacional” e, em 26 de agosto de 1933, publica a “Declaração dos Quatro: Sobre a necessidade e os princípios de uma nova Internacional”, assinada por O. Bauer, pela Oposição de Esquerda Internacional, J. Schwab, pelo Partido Socialista Operário da Alemanha (SAP), Peter J. Schmidt, pelo Partido Socialista Independente da Holanda (OSP), e Henricus Sneevliet, pelo Partido Socialista Revolucionário da Holanda (RSP) (Trotsky 1933). Essa iniciativa não prosperou devido à heterogeneidade política dos assinantes (Sneevliet apoiaria a política de colaboração de classes conhecida como frente popular na Espanha), motivo pelo qual o lançamento da nova organização internacional seria postergado ainda por cinco anos.

Entretanto, o método das demandas transicionais foi codificado por Trotsky em seu “Programa de ação para a França” de junho de 1934, que foi desenhado para proporcionar conteúdo político e objetivos à proposta de frente única contra o fascismo, depois que uma demonstração armada de grupos fascistas e reacionários derrubasse o governo radical de Édouard Daladier e o substituísse pelo governo “forte” de Gaston Doumergue (Trotsky 1934a). No panfleto *Aonde vai França?*, escrito em fins de outubro de 1934, Trotsky descreveu o “Programa de ação para a França” como um projeto de um programa de transição:

A luta pelo poder deve partir da ideia fundamental de que, embora seja possível opor-se a um agravamento futuro da situação das massas no terreno do capitalismo, não se pode conceber nenhuma melhora real de sua situação sem uma incursão revolucionária contra o direito de propriedade capitalista. A campanha da frente única deve ser apoiada sobre um programa de transição bem elaborado, isto é, sobre um sistema de medidas que – com um governo operário e camponês – deve assegurar a transição do capitalismo ao socialismo. [Nota: Não nos deteremos aqui sobre o conteúdo do programa propriamente dito, e remetemos o leitor ao Programa de ação editado pela Liga Comunista em 1934, que é o projeto de um programa de transição semelhante.] (Trotsky 1934b, p. 46-47).

Finalmente, num artigo escrito em comemoração aos noventa anos da publicação do *Manifesto Comunista*, Trotsky escreveu o seguinte sobre as dez demandas transicionais contidas no mesmo:

Concebido para uma época revolucionária, o *Manifesto Comunista* contém (ao final do capítulo II) dez reivindicações que correspondem ao período de transição direta do capitalismo ao socialismo. Em seu prefácio de 1872, Marx e Engels declararam que essas reivindicações ficavam em parte antiquadas e que, em qualquer caso, só tinham uma importância secundária. Os reformistas assumiram essa valoração interpretando-a no sentido de que as reivindicações revolucionárias transicionais tinham cedido lugar para sempre ao “programa mínimo” social-democrata, que, como se sabe, não rebaixa os limites da democracia burguesa. De fato, os autores do *Manifesto* indicaram com toda precisão a principal retificação de seu programa transicional, a saber: “a classe operária não pode simplesmente apoderar-se da máquina estatal existente e manejá-la para seus próprios fins.” Em outras palavras, a retificação estava dirigida contra o fetichismo da democracia burguesa. Posteriormente, Marx contrapôs ao Estado capitalista o Estado do tipo da Comuna [de Paris]. Esse “tipo” adquiriu mais tarde a forma bem mais vívida dos soviets. Hoje não pode haver um programa revolucionário sem soviets nem controle operário. No mais, as dez reivindicações do *Manifesto*, que pareciam “arcaicas” numa época de pacífica atividade parlamentar, recobrou atualmente seu verdadeiro significado. O “programa mínimo” social-democrata, por sua vez, ficou irremissivelmente antiquado.

Conclusão

As raízes do *Programa de Transição* nos escritos anteriores de Trotsky foram rastreadas na literatura secundária (Alexander 1991, p. 251-281). Prestou-se muito menos atenção às origens do *Programa de Transição* nos debates da Internacional Comunista entre seu Terceiro e Quarto Congresso, em particular à contribuição de sua maior seção nacional fora da Rússia, o Partido Comunista da Alemanha, que tinha sido a origem do giro para a tática da frente única em 1921. Neste artigo, analisamos as raízes do *Programa de Transição* nos debates da Internacional Comunista. Essa tarefa é importante porque mostra que as consignas do *Programa de Transição* não são dogmas sectários, mas o resultado da experiência revolucionária coletiva da classe trabalhadora durante o período considerado, desde a revolução bolchevique até a conferência de fundação da IV Internacional (1917- 1938).

Algumas notas biográficas [não forma parte do artigo original]

August Thalheimer (1884-1948): Dirigente do KPD entre 1921-1924. Foi expulso do KPD em 1929, fundando a organização KPO [Partido Comunista de Oposição].

Béla Kun (1885-1937): Jornalista social-democrata, organizou o grupo de comunistas estrangeiros na Rússia entre os prisioneiros de guerra, dos quais ele era um. De volta à Hungria, fundou o PCH, que participou da insurreição no país em 1919. Após passar um ano na prisão depois da derrota na Hungria, tomou tarefas no Exército Vermelho. Foi enviado à Alemanha em março de 1921. Seus erros políticos na Alemanha foram classificados por Lenin como “*kunerias*”. Em seguida, foi retirado deste país para tarefas na Internacional. Aliou-se a Stalin, mas posteriormente se opôs à política de Frente Popular. Foi preso, torturado e executado por isso em 1938.

Clara Zetkin (1857-1933): Dirigente das primeiras grandes mobilizações de massas das mulheres alemãs no início do século e militante social-democrata. Foi uma destacada organizadora das mulheres socialistas. No POSDR, vinculou-se a Rosa Luxemburgo. Juntou-se ao KPD um pouco depois de sua formação e teve um papel destacado na luta contra a ultraesquerda desse partido.

Karl Radek (1885-1939): Nascido na região da Galícia do império austríaco, militou desde jovem na social-democracia. Emigrou para a Polônia e depois para Alemanha e Suíça. Vinculou-se aos bolcheviques no início da guerra. Após a fundação da Internacional Comunista, integrou o Comitê Executivo. Membro da Oposição Unificada, foi expulso do CE em 1928, capitulou ao stalinismo, mas mesmo assim foi condenado a dez anos de prisão no segundo processo de Moscou. Morreu assassinado na prisão em 1939.

Nikolai Bukharin (1888-1938): Bolchevique desde 1906, foi membro do CC desde 1917. Foi membro da facção “comunista de esquerda”, que se opôs à assinatura da paz de Brest-Litovsk em 1917 em favor de uma guerra revolucionária. Formou o bloco com Zinoviev, Kamenev e Stalin em 1923 contra Trotsky e foi o principal porta-voz dos camponeses ricos durante a NEP. Permaneceu com Stalin depois que Zinoviev e Kalinin se juntaram à Oposição de Esquerda. Foi editor do *Pravda* de 1918 a 1929 e chefe da Comintern de 1926 a 1929. Rompeu com Stalin em 1928 para liderar a “Oposição de direita”. Entre outros livros, publicou *O ABC do comunismo*, escrito em colaboração com Preobazhensky; “A economia no período de Transição”; “Economia Mundial e imperialismo”. Expulso em 1929 do partido, retratou-se logo depois. Foi executado após o terceiro processo de Moscou, em 1938. Durante o governo de Gorbachev, sua esposa revelou que sua confissão foi forçada e publicou sua refutação até então secreta.

Teses sobre tática

3º Congresso da Internacional Comunista (1921)
(Escritas por Radek, apresentadas pela delegação russa)⁹

[...]

5. Combates e reivindicações parciais

Os partidos comunistas só podem se desenvolver na luta. Mesmo os menores partidos comunistas não devem limitar-se à simples propaganda e à agitação. Devem constituir, em todas as organizações de massas do proletariado, a vanguarda que demonstre às massas atrasadas, vacilantes, como é preciso travar a luta, formulando para isso objetivos concretos de combate, incitando-as a lutar para reclamar a satisfação de suas necessidades vitais e assim revelar a traição de todos os partidos não comunistas.

Somente sob condição de saber colocar-se à frente do proletariado em todos os combates e de provocar esses combates, os partidos comunistas podem ganhar efetivamente as grandes massas proletárias para a luta pela ditadura.

Toda a agitação e propaganda, toda a ação do Partido Comunista, devem estar impregnadas pela crença de que, no terreno do capitalismo, não é possível nenhuma melhoria duradoura da situação das massas do proletariado, que só a derrota da burguesia e a destruição do Estado capitalista permitirão trabalhar para melhorar a situação da classe operária e restaurar a economia nacional arruinada pelo capitalismo.

Mas essa crença não deve nos levar a renunciar ao combate pelas reivindicações vitais atuais e imediatas do proletariado, esperando que se encontre em estado de defendê-los através de sua ditadura. A social-democracia que agora, no momento em que o capitalismo já não está em condições de assegurar aos operários nem sequer uma existência de escravos satisfeitos, apresenta o velho programa social-democrata de reformas pacíficas, reformas que devem ser realizadas pela via pacífica no terreno e no marco do capitalismo em bancarota, esta social-democracia engana as massas operárias de forma consciente. Não somente o capitalismo durante o período de sua desintegração é incapaz de assegurar aos operários condições de existência minimamente humanas, mas também os sociais-democratas, os reformistas de todos os países, provam todos os dias que não têm a menor intenção de travar nenhum combate pela mais modesta das reivindicações contidas em seu próprio programa.

Reivindicar a socialização ou a nacionalização dos setores mais importantes da indústria, como fazem os partidos centristas, é enganar as massas populares. Os centristas não só induzem as massas ao erro ao tentar persuadi-las de que a socialização pode arrancar das mãos do capital os principais setores da indústria sem que a burguesia seja vencida, mas que também tratam de desviar os operários da luta vital real por suas necessidades mais imediatas, fazendo-lhes esperar uma expropriação progressiva das diversas indústrias, umas depois das outras, após a qual começará a construção “sistemática” do edifício econômico.

Retrocedem assim ao programa mínimo da social-democracia, isto é, à reforma do capitalismo, o que é atualmente uma verdadeira armadilha contrarrevolucionária.

⁹ Nota da edição em Espanhol: Para esta edição dos documentos fundamentais da Internacional Comunista, usamos a versão francesa preparada em junho de 1934 pela *Librairie du Travail* e incorporada em sua *Bibliothèque Communiste*. Posteriormente, em 1970, a editora *François Maspero de Paris* tornou uma reprodução fac-símile. Edições digitais *Izquierda Revolucionaria* (www.marxismo.org). Tradução para o português: Erika Andreassy.

Se no programa de nacionalização – por exemplo, da indústria do carvão – exerce ainda algum papel a ideia lassaliana de fixar todas as energias do proletariado numa reivindicação única, para fazer dela uma alavanca da ação revolucionária, conduzindo por seu desenvolvimento à luta pelo poder, nesse caso nós estaremos metidos num delírio: a classe operária sofre hoje em todos os países capitalistas flagelos tão numerosos e tão assustadores, que é impossível combater todas essas cargas esmagadoras e seus golpes perseguindo um objeto muito sutil e talvez imaginário.

Ao contrário, é preciso tomar cada necessidade das massas como ponto de partida das lutas revolucionárias que, em seu conjunto, poderão constituir a poderosa corrente da revolução social. Os partidos comunistas não colocam à frente desse combate um programa mínimo para fortalecer e melhorar o edifício vacilante do capitalismo. A ruína desse edifício é seu alvo, sua tarefa atual. Mas, para cumprir essa tarefa, os partidos comunistas devem fazer reivindicações, cuja realização constitua uma necessidade imediata e urgente para a classe operária, e eles devem defender essas reivindicações na luta das massas sem se inquietar em saber se elas são ou não compatíveis com a exploração usurária da classe capitalista.

Os partidos comunistas devem levar em consideração não as capacidades de existência e de concorrência da indústria capitalista, não a força de resistência das finanças capitalistas, mas o aumento da miséria que o proletariado não pode e não deve suportar. Se essas reivindicações respondem às necessidades vitais das amplas massas proletárias, se essas massas estão compenetradas do sentimento de que sem sua realização sua existência é impossível, então a luta por essas reivindicações se converterá no ponto de partida da luta pelo poder. Em lugar do programa mínimo dos reformistas e centristas, a Internacional Comunista propõe a luta pelas necessidades concretas do proletariado, por um sistema de reivindicações que em seu conjunto destrua o poder da burguesia, organize o proletariado e constitua as etapas da luta pela ditadura proletária, cada uma das quais, em particular, seja expressão de uma necessidade das grandes massas, mesmo que essas massas ainda não se localizem de forma consciente no terreno da ditadura do proletariado.

Na medida em que a luta por essas reivindicações abarque e mobilize massas cada vez maiores, na medida em que essa luta oponha as necessidades vitais das massas às necessidades vitais da sociedade capitalista, a classe operária tomará consciência de que, se ela quiser viver, o capitalismo terá de morrer. Essa verificação fará surgir nela a vontade de combater pela ditadura. A tarefa dos partidos comunistas consiste em ampliar as lutas que se desenvolvem em nome dessas reivindicações concretas, aprofundá-las e vinculá-las entre si.

Toda ação parcial empreendida pelas massas operárias em prol de reivindicações parciais, toda greve econômica séria, provoca imediatamente a mobilização de toda a burguesia para proteger os empresários ameaçados e para impossibilitar qualquer vitória ainda que parcial do proletariado (ajuda técnica de fura greves burgueses durante a greve dos ferroviários ingleses ou fascistas). A burguesia mobiliza também todo mecanismo de Estado para combater os operários (militarização dos operários na Polônia, leis de exceção durante a greve dos mineiros na Inglaterra). Os operários que lutam por suas reivindicações parciais são levados automaticamente a combater toda burguesia e seu aparelho de Estado. Na medida em que as lutas por reivindicações parciais, em que as lutas parciais dos diversos grupos de operários se ampliem numa luta geral da classe operária contra o capitalismo, o partido comunista tem o dever de propor consignas mais elevadas e mais gerais, incluída aquela da derrota direta do adversário.

Ao estabelecer suas reivindicações parciais, os partidos comunistas devem zelar para que essas reivindicações, que têm sua origem nas necessidades das amplas massas, não se limitem a arrastar essas massas à luta, mas que elas sejam de natureza tal que levem as massas a se organizarem.

Todas as consignas concretas que têm sua origem nas necessidades econômicas das massas operárias devem ser introduzidas no plano da luta pelo controle operário, que não será um sistema de organização burocrática da economia nacional sob o regime capitalista, mas a luta contra o capitalismo travada pelos sovietes industriais e os sindicatos revolucionários. Somente por meio da criação de organizações industriais desse tipo, por sua vinculação em ramos da indústria e em centros industriais, a luta das massas operárias poderá adquirir uma unidade orgânica, será possível efetivar uma oposição à divisão das massas social-democratas e os chefes sindicais. Os sovietes industriais somente cumprirão essa tarefa se surgirem na luta por objetivos econômicos comuns aos mais amplos setores de operários, se criarem o vínculo entre todos os setores revolucionários do proletariado: o Partido Comunista, os operários revolucionários e os sindicatos em via de desenvolvimento revolucionário.

Toda objeção contra levantar reivindicações parciais desse tipo, toda acusação de reformismo sob pretexto dessas lutas parciais, derivam dessa mesma incapacidade de compreender as condições reais da ação revolucionária que já se manifestou na oposição de certos grupos comunistas à participação nos sindicatos e à utilização do parlamentarismo. Não se trata de pregar sempre ao proletariado os objetivos finais, mas de fazer progredir uma luta concreta que é a única que pode conduzir a lutar por esses objetivos finais. Dizer que as reivindicações parciais estão desvinculadas da base e são estranhas às exigências revolucionárias, é resultado, sobretudo, do fato de as pequenas organizações fundadas pelos comunistas ditos de esquerda, como asilos da pura doutrina, terem sido obrigadas a levar adiante as reivindicações parciais, quando desejaram entrar nas lutas das massas operárias que eram mais numerosas do que aquelas agrupadas em torno de si e só tomaram parte nas lutas das grandes massas para influenciá-las.

A natureza revolucionária da época atual consiste precisamente em que as condições de existência mais modestas das massas operárias são incompatíveis com a existência da sociedade capitalista e que, por essa razão, a própria luta pelas reivindicações mais modestas adquire as proporções de uma luta pelo comunismo.

Enquanto os capitalistas aproveitam o exército cada vez mais numeroso dos desocupados para exercer uma pressão sobre o trabalho organizado tendente a uma redução dos salários e os sociais-democratas, os independentes e os chefes oficiais dos sindicatos se apartam covardemente deles, considerando-os simplesmente como sujeitos à beneficência governamental e sindical, e os caracterizam politicamente como um lumpemproletariado, os comunistas devem tomar consciência, de forma explícita, de que, nas condições atuais, o exército dos desocupados constitui um fator revolucionário de grande valor. A direção desse exército deve ser tomada pelos comunistas. Por meio da pressão exercida pelos desocupados sobre os sindicatos, os comunistas devem apressar a renovação destes últimos e, em primeiro lugar, sua libertação da influência dos chefes traidores. O partido comunista, ao unir os desocupados à vanguarda do proletariado na luta pela revolução socialista, afastará os elementos mais revolucionários e impacientes dos desocupados de atos desesperados isolados e capacitará toda a massa para apoiar, em condições favoráveis, o ataque iniciado por um grupo de proletários, para desenvolver esse conflito para além dos limites dados e converter no ponto de partida de uma decidida ofensiva. Em suma, transformará toda essa massa, e de um exército de reserva da indústria fará um exército ativo da revolução.

Ao tomar com a maior energia a defesa dessa categoria de operários, ao descer nas profundidades da classe operária, os partidos comunistas não representam os interesses de um setor operário contra outro, mas os interesses comuns da classe operária, traídos pelos chefes contrarrevolucionários em benefício dos interesses momentâneos da aristocracia operária. Quanto mais amplo é o setor dos desocupados e dos trabalhadores semidesocupados, em maior medida seus interesses se convertem nos interesses comuns da classe operária, em maior medida os interesses momentâneos da aristocracia operária devem ser subordinados àqueles. O critério que se apoia nos interesses da aristocracia operária para voltá-los numa arma contra os desocupados ou para abandonar estes últimos à sua sorte, destrói a classe operária e é contrarrevolucionário. O partido comunista, enquanto representante dos interesses gerais da classe operária, não pode limitar-se a reconhecer e destacar, por meio da propaganda, esses interesses comuns. Só pode representá-los de forma eficaz se conduzir, em determinadas circunstâncias, o grosso das massas operárias mais oprimidas e mais pobres ao combate contra a resistência da aristocracia operária.

6. A preparação da luta

O caráter do período de transição converte num dever para todos os partidos comunistas a tarefa de elevar ao mais alto grau seu espírito de combatividade. A cada combate isolado pode culminar num combate pelo poder. O partido só pode adquirir esse impulso necessário se imprimir ao conjunto de sua propaganda o caráter de um ataque apaixonado contra a sociedade capitalista, se sabe, em meio a essa agitação, vincular-se aos setores mais amplos do povo, se sabe lhes falar de modo tal que estes tenham a convicção de se acharem sob a direção de uma vanguarda que luta de forma efetiva pelo poder. Os órgãos e manifestos do partido comunista não devem ser publicações acadêmicas que tratam de provar teoricamente a justeza do comunismo, mas gritos de chamadas à revolução proletária. A ação dos comunistas nos parlamentos não deve tender a discutir com o inimigo ou ao persuadi-los, mas a desmascará-los sem reserva e sem piedade, a tirar o disfarce dos agentes da burguesia, a mobilizar a vontade de combate das massas operárias e a conduzir aos setores pequeno-burgueses, semi-proletários, do povo a se unir com o proletariado. Nosso trabalho de organização, tanto nos sindicatos como nos partidos, não deve apontar a uma construção mecânica, a um aumento numérico de nossas filas, mas deve estar impelido do espírito das lutas futuras. Só quando o partido, em todas suas manifestações e em todas suas formas de organização, seja a vontade de combate corporizada, estará em condições de cumprir sua missão nos momentos em que as condições necessárias para as maiores ações combativas estiverem dadas.

[...]

O programa da Internacional e dos partidos comunistas

4º Congresso da Internacional Comunista (1922)¹⁰

Sessão 14 – Sábado, 18 de novembro, 1922

Informantes: Bukharin, Thalheimer

Reunido: 11:45 a.m.

Mesa: Kolarov

Mesa: O próximo ponto da agenda é “Programa da Internacional e dos Partidos Comunistas”. Dou a palavra ao primeiro informante, camarada Bukharin.

Bukharin: Como todos vocês sabem, não vamos adotar nenhum programa definitivo neste congresso porque muitos partidos ainda não tomaram posição sobre essa questão. Inclusive o partido russo não discutiu ainda o esboço que vou apresentar a vocês. Por esse motivo, a maioria das delegações acham que é mais conveniente não adotar o programa definitivo neste congresso, mas só discutir o programa e adotá-lo no próximo congresso.¹¹ No entanto, o fato de que nos atrevamos a propor um tema tão pesado como o programa na agenda de discussão de um congresso mundial é um sinal de nosso rápido crescimento.

Clara Zetkin: Corretíssimo!

Bukharin: A primeira de muitas questões às quais vou me referir é sobre as questões teóricas básicas referentes ao programa na II Internacional pré-guerra. Vou apresentar a tese de que o colapso da II Internacional durante a guerra tem raízes teóricas muito profundas em suas bases teóricas da pré-guerra. Falando em termos gerais, podemos identificar três fases principais no marxismo, sua ideologia e sua estrutura ideológica. O primeiro foi o marxismo de Marx e Engels. Depois veio a segunda fase, o marxismo da II Internacional, dos epígonos. E agora temos o marxismo da terceira fase, bolchevique ou marxismo comunista, o qual, num grau significativo, volta ao marxismo original de Marx e Engels. Esse marxismo original foi filho da revolução de 1848 e isso lhe deu um espírito altamente revolucionário como resultado de seu nascimento num momento em que toda Europa estava ressoando e o proletariado subiu ao palco da história mundial.

[...]

Isso fecha os problemas específicos, e passo agora – e aqui posso ser bastante breve – à concepção geral de programa, em particular referindo a sua arquitetura. Em minha opinião, o programa dos partidos nacionais deve consistir em duas partes:

1) Uma seção geral válida para todos os partidos. Essa seção geral deve estar no livro de adesão de todos os membros em cada país.

¹⁰ Communist International Congress (4th: 1922: Petrograd, RSFSR, and Moscow, Russia) Toward the united front: proceedings of the Fourth Congress of the Communist International, 1922 / edited and translated by John Riddell. (Tradução para o espanhol: Alejandra Ramirez; tradução para o português: Erika Andreassy)

¹¹ No quinto Congresso da Comintern, em 1924, Bukharin apresentou um novo esboço de programa, o qual foi aceito como base para futura discussão. O programa foi aprovado no sexto congresso, em 1928, quando a direção da Comintern estava profundamente dividida. Para o programa de 1928, ver www.marxists.org/history/international/comintern/6th-congress/index.htm. Para a crítica de Leon Trotsky, que refletia o ponto de vista da Oposição de Esquerda, ver Trotsky, 1936.

2) Uma seção nacional que contenha as reivindicações específicas do movimento operário do país em questão.

Depois, talvez:

3) Apesar de que isto não é, em termos estritos, parte do programa, um programa para a ação, que abarca questões puramente táticas e pode ser mudado tanto quanto seja necessário – talvez a cada duas semanas. (Risos) Alguns camaradas acham que os problemas táticos como a tomada de bens materiais na Alemanha, a tática de frente única ou a questão do governo operário também devem estar no programa. O camarada Varga diz que é covardia intelectual se opor a isso.

Radek: Corretíssimo!

Bukharin: Porém, na minha opinião, a urgência de resolver essas questões é só uma expressão da atitude oportunista dos camaradas. (Risos) Questões e consignas como a frente única, o governo operário ou a tomada de bens materiais são consignas apoiadas numa base muito fluída, de certo declive do movimento operário. E estes camaradas querem estabelecer no programa esta instância defensiva em que se encontra o proletariado, portanto descartando uma ofensiva. Eu brigarei contra isso de toda forma possível. Nunca permitiremos que tais conceitos sejam construídos no programa.

Radek: Nós? Quem são “nós”?¹²

Bukharin: “Nós” se refere aos melhores elementos na Internacional Comunista. (Risos, aplausos)

Em minha opinião, camaradas, este segmento teórico deve incluir as seguintes partes: primeiro, uma análise geral do capitalismo, de particular importância para os povos coloniais. Então, precisamos de uma análise do imperialismo e da decadência do capitalismo, e também uma análise da época da revolução socialista.

A segunda parte do programa deve consistir num curto esquema da sociedade comunista. Acho que precisamos retratar a sociedade comunista no programa e dizer o que significa realmente o comunismo, e daí a diferença entre as diferentes fases transitórias.

A terceira parte deve tratar da derrocada da burguesia e da luta proletária pelo poder.

A parte quatro não deve abordar questões como a relação com a social-democracia e os *tradeunionistas*, mas questões estratégicas gerais, que não são fluídas. Tais questões estratégicas-táticas podem ser abordadas pelo programa.

Sobre o segmento nacional, não é minha tarefa abordar. Uma análise especial é necessária em cada país.

Camaradas, gostaria de agregar alguns comentários críticos sobre as afirmações, incluindo os que estão por escrito, e artigos de vários camaradas.

A discussão sobre essa questão produziu os seguintes documentos e declarações:

- 1) o relatório sobre a primeira discussão na comissão de programa, que foi enviado a todos os partidos;
- 2) a resposta do Comitê Central italiano a esse relatório;
- 3) alguns artigos do camarada Varga;
- 4) um artigo do camarada Rudas;
- 5) um artigo do camarada Rappoport;

¹² Para a apresentação escrita de Radek sobre sua posição sobre reivindicações transitórias, ver Radek 1923.

- 6) um artigo do camarada Smeral;
- 7) um esboço do partido alemão;
- 8) um esboço do partido búlgaro;
- 9) meu esboço.¹³

Na discussão inicial na Comissão de Programa, expressaram-se dois pontos de vista. As diferenças [estavam?] relacionadas à questão sobre se problemas táticos como o governo operário deveriam estar contidos no programa. Eu propus uma destas perspectivas.

O comitê central italiano respondeu à discussão da comissão de programa com uma carta expressando minha perspectiva, mas com sua própria motivação. Afirmava que esses problemas não poderiam ser incluídos no programa porque não impomos um “credo” aos partidos nacionais. O comitê central italiano apoiava minha perspectiva não porque fosse oportunista e impossível incluir esses temas no programa – isso requereria que mudássemos de programa a cada duas semanas –, mas porque não quer que a Internacional imponha o credo aos partidos nacionais.

Agradeço enormemente aos camaradas italianos por ter acordo com minha perspectiva, mas não lhes agradeço em nada por essa motivação curiosa.

[...]

Evidentemente, não vou engrandecer minha própria “mercadoria”. (Risos) Não é necessário nem dizer isso. Mas peço aos camaradas que discutam essas questões e, em particular após o congresso, que trabalhem de forma mais intensiva muitos dos componentes do programa.

Fecho meu relatório com a esperança de que vamos avançar a partir do quinto congresso com um programa destacado, verdadeiramente revolucionário e verdadeiramente marxista ortodoxo.

Thalheimer (Alemanha): Camaradas, vocês têm diante de vocês quatro esboços diferentes de programas: o do camarada Bukharin, o programa búlgaro, o programa alemão e, por fim, o programa de ação do partido italiano. Eu não acho que seja minha tarefa escolher entre os diferentes esboços e talvez elogio o esboço alemão em todos seus detalhes específicos como o que derrota todos seus competidores. É um primeiro esboço que precisa ser melhorado e expandido, tanto com relação à forma quanto ao conteúdo. Mas acho que isso é certo para todos os esboços diante de nós; o esboço alemão não é uma exceção. Em sua forma atual, os esboços proveem a base para um texto final e uma discussão internacional. Acho que o texto final só pode ser alcançado pelo trabalho coletivo. Tenho completo acordo com o camarada Bukharin, só o próximo congresso pode decidir o programa final. A única coisa que podemos fazer hoje é introduzir e preparar a formulação definitiva. Com esse objetivo, é necessário definir os pontos de diferença, até que ponto existem, de maneira breve, mas bem precisa, e este será o principal tema de minha apresentação. Não vou repetir a excelente apresentação do camarada Bukharin que demonstrou a bancarrota teórica e programática da II e II e ½ Internacionais. Mas vou tratar desse tema aprofundando-o um pouco.

[...]

¹³ Um conjunto um pouco diferente de materiais de discussão do programa é encontrado em *Kommunistische Internationale*, 23 (novembro de 1922), pp. 114-55. Incluindo artigos de Varga e Thalheimer, o esboço do PC alemão, as críticas do ECCI ao esboço do PC italiano e as teses de Kostrzewa sobre a questão agrária. Para outra coleção, preparada para o quinto congresso, em 1924, ver Comintern 1924a.

Agora chego à questão que é decisiva para o esboço do programa geral bem como o dos partidos individuais, e aqui é onde tenho um profundo desacordo com o camarada Bukharin. É a questão das reivindicações transitórias, reivindicações por etapas, e o programa mínimo. A posição do camarada Bukharin é que devemos separar essas reivindicações específicas transitórias e temporais do programa como tal. Ele as localiza num *chambre séparée* [quarto separado] que ele chama de programa de ação. Aqui, permite-se um comportamento pecaminoso.

Bukharin: Mas a entrada é gratuita!

Thalheimer: A entrada é gratuita. Bem, vamos abrir as portas e ver se o que é feito lá é programaticamente permitido.

Interjeição: O que você considera permitido?

Thalheimer: Esse é exatamente o ponto. Na Alemanha, também tivemos objeções contra incluir reivindicações transitórias no programa, que se aplicam ao período antes da tomada do poder. Tal como o camarada Bukharin, estes camaradas cheiraram um verdadeiro perigo de oportunismo. Assim, devemos revisar com muito cuidado se é possível separar os princípios táticos de outros princípios e objetivos. Devemos fazer uma distinção aqui. Não estou falando de reivindicações específicas cotidianas, mas de princípios táticos. E em minha opinião, buscar uma salvaguarda ao separar as táticas dos princípios e objetivos é um erro sério que de fato nos abre aos perigos que estamos tentando eliminar.

(“Certíssimo” dos alemães)

Só precisamos considerar a história da II Internacional e seu colapso para reconhecer que é exatamente essa separação de princípios táticos dos objetivos o que abriu a porta a seu descenso ao oportunismo. Como começou isso na Alemanha? Com os debates sobre táticas de Bernstein-Kautsky. O objetivo final não foi questionado. E mais, a diferença entre nós, os comunistas e os socialistas reformistas, pode ser resumida hoje, em termos do objetivo final: nós queremos socialismo e comunismo e eles não. Como demonstramos que isso é certo? Fazemos isso ao dizer que as táticas, o caminho que essas pessoas estão seguindo é um caminho diferente. Essa é a evidência decisiva.

O que estou dizendo é que o desacordo específico entre nós e os socialistas reformistas não é o fato de propormos as reivindicações por reformas, reivindicações para a etapa ou como vocês as queiram chamar num *chambre séparée* e as mantemos fora de nosso programa. Pelo contrário, a diferença é que relacionamos muito as reivindicações transitórias e as consignas com nossos princípios e objetivos. Esse vínculo, é evidente, não é uma garantia em si mesma, bem como um bom mapa não garante que eu não me perca. Como se não fosse necessário saber ler o mapa! O camarada Lenin dizia recentemente sobre a Rússia que deve focar-se sobretudo na essência de como ler e escrever. Isso é verdade sobre os partidos comunistas do Ocidente num sentido diferente: devemos aprender a ler a realidade.

Radek: E também aprender a lutar!

Thalheimer: Este é justamente o ponto. Em minha opinião, então, o perigo oportunista está localizado precisamente no lado oposto do qual vê o camarada Bukharin. O perigo encontra-se nos caminhos que levam de um determinado ponto de partida ao socialismo e à ditadura do proletariado.

Se deixamos grande parte desse caminho sem iluminação, há um perigo de que, nas partes escuras (Interjeições: “Bukharin”), cometer-se-ão muitos erros. Eu estava particularmen-

te interessado no que disse Bukharin sobre o texto do partido comunista italiano. Eles diziam estar contra as reivindicações transitórias porque não deveriam ser elevadas a um credo.

Há muitas reivindicações transitórias e medidas que devem se transformar num credo para os partidos individuais.

Camaradas, a questão das reivindicações transitórias e do programa mínimo não é nova. Também se brigou aqui, na Rússia, e acho que vale a pena ler os documentos relacionados a isso. No outono de 1917 o partido russo tomou a questão de seu programa. Nesse momento, o partido russo estava próximo da tomada do poder e esse fato estava bastante nítido então. A questão que surgiu foi sobre se o partido deveria manter só seu programa máximo e desfazer-se do programa mínimo. Acho que é importante citar o que diz o camarada Lenin sobre isso. Por favor, perdoem, pois, esta citação é um pouco longa. O camarada Lenin diz:

De fato, todo nosso programa seria um pedaço de papel inútil se não provesse para todas as eventualidades em cada etapa da luta, dando assistência por meio da aplicação no lugar de não aplicar o programa. Dado que nosso programa formula o desenvolvimento histórico da sociedade do capitalismo ao socialismo, também deve delinear todas as etapas transitórias desse desenvolvimento, isto é, sempre deve indicar ao proletariado o curso de ação apropriado para o objetivo de se aproximar do socialismo. Isso significa que não deve ter nenhuma situação na qual o proletariado deve abandonar seu programa ou quando o programa abandona o proletariado.

Daqui vem a conclusão prática de que não deve haver um momento em que o proletariado, levado ao poder pelo curso dos fatos, não seja capaz e obrigado a tomar medidas específicas para realizar seu programa, medidas transitórias específicas de caráter socialista. A afirmação de que o programa socialista nos poderia falhar em algum momento sob o governo político do proletariado encerra outra afirmação inconsciente: que o programa socialista como um todo nunca pode ser realizado...¹⁴

Da parte geral ou teórica do programa, devemos agora ir para o programa mínimo.

Aqui, encontramos primeiro a aparência “muito radical” que na realidade é uma proposta sem base dos camaradas N. Bukharin e V. Smirnov para *descartar* o programa mínimo em seu conjunto. A divisão entre os programas máximo e mínimo está vencida, eles reclamam. Dado que falamos de transição ao socialismo, não há necessidade para isso. Nenhum programa mínimo; simplesmente um programa de medidas para a transição ao socialismo.

Essa é a proposta desses dois camaradas. Por alguma razão, eles não se aventuraram a apresentar seu próprio esboço (ainda que, uma vez que a revisão do programa do partido estava na pauta do próximo congresso do partido, na realidade tinham a obrigação de desenvolver um esboço). É possível que os autores da proposta aparentemente “radical” se detiveram na indecisão... Seja como for, sua opinião deve ser examinada.

Guerra e ruína econômica forçaram todos os países a avançar do capitalismo monopolista ao capitalismo monopolista estatal. Esse é o estado objetivo dos assuntos. Numa situação revolucionária, durante a revolução, no entanto, o capitalismo monopolista estatal se transforma *diretamente* em socialismo. Durante a revolução, é impossível avançar sem avançar para o socialismo – esse é o estado objetivo dos assuntos criados pela guerra e a revolução. Nossa conferência de abril tomou conhecimento disso e apresentou as consignas “república soviética” (a forma política da ditadura do proletariado) e “nacionalização dos bancos e dos sindicatos” (a medida básica na transição ao socialismo). Nesse ponto, todos os bolcheviques concordam unanimemente. Mas os camaradas Smirnov e Bukharin querem ir além, eles querem descartar o programa mínimo *de conjunto*. Isso é contraditório com o sábio conselho do sábio provérbio: “Não presuma quando se conduz à batalha; presuma quando retornar dela.”

¹⁴ Nenhum dos dois parágrafos anteriores aparece na edição russa ou inglesa das obras de Lenin.

Brandler: Saúde! (Risos)

Thalheimer: (Ainda citando Lenin)

Estamos nos dirigindo à batalha, isto é, estamos lutando pela conquista do poder político por parte de nosso partido. Esse poder seria a ditadura do proletariado e dos camponeses pobres. Ao tomar o poder, não temos medo de ir para além dos limites do sistema burguês; ao contrário, declaramos de forma nítida, direta, definitiva e aberta que devemos ir para além desses limites, que devemos marchar com valentia para o socialismo, que nosso caminho deve ser por meio da república soviética, da nacionalização dos bancos e dos sindicatos, do controle dos operários, do recrutamento de trabalho universal, da nacionalização das terras, do confisco do gado e implementos dos latifundiários etc. Nesse sentido, esboçamos nosso programa de medidas de transição ao socialismo.

Mas não devemos presumir quando conduzimos para a batalha, não devemos descartar o programa mínimo, porque isso seria presumir no vazio. (“Saúde!”) Não queremos “exigir qualquer coisa da burguesia”, queremos realizar tudo nós mesmos, não queremos desenvolver os pequenos detalhes no marco da sociedade burguesa.

Isso seria presumir no vazio, porque primeiro devemos ganhar o poder, o que ainda não foi feito. Devemos executar as medidas de transição ao socialismo, devemos continuar nossa revolução até que a revolução socialista mundial seja vitoriosa e só então, “*ao retornar da batalha*”, podemos descartar o programa mínimo já que *não terá mais utilidade*.

É possível garantir agora que o programa mínimo não será mais necessário? É óbvio que não, pela singela razão que de que não ganhamos o poder, o socialismo não foi realizado e não conseguimos nem o início da revolução socialista mundial...

Devemos, de forma firme e valente e sem vacilação, avançar para nosso objetivo, mas é absurdo declarar que chegamos a ele quando definitivamente não. Descartar o programa mínimo seria equivalente a declarar, anunciando (presumindo, em linguagem singela) que já ganhamos.

Não, queridos camaradas, não ganhamos ainda.

Agora chegamos a mais afirmações que esclarecem isso e eu acho que eles nos dão a base para o nosso debate em curso sobre o programa. O camarada Lenin continua:

Não sabemos se nossa vitória chegará amanhã ou um pouco depois. (Eu pessoalmente acho que será amanhã – escrevo isto em 6 de outubro de 1917 – e pode haver um atraso em que tomemos o poder, de toda forma, amanhã é amanhã e não hoje.) Não sabemos que tão rápido após nossa vitória a revolução varrerá o Ocidente. Não sabemos se nossa vitória será seguida de períodos temporais de reação e a vitória da contrarrevolução – não há nada impossível aqui – e, portanto, após nossa vitória devemos construir uma “linha tripla de trincheiras” contra tal contingência.

Não sabemos e não podemos saber nada disso. *Ninguém* está na posição de saber. Portanto é ridículo descartar o programa mínimo, o qual é *indispensável* enquanto vivermos no marco da sociedade burguesa, enquanto não tenhamos destruído esse marco, não tenhamos realizado os pré-requisitos básicos para a transição ao socialismo, não tenhamos esmagado o inimigo (a burguesia) e inclusive se o tivermos esmagado, mas não o aniquilado. Tudo isso virá, e talvez bem mais rápido, do que muitos pensam (eu pessoalmente acho que começará amanhã), *mas não chegou ainda*.

Tomem o programa mínimo na esfera política. Esse programa está limitado à república burguesa. Agregamos que não nos confinamos em seus limites, nós começamos imediatamente a luta por um tipo superior de república, a *república soviética*. Devemos fazer isso. Com valentia e determinação inquebrantáveis, devemos avançar para a nova república e, *dessa forma, devemos atingir nosso objetivo, disso estou seguro*. Mas o programa mínimo não deve ser descartado sob nenhuma circunstância, já que em primeiro lugar *ainda* não há uma república soviética; em segundo lugar, não podemos descartar “tentativas de restauração”, e primeiro terão de ser vividas e derrotadas; em terceiro lugar, durante a transição do velho ao novo pode haver temporariamente “tipos combinados” (como *Rabochy Put* assinava corretamente há um ou dois dias) –, por exemplo, uma república soviética junto com uma assembleia constituinte. Primeiro, *superemos* tudo isso – depois será o momento de descartar o programa mínimo.

Concluindo, diz:

O mesmo na esfera econômica. Concordamos que o medo de marchar para o socialismo é a mais desprezível *traição* à causa do proletariado. Todos temos acordo que os primeiros passos mais importantes a dar são medidas como a nacionalização dos bancos e dos sindicatos. Primeiro, levemos a cabo tais medidas e outras similares, e *depois veremos*. Depois poderemos ver *melhor*, já que a experiência prática, que vale um milhão de vezes mais que os melhores programas, vai ampliar nosso horizonte. É possível e inclusive provável, não inquestionável, que sem “tipos combinados” transitórios, a mudança não ocorrerá. Não poderemos, por exemplo, nacionalizar pequenas empresas com um ou dois trabalhadores contratados em um curto prazo nem as submeter a verdadeiro controle operário. Seu papel pode ser insignificante, eles podem estar atados de pés e mãos pela nacionalização de bancos e trustes, mas sempre que fiquem rastros das relações burguesas, por que abandonar o programa mínimo? Como marxistas, avançando de forma valente na maior revolução do mundo, mas ao mesmo tempo, com uma perspectiva sóbria dos fatos, não temos direito de abandonar o programa mínimo. Ao abandoná-lo, demonstraríamos que perdemos nossas cabeças antes de ganhar. E não devemos perder nossas cabeças antes de nossa vitória, no momento da vitória ou após ela; se perdermos nossas cabeças, perderemos tudo.¹⁵

Camaradas, Lenin escreveu isso em 6 de outubro de 1917, numa situação na qual dizia: “Estamos na véspera da ditadura do proletariado, nossa vitória, mas não chegamos ainda. Ainda é hoje.” E no marco mundial, camaradas, justifica-se que digamos que a vitória da revolução mundial com certeza não é para hoje. Talvez não seja para amanhã, nem amanhã na forma em que se usava a palavra em 1917. À escala mundial, devemos dizer que o período das condições de hoje até conquistar a ditadura mundial do proletariado é abertamente medido em anos, talvez décadas e certamente em décadas se considerarmos não só os territórios de capitalismo desenvolvido, mas as regiões coloniais e agrárias ao redor. Para tão longo prazo à frente, devemos ter sinalizações exatas. Qual deve ser a natureza dessas sinalizações, essas regras básicas?

A principal objeção do camarada Bukharin é que não podemos incluir reivindicações cotidianas específicas no programa geral porque essas demandas são só de curto prazo. Elas podem mudar de semana a semana, de mês a mês. E, em segundo lugar, essas reivindicações específicas cotidianas também diferem enormemente de um país a outro. Portanto, não podem ser unidas num mesmo marco. A isso, eu respondo que não precisamos trazer as reivindicações cotidianas específicas em todos seus detalhes ao programa geral ou aos pro-

¹⁵ Texto extraído de Lenin, 1960-71, 26, pp. 170-3.

gramas nacionais. Mas devemos estabelecer orientações táticas, princípios táticos – métodos, se posso dizer dessa forma – a partir dos quais podem ser derivados seguramente e de forma não ambígua essas reivindicações individuais específicas.

E, camaradas, esses problemas da transição não só variam de país a país e de semana a semana e de mês a mês. Há toda uma variedade de tais problemas transitórios, problemas maiores que são de caráter geral, que devem ser tratados no programa comunista. E em minha opinião, um programa geral da Internacional Comunista que se mantém em branco por este consideravelmente longo caminho tem muito pouco valor para os países do Ocidente. (“Certíssimo” dos alemães) Durante o próximo período, a principal ênfase vai ser sobre superar o período transicional. Permitam-me mencionar alguns dos problemas transitórios que, em minha opinião, definitivamente pertencem a tal programa comunista. Eu incluo aqui a questão do controle da produção, de capitalismo de estado, de orientações para a política fiscal e financeira de cada partido. (“Certíssimo”) Os partidos enfrentam essas questões todos os dias, ainda que a forma específica varie.

Bukharin: Aha!

Thalheimer: É verdade, mas orientações devem estar presentes a partir das quais a conduta prática pode ser deduzida. Por exemplo, tomem o Programa de Erfurt. Este inclui orientações para política fiscal, que hoje evidentemente são caducas. Você não pode negar, camarada Bukharin, que as condições fiscais e financeiras dos diferentes países, incluindo Alemanha, variaram ao longo dos anos e ainda assim tal orientação é importante, útil e necessária.

Um segundo ponto importante na transição, camaradas, é nossa relação com a democracia burguesa. O esboço de programa do camarada Bukharin contém uma análise crítica destacada da democracia burguesa. Mas considerando a Internacional Comunista como um todo, a faixa de seus partidos desde a Índia até a União Soviética, isso é suficiente?

Bukharin: Não.

Thalheimer: Longe disso! Deve-se ter orientações, primeiro da posição dos comunistas sobre a democracia nas condições nas quais a democracia burguesa ainda não existe, isto é, em condições nas quais devemos lutar contra o absolutismo e as formas feudais de governo. Segundo, devemos ter orientações para a conduta dos comunistas numa situação como a da Alemanha, na qual é uma questão de defender a república contra os ataques monárquicos. E, terceiro, precisamos de orientações para a conduta dos comunistas em situações como a de novembro 1918 na Alemanha, na qual era uma questão de esmagar a democracia e ir para a ditadura [do proletariado]. Desde minha perspectiva, todas essas fases tradicionais devem estar indicadas, em termos gerais mais que em detalhes. O fato de isso ser possível é demonstrado pelo *Manifesto Comunista* de 1848. Vejam a última seção, que retoma a relação dos comunistas com os outros partidos – com a democracia burguesa, a pequena burguesia etc. Uma breve frase indica a instância básica, e nosso programa deve fazer isso também. Um programa – e aqui recordarei uma declaração da camarada Luxemburgo, que me parece que é muito adequada –, nos deve guiar com relação a todas as fases transitórias significativas. Um programa que deixa essas fases em suspenso ou que pode ser utilizado somente em algumas situações, mas não em outras tem pouco valor político.

Também acho que o camarada Bukharin não foi consistente. Sua rejeição das demandas transitórias o levaria, é lógico, a protestar de forma veemente contra o programa de Bukharin e também contra o nosso alemão. Ele o terá de fazer bem.

[...]

Por fim, sobre a estrutura. O camarada Bukharin fez uma crítica sobre o tamanho do programa. Camaradas, nós também não estamos satisfeitos com seu tamanho. Mas o que nos passou foi como ao bispo francês que escreveu a seu amigo, “Estou lhe enviando uma carta longa porque não tenho suficiente tempo de lhe escrever uma curta.”¹⁶ Não tivemos tempo de fazer um esboço de um programa curto. É absolutamente necessário fazê-lo curto, talvez inclusive mais curto do que o de Bukharin. Baseio-me aqui numa afirmação de Engels sobre o programa. Ele dizia que um programa deveria ser tão breve como possível e deve deixar muito a ser explicado de forma oral. Além disso, deve ser simples e o mais compreensível possível. Aqui, também aceitamos que o programa alemão precisa melhorar muito.

Camaradas, para concluir gostaria de dizer que devemos proteger nosso programa comunista com uma forte armadura, sob princípios e objetivos. Mas não devemos achar que conseguiremos isso deixando uma grande parte do caminho que devemos viajar sem iluminação ou –em outras palavras – ao ignorar grande parte do caminho de nosso mapa.

O camarada Bukharin e muitos outros camaradas temem que se essa parte do caminho for incluída, podemos não ser vitoriosos no momento crucial, saltando por cima dele. Bom, camaradas, gostaria de assinalar que nossos camaradas russos, mantendo seu programa mínimo em 6 de outubro de 1917, conseguiram dar salto muito rápido. Estou convencido de que nos provermos de um programa que realmente pode levar-nos à vitória não depende de omitir essa sinalização. (Forte aplauso)

Suspensão: 16h

Sessão 15 – Sábado, 18 de novembro de 1922

Programa (continuação)

O programa dos partidos da Internacional Comunista

Orador: Kabakchiev

Início: 19h30

Mesa: Kolarov

Kabakchiev (Bulgária): Camaradas, a Internacional Comunista enfrenta o importante desafio de desenvolver um programa para si e para suas seções mais importantes. Quais são os fatores que colocaram tal desafio para a Internacional?

[...]

O programa máximo do partido comunista.

A seguinte questão é se o partido comunista deve ter um programa máximo e um mínimo ou só um programa geral para o período transicional.¹⁷

O partido comunista não pode aceitar um programa mínimo similar ao dos partidos social-democratas antes da guerra. Isso porque o partido comunista considera que o capitalismo está uma profunda crise, que de maneira rápida e inevitável, leva à sua profunda deca-

¹⁶ Esta citação é comumente atribuída ao filósofo francês Blaise Pascal em *Lettres Provinciales* (1656).

¹⁷ O programa Erfurt do SPD, adotado em 1891, estava dividido em uma declaração geral da necessidade de “abolir o governo de classe e as próprias classes” e “todas as formas de exploração e opressão” (o “programa máximo”) e reivindicações consideradas realizáveis dentro do capitalismo (o “mínimo”). (Para o texto, ver: www.marxists.org/history/international/social-democracy/1891/erfurt-program.htm). Esse marco conceitual deu forma aos programas de muitos partidos da II Internacional.

dência e colapso. A tarefa do proletariado hoje não consiste na adaptação, como o velho programa mínimo propunha, mas em apressar o colapso do capitalismo e a vitória da revolução.

Por outro lado, as reivindicações políticas do programa mínimo – por democracia – não podem ser concretizadas enquanto a burguesia se mantenha no poder. Inclusive nos estados democráticos, seu governo de classe mantém-se com a ajuda da ditadura. E as reivindicações econômicas do programa mínimo não podem ser conquistadas por causa da crise econômica, da inflação e da decadência capitalista.

O partido comunista sustenta que a sociedade capitalista entrou no período de crise revolucionária e que estamos no início de uma revolução proletária mundial.

A principal tarefa do proletariado e do partido comunista é, portanto, a conquista do poder político e a conquista do programa máximo.

O partido comunista pode ter um programa mínimo?

Agora se coloca a questão sobre se o partido comunista pode prescindir de reivindicações propostas dentro do marco da sociedade burguesa frente à conquista do poder – um período que agora parece ser muito maior que o que pensamos em 1918-19. Evidentemente, isso está excluído. Mas essas reivindicações não têm o mesmo significado e importância que tinham no velho programa mínimo. Elas são meras reivindicações transitórias para as quais a classe operária pode competir rapidamente na crise atual para depois atingir as reivindicações maiores do programa máximo.

Essas reivindicações têm hoje significado e importância revolucionária. Em algum grau, elas significam um estado na extensão e na agudização da luta de classes proletária.

Uma parte dessas reivindicações tem um caráter mais transitório e dependem das circunstâncias momentâneas da luta. Tais demandas devem ser levantadas como consignas, como consignas imediatas.

O resto das reivindicações são para um período mais longo e são as mais importantes para as quais luta o partido comunista, até a tomada do poder. Essas reivindicações devem estar incluídas no programa. Contudo, também têm uma natureza transitória e, portanto, não são decisivas para as reivindicações máximas e as condições de luta. Por outro lado, a luta para conseguir essas reivindicações leva, de forma contínua e necessária, à questão da tomada do poder e à realização das reivindicações máximas. Portanto, não há razão para tomar essas reivindicações numa parte separada do programa. Devem estar agregadas ao programa máximo, seguindo as reivindicações máximas.

[..]

As táticas do partido comunista e seu programa

Também enfrentamos a questão sobre se o programa deve incluir *todas* as questões táticas que o partido enfrenta no período presente, como a frente única, o governo operário etc. O programa precisa estabelecer as linhas gerais de nossas táticas, tomando em consideração os princípios do partido comunista e as condições da época histórica atual. Mas não podemos estabelecer a aplicação exata dessa linha geral em cada situação dada.

O programa do partido comunista deveria ser um programa de ação?

Levantou-se a pergunta sobre se o programa do partido comunista deveria ser um programa de ação. De fato, deve ser um programa de ação, mas também algo mais: um programa baseado em princípios. Isso implica que o programa comunista não é uma plataforma

ma com reivindicações transitórias para a situação atual, mas a apresentação de nossas concepções históricas em termos de teoria e princípio. Porém, ao mesmo tempo, o programa comunista deve indicar as principais reivindicações para as quais o proletariado revolucionário luta durante o período de transição que leva à conquista do poder e durante a ditadura do proletariado.

[...]

Mesa: Camaradas, escutamos três informes sobre o programa comunista. A questão agora é como devemos proceder. Devemos abrir um debate geral, para que o congresso possa adotar um esboço de programa? Ou devemos postergar o debate e a votação final para o próximo congresso? A delegação alemã decidiu de forma unânime postergar o debate e o voto final para o próximo congresso. No entanto, a delegação russa pediu à mesa do *Presidium* tempo para considerar essa questão.

O *Presidium* não considera que seja possível decidir sobre a questão de abrir o debate imediatamente e adotar o programa ou pospor o debate e votar no próximo congresso. Crê, no entanto, que a solicitação da delegação russa deve ser aprovada para que tenha a possibilidade de tomar uma posição sobre essa questão.

Suspensão: 8:15 p.m.

Sessão 18 – Terça-feira, 21 de novembro, 1922

Sindicatos (resumo); Programa; Ajuda dos operários [Workers' Aid]

[...]

Resolução sobre o programa¹⁸

1. Todos os esboços de programa serão repassados ao Executivo da Internacional Comunista ou à comissão que esta escolher para considerar e revisar com cuidado. O Executivo da Internacional Comunista está encarregado de publicar os esboços de programa submetidos a ele o mais rápido possível.

2. O Congresso afirma que as seções nacionais da Internacional Comunista que ainda não têm programas nacionais estão obrigados a começar a trabalhar neles imediatamente, para que possam ser submetidos ao Executivo pelo menos três meses antes do quinto congresso, para que seja aprovado no próximo congresso.

3. Os programas das seções nacionais devem motivar de forma nítida e decisiva, a necessidade de lutar por reivindicações transitórias com a disposição apropriada de que essas reivindicações são derivadas de condições específicas de tempo e lugar.

4. O programa geral deve prover, de forma definitiva, um marco teórico para todas as reivindicações transitórias e imediatas. Ao mesmo tempo, o 4º Congresso condena fortemente os esforços de retratar como oportunismo a inclusão de reivindicações transitórias no programa, bem como as tentativas de usar medidas parciais para ocultar ou suplantar nossas tarefas revolucionárias centrais.

5. O programa geral deve retratar de forma nítida as variantes históricas básicas de reivindicações transitórias levantadas pelas seções nacionais, correspondendo às diferenças fundamentais na estrutura econômica e política de cada país, como na Bretanha e na Índia etc.

¹⁸ Esta resolução foi delineada por Lenin numa reunião um dia antes, em 20 de novembro, por cinco membros do Comitê Central Russo designados para o trabalho da Comintern: Lenin, Trotsky, Zinoviev, Radek e Bukharin. Para o esboço de Lenin, ver 1960-71, 42, 427-8. Ver também p. 479, nº 1.

Mesa: o *Presidium* considera que esta moção pode ser adotada sem discussão. A maioria das delegações tomou posição sobre esta moção. No entanto, estamos a favor de dar às delegações outra oportunidade de considerar sua posição. Portanto, eu suspendo esta sessão por vinte minutos.

(Recesso)

Gostaria de anunciar o seguinte. De acordo com o que me disseram, todas as seções [nacionais] têm acordo em essência com a proposta do *Presidium*. No entanto, a delegação italiana, ainda que tenha acordo básico com nossa proposta, deseja fazer uma declaração. Agora me informaram que, se a seção italiana submeter uma declaração, outras seções também o farão. Portanto, recorro à seção italiana para que esta renuncie à sua declaração.

Bordiga: A delegação italiana concorda que a sua declaração apareça na ata sem ser lida em voz alta, mas não é uma posição para renunciar à declaração em si.

Radek: Então deve ser só lida!

Mesa: A secção italiana concorda que a sua declaração não seja apresentada aqui, mas só incluída na ata.

Radek: Isso é uma incompreensão. A delegação italiana não renunciou à sua declaração; simplesmente quer que a declaração seja incluída na ata. No entanto, algo que está incluído na ata deve ser apresentado na sessão.

Mesa: Bem. Apresentaremos esta declaração à reunião, a menos que a delegação italiana retire o seu pedido de inclusão da declaração na ata.

Bordiga: Temos precedentes para isso. Se o camarada Radek considerar que, se a declaração não for lida na sessão, não poderá ser incluída na ata, então a delegação italiana insiste na leitura da declaração.

Béron (lê a declaração): “A delegação italiana vota a favor da decisão de adiar a questão da ordem do dia, mas gostaria de anotar nos procedimentos que teria preferido que o programa da Internacional Comunista fosse discutido e adotado neste congresso. A delegação concorda com o critério que Bukharin, o informante, defendeu como a composição do programa. Também considera que, embora tenha sido proposta a finalização do texto, a questão da natureza do programa poderia ter sido especificada com mais precisão neste congresso.”

Mesa: Alguma outra delegação quer fazer uma declaração? Não é o caso. Alguém é contra a proposta do *Presidium*? Não é o caso.

A proposta do *Presidium* foi aprovada por unanimidade.

Antes de passar para o próximo ponto da agenda, passo a palavra ao camarada Zinoviev.

Zinoviev: Gostaria de enfatizar novamente, de forma breve, por que propusemos adotar esta resolução sem discussão. Espero que expresse a opinião da grande maioria dos presentes.

Em nossa opinião, dada a situação, uma substituição atrofiada e abreviada da discussão só poderia ser danosa. Por isso, propusemos – com o acordo explícito da maioria dos presentes – adotar a resolução sem começar uma discussão abreviada que, nessa questão complexa, só poderia ser danosa.

Espero que a resolução que propusemos seja a melhor.

Esquerdismo, doença infantil do comunismo

V. I. Lenin¹⁹

Capítulo 10 – Conclusões²⁰

[...]

As revoluções de fevereiro e outubro de 1917 levaram ao desenvolvimento multilateral dos soviets em todo o país e, depois, à sua vitória na revolução proletária, socialista. Menos de dois anos mais tarde, manifestou-se o caráter internacional dos soviets, a extensão dessa forma de luta e de organização ao movimento operário mundial, o destino histórico dos soviets de serem os coveiros, os herdeiros e os sucessores do parlamentarismo burguês, da democracia burguesa em geral.

[...]

Contudo, embora a escola preparatória que leva o movimento operário à vitória sobre a burguesia seja em toda parte idêntica em sua essência, seu desenvolvimento se efetua em cada país de modo original. Os grandes países capitalistas adiantados avançam por esse caminho muito mais rápido que o bolchevismo, ao qual a história concedeu um prazo de quinze anos para preparar-se como tendência política organizada a fim de conquistar a vitória. No curto prazo de um ano, a III Internacional já alcançou um triunfo decisivo ao desfazer a II Internacional, a Internacional amarela, social-chauvinista, que há poucos meses era incomparavelmente mais forte que a III, parecia sólida e poderosa e dispunha do apoio da burguesia mundial sob todas as formas, diretas e indiretas, materiais (postos ministeriais, passaporte, imprensa) e morais.

O que importa agora é que os comunistas de cada país levem em conta com plena consciência tanto as tarefas fundamentais, de princípio, da luta contra o oportunismo e o doutrinismo “de esquerda”, [ultraesquerda] como as particularidades concretas que essa luta adquire e deve adquirir, de forma inevitável em cada país, de acordo com os aspectos originais de sua economia, sua política, sua cultura, sua composição nacional (Irlanda etc.), suas colônias, diversidade de religiões etc. etc. Sente-se expandir e crescer em toda parte o descontentamento com a II Internacional por causa de seu oportunismo e sua inépcia, sua incapacidade para criar um órgão realmente centralizado e dirigente, apto para orientar a tática internacional do proletariado revolucionário em sua luta pela república soviética universal. É preciso compreender perfeitamente que esse centro dirigente não pode, de modo algum, ser formado segundo normas táticas estereotipadas de luta, igualadas de forma mecânica, idênticas. Enquanto subsistirem diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países – e essas diferenças subsistirão inclusive durante muito tempo depois da instauração universal da ditadura do proletariado – a unidade da tática internacional do movimento operário comunista de todos os países exigirá não a supressão da variedade, não a supressão das particularidades na-

¹⁹ *Esquerdismo, doença infantil no comunismo* foi escrito por Lenin entre abril e maio de 1920 e publicado em 10 de junho em russo e, em julho, em alemão, francês e inglês. Lenin controlou pessoalmente os prazos marcados para a composição e a impressão do livro, a fim de que ele fosse editado antes do início dos trabalhos do 2º Congresso da Internacional Comunista. O livro foi distribuído entre todos os delegados do congresso que se realizou em novembro de 1920 e marcou o início de uma luta política que se estendeu até o 3º e o 4º congressos: de um lado, a separação e a ruptura com os elementos e organizações que mantinham os métodos da II Internacional e não se preparavam para a luta revolucionária; de outro, os setores ultraesquerdistas.

²⁰ Comparado com a versão publicada em *Obras Completas*, edição em espanhol, 1985.

cionais (o que é, atualmente, um sonho absurdo), mas sim uma tal aplicação dos princípios fundamentais do comunismo (poder soviético e ditadura do proletariado) que modifique de forma acertada esses princípios em seus detalhes, que os adapte, que os aplique de forma acertada às particularidades nacionais e nacional-estatais.

Investigar, estudar, descobrir, adivinhar, captar o que há de particular e específico, do ponto de vista nacional, na maneira pela qual cada país aborda de forma concreta a solução do problema internacional comum, do problema do triunfo sobre o oportunismo e o doutrinismo de esquerda no movimento operário, a derrubada da burguesia, a instauração da república soviética e da ditadura proletária, é a principal tarefa do período histórico que atualmente atravessam todos os países adiantados (e não só os adiantados). Já se fez o principal – é evidente que não se fez tudo, absolutamente, mas já se fez o principal – para ganhar a vanguarda da classe operária para colocá-la ao lado do poder soviético contra o parlamentarismo, ao lado da ditadura do proletariado contra a democracia burguesa. Agora é preciso concentrar todas as forças e toda a atenção no passo seguinte, que parece ser – e, de certo modo, realmente é – menos fundamental, mas que, em compensação, está mais perto da solução efetiva do problema, isto é,: procurar as formas de passar à revolução proletária ou de abordá-la.

A vanguarda proletária está conquistada em termos ideológicos. Isso é o principal. Sem isso não é possível dar sequer o primeiro passo para a vitória. Mas daí para o triunfo ainda falta uma grande distância a percorrer. Apenas com a vanguarda é impossível triunfar. Lançar a vanguarda sozinha à batalha decisiva, quando toda a classe, quando as grandes massas ainda não adotaram uma posição de apoio direto a essa vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade simpática, e não são totalmente incapazes de apoiar o adversário, seria não só uma estupidez, como um crime. E para que realmente toda a classe, para que realmente as grandes massas dos trabalhadores e dos oprimidos pelo capital cheguem a ocupar essa posição, a propaganda e a agitação, por si, são insuficientes. Para isso necessita-se da própria experiência política das massas. Tal é a lei fundamental de todas as grandes revoluções, confirmada hoje com força e o realce surpreendentes, tanto pela, Rússia quanto pela Alemanha. Não só as massas incultas, em muitos casos analfabetas, da Rússia, como também as massas da Alemanha, muito cultas, sem nenhum analfabeto, precisaram experimentar em sua própria carne toda a impotência, toda a veleidade, toda a fraqueza, todo o servilismo ante a burguesia, toda a infâmia do governo dos cavalheiros da II Internacional, toda a inelutabilidade da ditadura dos ultrarreacionários (Kornilov na Rússia, Kapp & Cia. na Alemanha), única alternativa diante da ditadura do proletariado, para orientar-se de forma decidida rumo ao comunismo.

A tarefa imediata da vanguarda consciente do movimento operário internacional, isto é, dos partidos, grupos e tendências comunistas, consiste em saber atrair as amplas massas (hoje, em sua maior parte, ainda adormecidas, apáticas, rotineiras, inertes) para essa sua nova posição, ou, melhor dizendo, em saber dirigir não só seu próprio partido, como também essas massas no período de sua aproximação, de seu deslocamento para essa nova posição.

Se a primeira tarefa histórica (ganhar para o poder soviético e para a ditadura da classe operária a vanguarda consciente do proletariado) não podia ser cumprida sem uma vitória ideológica e política completa sobre o oportunismo e o social-chauvinismo, a segunda tarefa, que é agora imediata e que consiste em saber atrair as massas para essa nova posição capaz de assegurar o triunfo da vanguarda na revolução, não pode ser cumprida sem liquidar o doutrinismo de esquerda, sem corrigir completamente seus erros, sem desembaraçar-se deles.

Enquanto se trata (e na medida em que se trata ainda hoje) de ganhar para o comunismo a vanguarda do proletariado, a propaganda deve ocupar o primeiro lugar; inclusive os círculos, com todas as suas debilidades, são úteis nesse caso e dão resultados fecundos. Mas quando se trata da ação prática das massas, de movimentar – se me é permitido usar essa expressão – exércitos de milhões de homens, dispor todas as forças da classe de uma determinada sociedade para a luta final e decisiva, não conseguireis nada através apenas dos hábitos de propagandista, com a simples repetição das verdades do comunismo “puro”. E é porque nesse caso a conta não é feita aos milhares, como faz o propagandista membro de um grupo reduzido e que ainda não dirige massas, e sim aos milhões e dezenas de milhões.

Nesse caso é preciso perguntar a si próprio não só se convencemos a vanguarda da classe revolucionária, como também se estão em movimento as forças historicamente ativas de todas as classes da tal sociedade, obrigatoriamente de todas, sem exceção, de modo que a batalha decisiva esteja completamente amadurecida, de maneira que: 1) todas as forças de classe que nos são adversas estejam suficientemente perdidas na confusão, suficientemente lutando entre si, suficientemente debilitadas por uma luta superior a suas forças; 2) que todos os elementos vacilantes, instáveis, inconsistentes, intermediários, isto é, a pequena burguesia, a democracia pequeno-burguesa, que se diferencia da burguesia, estejam suficientemente desmascarados diante do povo, suficientemente cobertos de opróbrio por sua falência prática; 3) que nas massas proletárias comece a aparecer e a se expandir com poderoso impulso o afã de apoiar as ações revolucionárias mais resolutas, mais valentes e abnegadas contra a burguesia. É então que estará madura a revolução, que nossa vitória estará assegurada, caso tenhamos sabido levar em conta todas as condições levemente esboçadas acima e tenhamos escolhido de forma certa o momento.

[...]

A história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada de formas e aspectos, mais viva e mais “astuta” do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isso é compreensível, pois as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhares de homens acicatados [excitados] pela mais aguda luta de momentos de exaltação e tensão especiais de todas as faculdades humanas, pela consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhões de homens, enquanto a revolução é feita, em classes. Daí se depreendem duas conclusões práticas muito importantes: 1) a classe revolucionária, para realizar sua missão, deve saber utilizar todas as formas ou aspectos, sem a menor exceção, da atividade social (terminando depois da conquista do poder político, às vezes com grande risco e imenso perigo, o que não terminou antes dessa conquista); 2) a classe revolucionária deve estar preparada para substituir uma forma por outra do modo mais rápido e inesperado.

[...]

É muitíssimo mais difícil – e muitíssimo mais meritório – saber ser revolucionário quando ainda não existem as condições para a luta direta, aberta, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária, saber defender os interesses da revolução (por meio da propaganda, da agitação e da organização) em instituições não revolucionárias e, muitas vezes, simplesmente reacionárias, numa situação não revolucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a necessidade de um método revolucionário de ação. Saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou a modifica-

ção particular dos acontecimentos suscetíveis de levar as massas à grande luta revolucionária, verdadeira, final e decisiva é a principal missão do comunismo contemporâneo na Europa Ocidental e na América.

[...]

Poderia (e deveria) ser uma lição útil o que ocorreu com os chefes da II Internacional, tão eruditos e tão fiéis ao socialismo como Kautsky, Otto Bauer e outros. Compreendiam perfeitamente a necessidade de uma tática flexível, haviam aprendido e ensinavam aos demais a dialética de Marx (e muito do que foi feito por eles nesse terreno será sempre considerado como uma valiosa aquisição da literatura socialista); mas ao aplicar essa dialética incorreram num erro de tal natureza ou se mostraram na prática tão afastados da dialética, tão incapazes de levar em conta as rápidas modificações de forma e o rápido aparecimento de um conteúdo novo nas formas antigas, que sua sorte não é mais invejável que a de Hyndman, Guesde e Plekhanov. A causa fundamental de seu fracasso consiste em “terem fixado sua atenção” numa determinada forma de crescimento do movimento operário e do socialismo, esquecendo o caráter unilateral dessa fixação; tiveram medo de ver a brusca ruptura, inevitável em virtude das circunstâncias objetivas, e continuaram repetindo as verdades simples memorizadas e à primeira vista indiscutíveis: três é maior do que dois. Mas a política se parece mais com a álgebra que com a aritmética e mais ainda com as matemáticas superiores que com as matemáticas elementares. Na realidade, todas as formas antigas do movimento socialista adquiriram um novo conteúdo, razão pela qual surgiu diante das cifras um sinal novo, o sinal “menos”, enquanto nossos sábios continuavam (e continuam) tratando, com teimosia, de persuadir-se e de persuadir todo mundo de que “menos três” é maior que “menos dois”.

É preciso fazer com que os comunistas não repitam, só que em sentido contrário, esse mesmo erro, ou melhor, que esse mesmo erro, cometido, só que em sentido contrário, pelos comunistas “de esquerda” seja corrigido o mais cedo possível e curado rapidamente e com o menor sofrimento para o organismo. Não só o doutrinário de direita constitui um erro; o de esquerda também. Naturalmente, o erro do doutrinário de esquerda no comunismo é hoje em dia muito menos perigoso e grave que o de direita (isto é, do socialchauvinismo e do kautskismo); mas isso é devido apenas ao fato de que o comunismo de esquerda é uma tendência novíssima, que acaba de nascer. Só por isso, a doença pode ser, em certas condições, curada facilmente e é necessário empreender seu tratamento com a máxima energia.

As formas antigas se romperam, pois aconteceu de seu novo conteúdo – antiproletário, reacionário – adquirir um desenvolvimento desmedido. Do ponto de vista do desenvolvimento do comunismo internacional, possuímos hoje um conteúdo tão sólido, tão forte e tão poderoso de nossa atividade (em prol do poder dos soviets, em prol da ditadura do proletariado) que pode e deve manifestar-se sob qualquer forma, tanto antiga quanto nova; que pode e deve transformar, vencer, submeter todas as formas, não só novas como também antigas, não para conciliar-se com estas, mas para saber convertê-las todas, as novas e as velhas, numa arma da vitória completa e definitiva, decisiva e irremissível do comunismo.

[...]

PARTE 2

A experiência dos bolcheviques

Sobre a revisão do programa do partido

V. I. Lenin²¹

[...]

Da parte geral ou teórica do programa, passemos agora ao programa mínimo.

Aqui topamos de imediato com a proposta “muito radical”, na aparência, e muito infundada dos camaradas N. Bukharin e V. Smirnov, de eliminar na íntegra o programa mínimo.

Segundo eles, a divisão entre o programa máximo e o programa mínimo é “antiquada”. Não é necessária, na medida em que estamos falando de uma transição ao socialismo.

Nada de programa mínimo; direto ao programa de medidas de transição ao socialismo. Essa é a proposição desses dois camaradas, os quais, no entanto, por alguma razão, não se decidiram a apresentar seu próprio projeto (ainda que, como a revisão do programa do partido está na ordem do dia do próximo congresso, eles estivessem realmente obrigados a elaborar um projeto). É possível que os autores desta proposta, aparentemente “radical”, tenham freado por indecisão...

De toda maneira, temos de examinar suas opiniões.

A guerra e o descarrilamento econômico obrigaram todos os países a passar do capitalismo monopolista ao capitalismo monopolista de Estado. Essa é a situação objetiva. Mas nas condições da revolução, num período de revolução, o capitalismo monopolista de Estado se transforma diretamente em socialismo. É impossível avançar, durante a revolução, sem marchar para o socialismo: essa é a situação objetiva criada pela guerra e pela revolução. Isso foi o que levamos em consideração na nossa Conferência de Abril, que lançou as palavras de ordem de “República dos Sovietes” (a forma política da ditadura do proletariado) e de nacionalização dos bancos e consórcios [de empresas] (principal medida de transição ao socialismo).

Até aqui, todos os bolcheviques coincidem de maneira unânime, mas os camaradas V. Smirnov e N. Bukharin querem ir mais além, rechaçando na íntegra o programa mínimo.

Isso é o contrário do sábio conselho do sábio provérbio que diz: “Não cantes vitória antes de ter ganhado a batalha.”

Nós vamos à batalha, ou seja, lutamos para conquistar o poder político para nosso partido. Esse poder seria a ditadura do proletariado e dos camponeses pobres. Ao tomar o po-

²¹ Escrito entre 6 e 8 (19-21) de outubro de 1917. Publicado na revista *Prosveschenie*, nº 1-2. *Obras Completas*, 1985, ed. em espanhol, tomo 34, pp. 383-387.

der, de nenhum modo tememos ultrapassar os limites do regime burguês, senão, e pelo contrário, dizemos em voz alta, transparente, direta e exatamente, que nós vamos ultrapassar estes limites, que marcharemos sem temor até o socialismo, que nosso caminho passará pela República dos Sovietes, pela nacionalização dos bancos e grandes empresas, pelo controle operário, pelo trabalho geral obrigatório, pela nacionalização da terra, pelo confisco do gado de tração, [...] etc. etc. Nesse sentido, formulamos nosso programa de medidas de transição ao socialismo.

Contudo, não devemos cantar vitória antes da batalha. Não devemos descartar o programa mínimo, pois isso seria pura fanfarronada: não queremos “pedir nada à burguesia”, nós mesmo queremos realizar tudo, não queremos nos deter nos pequenos detalhes dentro do marco do regime burguês.

Seria pura fanfarronada, pois, em primeiro lugar, devemos conquistar o poder, coisa que ainda não fizemos. Devemos primeiro aplicar medidas de transição ao socialismo, devemos levar adiante nossa revolução, até o triunfo da revolução socialista mundial e, somente então, “quando ganhemos a batalha”, podemos e devemos descartar, por ser inútil, o programa mínimo.

Mas é possível garantir que o programa mínimo já não é mais necessário? É evidente que não, pela simples razão de que ainda não conquistamos o poder, que não realizamos o socialismo nem chegamos sequer ao começo da revolução socialista mundial.

Devemos avançar de forma firme e valente, sem vacilações, até esse objetivo, mas é ridículo afirmar que já o alcançamos quando manifestamente não é assim. Rechaçar agora mesmo o programa mínimo significaria na realidade declarar, proclamar (a rigor fanfarronadas) que já triunfamos.

Não, queridos camaradas, ainda não triunfamos.

Não sabemos se triunfaremos amanhã ou um pouco mais adiante. (Eu, pessoalmente, me inclino a acreditar que será amanhã – escrevo isso em 16 de outubro de 1917 – e que talvez demorem muito a tomar o poder; de todo modo, amanhã é amanhã e não hoje.) Não sabemos com que rapidez nossa vitória será seguida pela revolução no Ocidente. Não sabemos se nosso triunfo será ou não seguido por períodos transitórios de reação e de vitória da contrarrevolução – não há nada impossível nisso – e, por conseguinte, depois de nosso triunfo construiremos uma “linha tripla de trincheiras” para descartar essa possibilidade.

Nada devemos saber de tudo isso nem podemos saber.

Ninguém pode saber. Portanto é ridículo descartar o programa mínimo, indispensável enquanto vivermos no marco do regime burguês, enquanto não tenhamos destruído esse marco, enquanto não realizarmos as condições fundamentais para a passagem ao socialismo, enquanto não vencermos, primeiro, e aniquilarmos, depois, o inimigo (a burguesia). Tudo isso correrá, e talvez muito antes do que muitos pensam (eu, pessoalmente, penso que começará amanhã mesmo), mas ainda não ocorreu.

Tomemos o programa mínimo no seu aspecto político. É um programa para a república burguesa. Agregamos que não nos circunscrevemos aos seus limites, mas iniciaremos imediatamente a luta por um tipo de Estado superior, a República dos Sovietes.

Assim devemos fazê-lo. Devemos caminhar para essa nova república com atrevimento e de forma decidida e assim será, isso é certo, como marcharemos até ela.

Porém de nenhum modo se pode rechaçar o programa mínimo. Porque, em primeiro lugar, a República dos Sovietes não existe ainda; em segundo lugar, não se excluem “tentativas de restauração”; é necessário primeiro afrontá-las e vencê-las; em terceiro lugar, durante a transição do velho para o novo são possíveis “formas combinadas” transitórias (como observava, de maneira acertada há uns dias [a revista] *Rabochi Put*), por exemplo, uma República dos Sovietes e uma Assembleia Constituinte. Eliminemos primeiro tudo isso e depois teremos tempo para rechaçar o programa mínimo.

O mesmo ocorre na esfera econômica. Todos coincidimos que o medo de se dirigir ao socialismo é uma grande infâmia e uma traição à causa do proletariado. Todos coincidimos em que os primeiros passos fundamentais que serão dados nesse caminho devem figurar medidas como a nacionalização dos bancos e das *holdings*. Realizemos primeiro essas medidas e outras medidas similares e depois veremos.

Então, estaremos em condições de ver melhor, pois a experiência prática, que vale mil vezes mais que os melhores programas, ampliará infinitamente nosso horizonte. É possível e inclusive provável, e ainda indubitável, que tampouco aqui poderemos evitar as “formas combinadas” de transição; não poderemos, por exemplo, nacionalizar de imediato as pequenas empresas com um ou dois trabalhadores assalariados ou sequer submetê-las a um verdadeiro controle operário. Mas, na verdade, o papel delas será insignificante, ficarão atadas de pés e mãos pela nacionalização dos bancos e dos *trustes*, enquanto subsistam, ainda que sejam restos pequenos, as relações burguesas, para quê descartar o programa mínimo? Como marxistas que avançamos com audácia para a maior revolução do mundo, mas que ao mesmo tempo julgamos de forma serena os fatos, não temos o direito a descartar o programa mínimo.

Se o descartássemos agora demonstraríamos que perdemos a cabeça antes de ter triunfado. E não devemos perder a cabeça, nem antes da vitória, nem durante a vitória, nem depois dela, porque se perdermos a cabeça, perderemos tudo.

Quanto às propostas concretas, o camarada Bukharin não propõe praticamente nada; limita-se a repetir o que foi dito há muito tempo sobre a nacionalização dos bancos e dos *trustes*. O camarada V. Smirnov sugere em seu artigo uma extraordinária, interessante e instrutiva enumeração de reformas que se reduzem à regulação da produção e do consumo dos produtos. Em termos gerais, tudo isso já está, por exemplo, no meu projeto, seguido por um “etc.”

Agora, não me parece oportuno ir além, tratar de precisar de forma detalhada as diferentes medidas. Muitas coisas serão vistas melhor depois de se aplicar as medidas fundamentais de novo tipo, depois de nacionalizar os bancos, depois de passar ao controle operário; a experiência vai sugerir muitíssimas novas ideias, pois será a experiência de milhões de pessoas, a experiência da edificação de um novo regime econômico com a participação consciente de milhões de indivíduos. É evidente que se deve incorporar os aspectos novos, formular planos, avaliá-los, analisar experiências locais e parciais dos distintos soviets e comitês de abastecimento etc. etc. em artigos e folhetos e discursos: tudo isso é um trabalho muito útil. Mas seria prematuro carregar o programa de detalhes; poderia causar dano, amarrando nossas mãos com assuntos menores. E devemos ter as mãos livres para poder criar o novo com maior energia, uma vez que tenhamos entrado por inteiro pelo novo caminho.

A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la

V. I. Lenin²²

A fome se aproxima

Uma catástrofe inevitável ameaça a Rússia. O transporte ferroviário está incrivelmente desorganizado e desorganiza-se cada vez mais. As ferrovias pararão. Cessará o abastecimento de matérias-primas e de carvão para as fábricas. Cessará o abastecimento de cereais. Os capitalistas sabotam (estragam, param, arruinam, travam) de forma premeditada e constante, a produção, esperando que uma catástrofe inaudita cause a bancarrota da república e do democratismo, dos soviets e das associações proletárias e camponesas em geral, facilitando o retorno à monarquia e a restauração da onipotência da burguesia e dos latifundiários.

Uma catástrofe de dimensões nunca vistas e a fome ameaçam de forma inevitável. Disso já se falou em todos os jornais vezes sem conta. Uma quantidade inacreditável de resoluções foi tomada tanto pelos partidos quanto pelos soviets de deputados operários, soldados e camponeses – resoluções nas quais se reconhece que a catástrofe é inevitável, que está muito próxima, que é necessária uma luta desesperada contra ela, que são necessários “esforços heroicos” do povo para prevenir o desastre etc.

Todos o dizem. Todos o reconhecem. Todos o decidiram.

E não se faz nada.

Passou meio ano da revolução. A catástrofe se aproximou ainda mais. Chegou-se a um desemprego maciço. Pensai apenas: não há mercadorias no país, o país perece por falta de víveres, por falta de mão de obra, havendo quantidade suficiente de cereais e de matérias-primas – e é neste país, num momento tão crítico, que o desemprego se tornou maciço! Que outra prova será ainda preciso para demonstrar que em meio ano de revolução (que alguns chamam grande, mas que por agora seria talvez mais justo chamar podre), havendo uma república democrática, havendo abundância de associações, organismos, instituições que orgulhosamente chamam a si se “democrático-revolucionários”, de fato não se fez absolutamente nada de sério contra a catástrofe, contra a fome? Aproximamo-nos cada vez mais depressa da bancarrota, pois a guerra não espera e a desorganização criada por ela em todos os domínios da vida nacional se agrava sem cessar.

E, entretanto, basta um mínimo de atenção e de reflexão para nos convenceremos de que existem os meios de luta contra a catástrofe e a fome, de que as medidas de luta são perfeitamente transparentes, simples, perfeitamente realizáveis, perfeitamente ao alcance das forças do povo e de que essas medidas não são tomadas apenas porque a sua realização atingiria os lucros inauditos de um punhado de latifundiários e de capitalistas.

Com efeito, pode-se garantir que não encontrareis um só discurso, um só artigo de jornal de qualquer orientação, uma só resolução de qualquer assembleia ou instituição, onde não se reconheça de modo absolutamente explícito e definido a medida de luta fundamental e principal, a medida para prevenir a catástrofe e a fome. Esta medida é: o controle, a vigilância, o registo, a regulação por parte do Estado, o estabelecimento de uma distribuição correta da força de trabalho na produção e na distribuição dos produtos, a poupança das forças do povo, a eliminação de todo o dispêndio inútil de forças, a sua economia. Controle, vigilância,

²² *Obras Escolhidas* em três tomos, tomo 2, pp 165-200, Edições Avante, 1978.

registo – eis a primeira palavra na luta contra a catástrofe e a fome. Eis o que é incontestável e geralmente reconhecido. E é exatamente o que não se faz por medo de atentar contra a onipotência dos latifundiários e dos capitalistas, contra os seus lucros desmedidos, inauditos, escandalosos, lucros extraídos à custa da carestia, dos fornecimentos de guerra (e hoje quase todos “trabalham”, de forma direta ou indireta, para a guerra), lucros que todos conhecem, que todos observam e em relação aos quais toda a gente diz ai! e ui!

E o Estado não faz absolutamente nada para estabelecer um controle, um registro e uma vigilância minimamente sérios.

[...]

As medidas de controle são universalmente conhecidas e fáceis

Pode surgir a questão: os meios e medidas de controle não representarão algo de extraordinariamente complicado e difícil, ainda não experimentado, mesmo desconhecido? Não se explicarão as dilações pelo fato de que os homens de Estado do partido democrata-constitucionalista, da classe industrial e comercial, dos partidos dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques se esforçam há já meio ano na pesquisa, estudo e descoberta das medidas e meios de controle, mas a tarefa revela-se incrivelmente difícil e ainda não está resolvida?

Infelizmente, esforçam-se por “atirar areia aos olhos” e apresentar as coisas deste modo ao mujique ignorante, inculto e intimidado e ao filisteu, que em tudo acreditam e nada aprofundam. Na realidade, até o tzarismo, até o “velho regime”, criando os comitês industriais de guerra, conhecia a medida fundamental, o principal meio e a via do controle: a associação da população segundo as diferentes profissões, objetivos de trabalho, ramos de atividade etc. Mas o tzarismo temia a associação da população e por isso limitava de todas as maneiras, restringia de forma artificial esse meio e essa via de controle universalmente conhecidos, fáceis e perfeitamente aplicáveis.

Todos os estados beligerantes, que sofrem o peso extremo e as calamidades da guerra, que sofrem – numa ou noutra medida – a ruína e a fome, há muito estabeleceram, definiram, experimentaram e aplicaram toda uma série de medidas de controle que, quase sempre, se reduzem à associação da população, à criação ou ao estímulo de associações de diferentes tipos, com a participação de representantes do Estado, com a sua vigilância etc. Todas as medidas de controle são universalmente conhecidas e sobre elas muito se disse e muito se escreveu, as leis publicadas pelas potências beligerantes avançadas e relacionadas ao controle foram traduzidas para o russo ou expostas de forma detalhada na imprensa russa.

Se o nosso governo quisesse realmente realizar o controle de maneira séria e eficaz, se as suas instituições não tivessem condenado a si próprias pelo seu servilismo para com os capitalistas, a uma “completa inação”, ao Estado restaria apenas pegar com ambas as mãos a rica reserva de medidas de controle já conhecidas, já aplicadas. O único obstáculo a isso – obstáculo que os democratas-constitucionalistas, os socialistas-revolucionários e os mencheviques encobrem aos olhos do povo – foi e continua a ser que o controle revelaria os fabulosos lucros dos capitalistas e prejudicaria esses lucros.

Para elucidar com maior evidência essa questão importantíssima (equivalente, no fundo, à questão do programa de qualquer governo revolucionário de verdade, que queira salvar a Rússia da guerra e da fome), enumeraremos as medidas principais de controle e examinaremos cada uma delas.

Veremos que a um governo, não intitulado democrático-revolucionário apenas por troca, bastaria, logo na primeira semana da sua existência, decretar (prescrever, ordenar) a realização das principais medidas de controle, estabelecer sanções sérias, severas, contra os capitalistas que por meios fraudulentos se subtraíssem ao controle, e convidar a própria população a vigiar os capitalistas, a vigiar o cumprimento escrupuloso por eles das disposições sobre o controle – e o controle já teria sido realizado há muito na Rússia.

Estas medidas principais são:

1. união de todos os bancos em um só e controle estatal das suas operações ou nacionalização dos bancos;
2. nacionalização dos consórcios, isto é, das associações monopolistas mais importantes dos capitalistas (consórcio açucareiro, petrolífero, carbonífero, metalúrgico etc.).
3. abolição do segredo comercial.
4. consorcização obrigatória (isto é, união obrigatória em associações) dos industriais, comerciantes e patrões em geral.
5. união obrigatória da população em sociedades de consumo ou o estímulo dessa união e controle dela.

Vejamos qual a importância que teria cada uma dessas medidas nas condições da sua aplicação democrático-revolucionária.

Nacionalização dos Bancos

Os bancos, como é sabido, representam os centros da vida econômica atual, os centros nervosos principais de todo o sistema capitalista de economia nacional. Falar da “regulação da vida econômica” e eludir a questão da nacionalização dos bancos significa ou revelar a ignorância mais completa ou enganar o “povinho” com palavras pomposas e promessas grandiloquentes, com a decisão premeditada de não cumprir essas promessas.

Controlar e regular as entregas de cereais ou, em geral, a produção e a repartição dos produtos sem controlar e regular as operações bancárias é um absurdo. Isso é semelhante a caçar problemáticos “copequezinhas” e fechar os olhos a milhões de rublos. Os bancos atuais ligaram-se de forma tão estreita e indissolúvel ao comércio (de cereais e qualquer outro) e com a indústria que, sem “deitar a mão” aos bancos, decididamente não se pode fazer nada de sério, nada de “democrático-revolucionário”.

Mas talvez este “deitar a mão” do Estado aos bancos represente uma operação muito difícil e complicada? É precisamente com tal quadro que se procura habitualmente intimidar os filisteus – procuram, naturalmente, os capitalistas e os seus defensores, pois isso é vantajoso para eles.

Na realidade, a nacionalização dos bancos, que não tira um só copeque de nenhum “proprietário”, não apresenta absolutamente nenhuma dificuldade, nem técnica nem cultural, e é retardada exclusivamente pela sórdida cupidez de um ínfimo punhado de ricos. Se com tanta frequência se confunde a nacionalização dos bancos com a nacionalização dos bens privados, a culpada por essa confusão de conceitos é a imprensa burguesa, cujo interesse consiste em enganar o público.

A propriedade dos capitais que os bancos manejam e que estão concentrados nos bancos é atestada por certificados impressos ou escritos, chamados ações, obrigações, letras,

recibos etc. Com a nacionalização dos bancos, isto é, com a fusão de todos os bancos em um só banco de Estado, nenhum destes certificados desaparece nem se modifica. Quem possuía 15 rublos na sua caderneta de caixa econômica continua possuidor de 15 rublos também depois da nacionalização dos bancos, e quem tinha 15 milhões continua, depois da nacionalização dos bancos, com 15 milhões sob a forma de ações, obrigações, letras, certificados de mercadorias etc.

Em quê, pois, consiste a importância da nacionalização dos bancos?

Em que não é possível qualquer controle efetivo de bancos separados e das suas operações (mesmo que o segredo comercial seja abolido), pois não se pode acompanhar os processos extremamente complexos, embrulhados e perspicazes utilizados para fazer os balanços, fundar empresas e filiais fictícias, fazer intervir testas-de-ferro etc. etc. Só a união de todos os bancos em um só, sem significar em si a menor mudança nas relações de propriedade, sem tirar, repetimos, um só copeque de qualquer proprietário, dá a possibilidade de um controle efetivo – naturalmente com a condição de serem aplicadas todas as outras medidas atrás indicadas. Só com a nacionalização dos bancos é possível conseguir que o Estado saiba onde e como, de onde e em que momento correm os milhões e os milhares de milhões. E só o controle sobre os bancos, sobre o centro, sobre o eixo principal e o mecanismo fundamental da circulação capitalista, permitiria organizar, de fato e não em palavras, o controle de toda a vida econômica, da produção e da distribuição dos mais importantes produtos, organizar a “regulação da vida econômica”, que de outro modo está inevitavelmente votada a permanecer uma frase ministerial para enganar o povinho. Só o controle das operações bancárias, se reunidas em um só banco de Estado, permite organizar, com outras medidas facilmente aplicáveis, a cobrança efetiva do imposto sobre o rendimento sem sonegação de bens e rendimentos, pois agora o imposto sobre os rendimentos continua a ser em larguíssima medida uma ficção.

Bastaria pura e simplesmente decretar a nacionalização dos bancos – e os próprios diretores e empregados a realizariam. Aqui não se exige nenhum aparelho especial, nenhum passo preparatório especial por parte do Estado; essa medida é realizável por um simples decreto, “de um só golpe”. Pois a possibilidade econômica de tal medida foi criada exatamente pelo capitalismo uma vez que ele se desenvolveu até a criação das letras, ações, obrigações etc. Aqui falta apenas unificar a contabilidade, e se o Estado democrático-revolucionário decidisse a convocação imediata, pelo telégrafo, de assembleias de diretores e empregados em todas as cidades e de congressos em todas as regiões e em todo o país para a união urgente de todos os bancos em um só banco de Estado, essa reforma seria realizada em algumas semanas. É evidente que seriam exatamente os diretores e os empregados superiores que ofereceriam resistência, que se esforçariam por enganar o Estado, por protelar as coisas etc., pois esses senhores perderiam os seus lugarzinhos especialmente rendosos, perderiam as possibilidades de se dedicarem a operações fraudulentas especialmente lucrativas: aqui é que está o essencial. Mas não existe a menor dificuldade técnica para a união dos bancos e, se o poder de Estado fosse revolucionário não só em palavras (isto é, se não tivesse medo de romper com a inércia e com a rotina), democrático não só em palavras (isto é, se agisse no interesse da maioria do povo e não de um punhado de ricos), bastaria decretar o confisco dos bens e a prisão como punição para os diretores, membros da administração, grandes acionistas, pelo menor protelamento das coisas e pela tentativa de esconder documentos e relatórios, bastaria, por exemplo, agrupar à parte os empregados pobres e dar a eles um prêmio pela descoberta de fraudes e protelamentos por parte dos ricos – e a nacionalização dos bancos seria feita com a maior facilidade, com a maior rapidez.

As vantagens da nacionalização dos bancos seriam imensas para todo o povo, em especial não para os operários (pois os operários pouco têm a ver com os bancos), mas para a massa dos camponeses e dos pequenos industriais. Obter-se-ia uma economia gigantesca de trabalho e, se supusermos que o Estado conservaria o número anterior de empregados bancários, isso significaria um passo em frente extremamente grande no sentido da universalização (generalização) da utilização dos bancos, do aumento do número das suas sucursais, da acessibilidade das suas operações etc. etc. A acessibilidade e a facilidade do crédito precisamente para os pequenos patrões, para os camponeses, cresceria de forma extraordinária. E o Estado teria pela primeira vez a possibilidade, primeiro, de conhecer todas as principais operações financeiras, sem a sua dissimulação, depois, de as controlar, em seguida, de regular a vida econômica, por fim, de obter milhões e milhares de milhões para as grandes operações do Estado sem pagar pelo “serviço prestado” “comissões” fabulosas aos senhores capitalistas. Eis por que – e só por isso – todos os capitalistas, todos os professores burgueses, toda a burguesia, todos os Plekhanovs e Potressovs e Cia. que os servem estão prontos a lutar, espumando de raiva, contra a nacionalização dos bancos, a inventar mil pretextos contra essa medida facilíma urgentíssima apesar de que, mesmo do ponto de vista da “defesa” do país, isto é, do ponto de vista militar, essa medida fosse uma vantagem gigantesca, aumentasse em enorme medida o “poderio militar” do país.

Aqui podem talvez objetar: por que estados tão avançados como a Alemanha e os Estados Unidos da América põem em prática uma magnífica “regulação da vida econômica” sem sequer pensarem em aplicar a nacionalização dos bancos?

Porque, respondemos nós, esses Estados, embora um sendo uma monarquia e outro, uma república, são ambos não só capitalistas, mas também imperialistas. Como tais, põem em prática as reformas que lhes são necessárias pela via burocrático-reacionária, e nós falamos aqui da via democrático-revolucionária.

Essa “pequena diferença” tem uma importância muito essencial. A maior parte das vezes “não é costume” pensar nela. As palavras “democracia revolucionária” tornaram-se entre nós (em especial entre os socialistas-revolucionários e os mencheviques) uma frase quase convencional, como a expressão “graças a Deus”, que é usada também por pessoas que não são tão ignorantes que acreditem em Deus, ou como a expressão “respeitável cidadão”, que por vezes se emprega mesmo em relação aos colaboradores do *Den*²³ ou do *Edinstvo*, embora quase todos desconfiem de que esses jornais tenham sido fundados e sejam mantidos pelos capitalistas, no interesse dos capitalistas, e que por isso a participação de pseudosocialistas neles tem em si muito pouco de “respeitável”.

Se as palavras “democracia revolucionária” são usadas não como uma frase pomposa e estereotipada, não como um epíteto convencional, mas refletindo sobre o seu significado, ser democrata significa de fato ter em conta os interesses da maioria do povo e não da minoria, ser revolucionário significa destruir da maneira mais decidida e mais implacável tudo o que é nocivo, caduco.

Nem na América nem na Alemanha, nem o governo nem as classes dirigentes pretendem, tanto quanto se sabe, o título de “democracia revolucionária”, que pretendem (e que prostituem) os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques.

²³ *Den* (O Dia): diário burguês liberal publicado em Petersburgo de 1912 a outubro de 1917. Tornou-se o órgão dos mencheviques liquidacionistas após a revolução democrática burguesa de fevereiro de 1917.

Na Alemanha, há ao todo quatro grandes bancos privados, que têm importância nacional; na América, há ao todo dois: é mais fácil, mais cômodo e mais vantajoso para os reis financeiros desses bancos se unirem em privado, em segredo, de maneira reacionária e não revolucionária, burocrática e não democrática, subornando os funcionários do Estado (isso é a regra geral, tanto na América quanto na Alemanha) e conservando o caráter privado dos bancos precisamente para conservar o segredo das operações, precisamente para receber desse mesmo Estado milhões e milhões de “superlucros”, precisamente para assegurar fraudulentas manipulações financeiras.

Tanto a América quanto a Alemanha “regulam a vida econômica” de maneira a criar um presídio militar para os operários (e em parte para os camponeses) e um paraíso para os banqueiros e os capitalistas. A sua regulação consiste em “apertar” os operários até a fome e em assegurar aos capitalistas (em segredo, de modo burocrático-reacionário) lucros superiores aos de antes da guerra.

Tal via é perfeitamente possível também para a Rússia imperialista republicana; aplicam-na também não só os Miliukov e os Chingariov, mas também Kerensky em conjunto com Terechtchenko, Nekrassov, Bernatski, Prokopovitch e Cia., que também protegem de modo burocrático-reacionário a “inviolabilidade” dos bancos, os seus sagrados direitos e lucros fabulosos. Digamos, pois a verdade: na Rússia republicana, quer-se regular a vida econômica de modo burocrático-reacionário, mas “com frequência” encontra-se dificuldades em realizá-lo com a existência dos “soviets”, que o Kornilov número um não conseguiu dispersar, mas que um Kornilov número dois tentará dispersar...

Tal será a verdade. E essa verdade simples, embora também amarga, é mais útil para elucidar o povo do que as doces mentiras sobre a “nossa”, “grande”, “revolucionária” democracia...

★ ★ ★

A nacionalização dos bancos facilitaria de forma extraordinária a nacionalização simultânea dos seguros, isto é, a união de todas as companhias de seguros numa só, a centralização da sua atividade, o seu controle pelo Estado. Também aqui os congressos de empregados das sociedades de seguros realizariam essa união de imediato e sem qualquer esforço, se o Estado democrático-revolucionário a decretasse e ordenasse aos diretores da administração, aos grandes acionistas, sob a estrita responsabilidade de cada um deles, que realizassem a união sem a menor demora. Os capitalistas investiram centenas de milhões nos seguros, todo o trabalho é realizado pelos empregados. A união dos seguros reduziria o prêmio do seguro, daria uma quantidade de vantagens e de facilidades a todos os segurados, permitiria aumentar o seu número com o anterior dispêndio de forças e de meios. Absolutamente nenhuma das outras circunstâncias exceto a inércia, a rotina e a cupidez de um punhado de possuidores de lugarzinhos rendosos retarda essa reforma, que aumentaria também, além disso, a “capacidade de defesa” do país, poupando o trabalho do povo, abrindo muitas possibilidades de “regular a vida econômica”, de fato e não em palavras.

Nacionalização dos consórcios

O capitalismo se distingue dos sistemas antigos, pré-capitalistas, de economia nacional pelo fato de que criou uma estreitíssima ligação e interdependência entre os seus diferentes ramos. Se não fosse isso – diga-se de passagem –, qualquer passo no sentido do socialismo seria tecnicamente irrealizável. Ora, o capitalismo atual, com o domínio dos bancos sobre a

produção, levou ao mais alto grau essa interdependência dos diferentes ramos da economia nacional. Os bancos e os ramos mais importantes da indústria e do comércio se ligaram de forma indissolúvel. Isso significa, por um lado, que não é possível apenas nacionalizar os bancos sem dar passos para a criação do monopólio de Estado sobre os consórcios comerciais e industriais (açucareiro, carbonífero, siderúrgico, petrolífero etc.) sem nacionalizar esses consórcios. Por outro lado, isso significa que a regulação da vida econômica, se é realizada a sério, exige a nacionalização simultânea dos bancos e dos consórcios.

Tomemos como exemplo o consórcio açucareiro. Foi criado ainda sob o tzarismo e levou então a uma união capitalista muito grande de fábricas equipadas de forma magnífica e, além disso, essa união naturalmente estava impregnada até a medula pelo espírito mais reacionário e burocrático, assegurava aos capitalistas lucros escandalosamente altos, reduzia os empregados e os operários à situação de escravos, privados de direitos, humilhados, bestializados. Já então o Estado controlava e regulava a produção – em proveito dos magnatas, dos ricos.

Aqui resta apenas transformar a regulação burocrático-reacionária em democrático-revolucionária com simples decretos sobre a convocação de um congresso dos empregados, dos engenheiros, dos diretores, dos acionistas, sobre a introdução de uma contabilidade uniforme, sobre o controle pelos sindicatos operários etc. Isso é a coisa mais simples – e, no entanto, continua por fazer!! Sob a república democrática, mantém-se de fato uma regulação burocrático-reacionária da indústria açucareira, tudo se mantém como antes, dilapidação do trabalho popular, rotina e estagnação, enriquecimento dos Bobrinski e dos Terechtchenko. Chamar à iniciativa autônoma a democracia e não a burocracia, os operários e os empregados e não os “reis do açúcar”, eis o que se poderia e deveria fazer em alguns dias, de um só golpe – se os socialistas-revolucionários e os mencheviques não obscurecessem a consciência do povo com planos de “coligação” justamente com esses reis do açúcar, justamente essa coligação com os ricos, devido à qual e em consequência da qual é absolutamente inevitável a “completa inação” do governo na regulação da vida econômica²⁴.

Tomemos a indústria do petróleo. Ela já foi “socializada” numa proporção gigantesca pelo desenvolvimento anterior do capitalismo. Um par de reis do petróleo – eis quem maneja milhões e centenas de milhões, ocupa-se a cortar cupões, a acumular lucros fabulosos de um “negócio” já organizado de fato, tecnicamente, socialmente, em escala nacional, já conduzido por centenas e milhares de empregados, engenheiros etc. A nacionalização da indústria petrolífera é possível imediatamente e é obrigatória para um Estado democrático-revolucionário, especialmente quando este atravessa uma crise gravíssima, quando é necessário a todo o custo economizar o trabalho do povo e aumentar a produção de combustível. É evidente que aqui um controle burocrático nada dará, nada mudará, pois os “reis do petróleo” vencerão os Terechtchenko, os Kerensky, os Avxentiev e os Skobelev com a mesma facilidade com que venciam os ministros do tzar, vencerão por meio de protelamentos, pretextos, promessas e depois pelo suborno direto e indireto da imprensa burguesa (chama-se a isso de “opinião pública”, e os Kerensky e os Avxentiev “a têm em conta”), pelo suborno dos funcionários (mantidos pelos Kerensky e os Avxentiev nos velhos lugares do velho aparelho de Estado intacto).

Para fazer qualquer coisa a sério, é preciso passar da burocracia, e passar de modo revolucionário de verdade, à democracia, isto é, declarar guerra aos reis e acionistas do petróleo, decretar o confisco dos seus bens e penas de prisão por protelamento da nacionalização da indústria petrolífera, por dissimulação de rendimentos ou relatórios, por sabota-

²⁴ Estas linhas já estavam escritas quando li nos jornais que o governo de Kerensky estabelecera o monopólio do açúcar e que, naturalmente, o estabelecera de modo burocrático-reacionário, sem congressos de empregados e operários, sem publicidade, sem dominar os capitalistas!! (Nota do autor)

gem da produção, por não adoção de medidas para elevar a produção. É preciso apelar para a iniciativa dos operários e dos empregados, convocá-los imediatamente para conferências e congressos, entregar nas suas mãos uma determinada parte dos lucros com a condição da criação de um controle omnilateral e do aumento da produção. Se tais passos democrático-revolucionários tivessem sido dados logo de início, imediatamente, em abril de 1917, então a Rússia, um dos países mais ricos do mundo pelas suas reservas de combustível líquido, teria podido fazer muito e muito no verão, utilizando os transportes por barco no abastecimento do povo com a quantidade necessária de combustível.

Nem o governo burguês nem o da coligação dos socialistas-revolucionários – mencheviques – democratas-constitucionalistas fizeram absolutamente nada, limitaram-se ao jogo burocrático às reformas. Não ousaram dar um só passo democrático-revolucionário. Os mesmos reis do petróleo, a mesma estagnação, o mesmo ódio dos operários e dos empregados aos exploradores e, nesta base, a mesma desorganização, o mesmo desperdício do trabalho do povo, tudo está como no tempo do tzarismo, mudou apenas o timbre dos papéis que entram e saem nas chancelarias “republicanas”!

Com relação à indústria do carvão, não menos “pronta” do ponto de vista técnico e cultural para a nacionalização, desavergonhadamente administrada pelos saqueadores do povo, os reis do carvão, temos uma série de fatos evidentíssimos de sabotagem direta, de deterioração e de paralisação diretas da produção pelos industriais. Até o ministerial menchevique *Rabotchaia Gazeta* reconheceu esses fatos. E então? Não se fez absolutamente nada, à parte as velhas conferências burocrático-reacionárias “paritárias”, formadas em partes iguais por operários e pelos bandidos do consórcio carbonífero!! Nenhum passo democrático-revolucionário, nem a sombra de uma tentativa para estabelecer o único controle real, de baixo, pelo sindicato dos empregados, pelos operários, por meio do terror em relação aos industriais do carvão que arruinam o país e paralisam a produção! Então como é possível, pois somos “todos” pela “coligação”, se não com os democratas-constitucionalistas pelo menos com os círculos comerciais e industriais, e essa coligação significa deixar o poder aos capitalistas, deixá-los impunes, permitir-lhes que travem as coisas, que atirem tudo para cima dos operários, que intensifiquem a ruína, que preparem, desse modo, uma nova kornilovada!

Abolição do segredo comercial

Sem a abolição do segredo comercial, o controle da produção e da distribuição ou permanece uma promessa oca, necessária apenas para os democratas-constitucionalistas intrujarem os socialistas-revolucionários e os mencheviques e para os socialistas-revolucionários e os mencheviques intrujarem as classes trabalhadoras, ou o controle só pode ser realizado por processos e medidas burocrático-reacionários. Apesar de isso ser evidente para qualquer pessoa sem preconceitos, apesar da insistência tenaz da abolição do segredo comercial pelo *Pravda*²⁵ (encerrado, em larga medida, precisamente por isso pelo governo de Kerensky, que serve o capital), nem o nosso governo republicano nem os “organismos competentes da democracia revolucionária” sequer pensaram nessa primeira palavra de um verdadeiro controle.

É precisamente aqui que está a chave de todo o controle. É precisamente aqui que está o ponto mais sensível do capital que saqueia o povo e sabota a produção. E é precisamente por isso que os socialistas-revolucionários e os mencheviques têm medo de tocar esse ponto.

²⁵ Ver V. I. Lenin, *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, tomo 32, pp. 203-204, 3 17, 3 1 8-320, 390-392, 393-394, 395-397. (NdoE)

O argumento habitual dos capitalistas, repetido sem pensar pela pequena burguesia, consiste em que a economia capitalista de nenhum modo admite a abolição do segredo comercial, pois a propriedade privada dos meios de produção, a dependência das diferentes empresas em relação ao mercado, tornam necessária a “sagrada inviolabilidade” dos livros comerciais e das operações comerciais, incluindo, naturalmente, as bancárias.

As pessoas que de uma forma ou de outra repetem esse argumento ou outros semelhantes se deixam enganar e enganam elas próprias o povo fechando os olhos a dois fatos fundamentais, importantíssimos e geralmente conhecidos da vida econômica atual. Primeiro fato: o grande capitalismo, isto é, as particularidades da economia dos bancos, dos consórcios, das grandes fábricas etc. Segundo fato: a guerra.

É precisamente o grande capitalismo atual, que se transforma em toda a parte em capitalismo monopolista, que retira qualquer sombra de razão ao segredo comercial, faz dele uma hipocrisia e um instrumento exclusivamente para dissimular as fraudes financeiras e os lucros inacreditáveis do grande capital. A grande empresa capitalista é, pela sua própria natureza técnica, uma empresa socializada, isto é, que trabalha para milhões de pessoas e une pelas suas operações, de maneira direta e indireta, centenas, milhares e dezenas de milhares de famílias. Ela não é como a empresa do pequeno artesão ou do camponês médio, que geralmente não mantém nenhuns livros comerciais e a quem, por isso, a abolição do segredo comercial não afeta!

De qualquer modo, na grande empresa as operações são conhecidas por centenas de pessoas e até mais. A lei que protege o segredo comercial serve aqui não às necessidades da produção ou da troca, mas à especulação e ao lucro sob a forma mais brutal, a fraude direta, a qual, como é sabido, adquire particular difusão nas sociedades por ações e é encoberta com uma habilidade particular pelos relatórios e balanços fabricados de maneira a enganar o público.

Se o segredo comercial é inevitável na pequena economia mercantil, isto é, entre os pequenos camponeses e artesãos, em que a própria produção não está socializada, mas pulverizada, fragmentada, já na grande empresa capitalista proteger esse segredo é proteger os privilégios e os lucros de um punhado, literalmente de um punhado, de homens *contra* todo o povo. Isso já foi reconhecido pela própria lei, na medida em que foi introduzida a publicação dos relatórios das sociedades por ações, mas esse controle – já aplicado em todos os países avançados e também na Rússia – é precisamente um controle burocrático, reacionário, que não abre os olhos *do povo, que não permite* conhecer *toda a verdade* sobre as operações das sociedades por ações.

Para agir de modo democrático-revolucionário, seria preciso publicar imediatamente outra lei abolindo o segredo comercial, exigindo das grandes empresas e dos ricos os relatórios mais completos, conferindo a qualquer grupo de cidadãos suficientemente numeroso para ser considerado democrático (digamos, 1.000 ou 10.000 eleitores) o direito de examinar todos os documentos de qualquer grande empresa. Tal medida é fácil e perfeitamente realizável por simples decreto; apenas ela daria livre curso à iniciativa popular de controle por meio dos sindicatos de empregados, por meio dos sindicatos de operários, por meio de todos os partidos políticos, apenas ela tornaria o controle sério e democrático.

Acrescentai ainda a isso a guerra. A imensa maioria das empresas industriais e comerciais trabalha agora não para o “mercado livre”, mas para o tesouro, para a guerra. Já disse por isso no *Pravda* que aqueles que nos objetam com argumentos sobre a impossibilidade de introduzir o socialismo mentem e tornam a mentir, pois não se trata de introduzir o socia-

lismo agora, diretamente, de hoje para amanhã, mas sim de revelar a dilapidação do tesouro público²⁶.

A economia capitalista “para a guerra” (isto é, a economia direta ou indiretamente ligada aos fornecimentos de guerra) é uma dilapidação sistemática, legalizada, do tesouro público, e os senhores democratas-constitucionalistas, junto com os mencheviques e os socialistas-revolucionários, que se opõem à abolição do segredo comercial, não são senão cúmplices e encobridores da dilapidação do tesouro público.

A guerra custa agora à Rússia 50 milhões de rublos por dia. Esses 50 milhões por dia vão na maior parte para os fornecedores de guerra. Desses 50 milhões pelo menos 5 milhões ao dia, mas provavelmente 10 milhões ou mais, constituem os “lucros lícitos” dos capitalistas e dos funcionários que, de uma maneira ou de outra, estão em conluio com eles. As firmas especialmente importantes e os bancos que adiantam o dinheiro para as operações com os fornecimentos de guerra ganham aqui lucros inauditos, ganham precisamente com a dilapidação do tesouro público, pois não se pode chamar de outro modo esse enganar e esfolar o povo “à custa” das calamidades da guerra, “à custa” da morte de centenas de milhares e de milhões de pessoas.

“Toda a gente” sabe desses lucros escandalosos com os fornecimentos, das “cartas de garantia” dissimuladas pelos bancos, de quem enriquece com o aumento da carestia; fala-se disso com um sorrizinho na “sociedade”, até na imprensa burguesa, que regra geral silencia os fatos “desagradáveis” e elude as questões “delicadas”, dá-se a esse respeito não poucas indicações precisas. Todos sabem – e todos se calam, todos toleram, todos se conformam com o governo que fala de maneira grandiloquente de “controle” e de “regulação”!!

Os democratas revolucionários, se fossem autenticamente revolucionários e democratas, publicariam imediatamente uma lei que abolisse o segredo comercial, que obrigasse os fornecedores e negociantes a prestarem contas, que lhes proibisse o abandono do seu gênero de atividade sem permissão do poder, que introduzisse o confisco dos bens e o fuzilamento²⁷ por dissimulação e engano do povo, que organizasse a verificação e o controle de baixo, de forma democrática, por parte do próprio povo, pelos sindicatos de empregados, de operários, pelas associações de consumidores etc.

Os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques merecem plenamente o nome de democratas assustados, pois nessa questão repetem o que dizem todos os filisteus assustados, ou seja, que os capitalistas “fugirão” caso sejam tomadas medidas “demasiado rigorosas”, que “nós” não conseguiremos avançar sem os capitalistas, que os milionários anglo-franceses que nos “apoiam” talvez se “ofendam” etc. Poder-se-ia crer que os bolcheviques propõem uma coisa jamais vista na história da humanidade, jamais experimentada, “utópica”, quando, de fato, há já 125 anos, na França, homens que eram “democratas revolucionários” de verdade, convencidos de verdade do caráter justo e defensivo da guerra que faziam, homens que se apoiavam de verdade nas massas populares sinceramente convencidas do mesmo –, esses homens souberam estabelecer um controle revolucionário sobre os ricos e obter resultados que suscitaram a admiração de todo o mundo. E, durante os cinco quartos de século decorridos, o desenvolvimento do capitalismo, ao criar os bancos, os consórcios, as ferrovias etc. etc., tornou cem vezes mais fáceis e mais simples as medidas de um contro-

²⁶ Ver V. I. Lenin, *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, tomo 32, pp. 318-320. (NdoE)

²⁷ “Já tive ocasião de indicar na imprensa bolchevique que o único argumento justo contra a pena de morte é a sua aplicação pelos exploradores às massas de trabalhadores para defender a exploração.” (Ver V. I. Lenin, *Obras Completas*, 5ª ed. em russo, tomo 34, pp. 94-97, NdoE). Dificilmente qualquer governo revolucionário pode prescindir da pena de morte contra os exploradores (isto é, contra os latifundiários e os capitalistas). (Nota do autor)

le democrático de verdade por parte dos operários e dos camponeses sobre os exploradores, os latifundiários e os capitalistas.

No fundo, toda a questão do controle se reduz a saber quem controla quem, isto é, que classe é a que controla e que classe é a controlada. Até agora, entre nós, na Rússia republicana, com a participação dos “órgãos competentes” são reconhecidos e mantidos no papel de controladores os latifundiários e os capitalistas. O resultado inevitável é a pilhagem pelos capitalistas, que desperta a indignação geral do povo, e a ruína, que é mantida de modo artificial pelos capitalistas. É preciso passar de forma resoluto, irrevogável, sem receio de romper com o que é velho, sem receio de construir com ousadia o que é novo, ao controle sobre os latifundiários e os capitalistas por parte dos operários e dos camponeses. Mas os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques têm mais medo disso que do fogo.

União obrigatória em associações

A consorcização obrigatória, isto é, a união obrigatória em associações, por exemplo, dos industriais é já aplicada na prática pela Alemanha. Também aqui nada há de novo. Também aqui, por culpa dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, vemos a estagnação mais completa da Rússia republicana, que estes partidos pouco respeitáveis “entretêm” com uma quadrilha que eles dançam com os democratas-constitucionalistas, ou com os Bublikov, ou com Terechtchenko e Kerensky.

A consorcização obrigatória é, por um lado, uma espécie de impulso pelo Estado do desenvolvimento capitalista, que conduz em toda a parte à organização da luta de classes, ao aumento do número, diversidade e importância das associações. E, por outro lado, a “associativização” obrigatória é uma condição prévia e necessária de qualquer controle minimamente sério e de qualquer poupança do trabalho do povo.

A lei alemã obriga, por exemplo, os fabricantes de curtumes de uma dada localidade ou de todo o país a se unirem em uma associação, e um representante do Estado entra para a administração dessa associação para controle. Semelhante lei não afeta de maneira nenhuma diretamente, por si mesma, as relações de propriedade, não priva de um só copeque qualquer proprietário e nem sequer pressupõe que o controle seja aplicado em formas, sentido e espírito burocrático-reacionários ou democrático-revolucionários.

Leis semelhantes poderiam e deveriam ser publicadas no nosso país imediatamente, sem perder nem uma semana de um tempo precioso, deixando que as próprias condições sociais determinem as formas mais concretas da aplicação da lei, a rapidez da sua aplicação, os meios de vigiar a sua aplicação etc. O Estado não precisa aqui nem de um aparelho especial, nem de investigações especiais, nem de quaisquer estudos prévios para a publicação de tal lei; precisa apenas de decisão para romper com certos interesses privados dos capitalistas, que “não estão habituados” a semelhante ingerência, que não querem perder os superlucros que lhes assegura, a par da ausência de controle, a administração à antiga.

Não é preciso nenhum aparelho, nenhuma “estatística” (com que Tchernov queria substituir a iniciativa revolucionária do campesinato), para publicar tal lei, pois a sua aplicação deve ser entregue aos próprios fabricantes e industriais, às forças sociais existentes, sob controle de forças sociais (isto é, não governamentais, não burocráticas) também existentes, obrigatoriamente das chamadas “camadas inferiores”, isto é, das classes oprimidas, exploradas, que na história sempre se revelaram infinitamente superiores aos exploradores pela capacidade de heroísmo, de abnegação, de disciplina fraternal.

Suponhamos que temos um governo democrático-revolucionário de verdade e que ele delibera: todos os fabricantes e industriais de cada ramo de produção, se empregam, digamos, não menos de dois operários, são obrigados a se unirem imediatamente em associações de *uezd* e de *gubérnia*²⁸. A responsabilidade pelo cumprimento estrito da lei compete em primeiro lugar aos fabricantes, aos diretores, aos membros da administração, aos grandes acionistas (pois são eles os verdadeiros chefes da indústria atual, os seus autênticos patrões). Serão considerados desertores do serviço militar e punidos como tais se se afastarem do trabalho de aplicação imediata da lei, respondendo segundo o princípio da caução solidária, todos por um e um por todos, com todos os seus bens. Depois, a responsabilidade compete também a todos os empregados, igualmente obrigados a formar um sindicato único, e a todos os operários com o seu sindicato. O objetivo da “associativização” é estabelecer a prestação de contas mais completa, rigorosa e pormenorizada e, principalmente, reunir as operações de compra de matérias-primas, de venda de produtos, de poupança dos recursos e forças do povo. Com a união das diferentes empresas num único consórcio, essa poupança atingirá proporções gigantescas, como ensina a ciência econômica, como mostram os exemplos de todos os consórcios, cartéis, *trustes*. Além disso, é preciso repetir uma vez mais que, em si mesma, essa associativização num consórcio não modificará em absolutamente nada as relações de propriedade, não retirará um só copeque de nenhum proprietário. Deve sublinhar-se fortemente essa circunstância, porque a imprensa burguesa não cessa de “assustar” os pequenos e médios patrões, dizendo-lhes que os socialistas em geral, e os bolcheviques em especial, querem “expropriá-los”: afirmação evidentemente mentirosa, já que os socialistas, mesmo numa revolução completamente socialista, não querem, não podem e não expropriarão os pequenos camponeses. E nós temos falado sempre apenas das medidas imediatas e mais urgentes, já aplicadas na Europa ocidental, e que uma democracia minimamente consequente deveria aplicar de imediato entre nós para a luta contra a catástrofe inevitável que nos ameaça.

A união em associações dos pequenos e pequeníssimos patrões encontraria sérias dificuldades, quer técnicas quer culturais, devido à extrema fragmentação das suas empresas, ao primitivismo técnico, ao analfabetismo ou à falta de instrução dos proprietários. Porém exatamente essas empresas poderiam ser excluídas da lei (como no nosso exemplo atrás citado), e a sua não união, não falando já do atraso da sua união, não poderia criar um obstáculo sério, pois o papel do número imenso de pequenas empresas é ínfimo na soma geral da produção, na sua importância para o conjunto da economia nacional, e além disso dependem com frequência, de uma maneira ou de outra, das grandes empresas.

Apenas as grandes empresas têm uma importância decisiva, e aqui existem as forças e os meios técnicos e culturais para a “associativização”, falta apenas a iniciativa firme e decidida, de uma severidade implacável para com os exploradores, do poder revolucionário, para que essas forças e meios sejam utilizados.

Quanto mais pobre é um país em forças tecnicamente instruídas e intelectuais em geral, tanto mais essencial é a necessidade de decretar com a maior rapidez e decisão possíveis a união obrigatória e de começar a sua instauração pelas muito grandes e grandes empresas, pois é precisamente a união que poupará as forças intelectuais e dará a possibilidade de as utilizar de forma plena e de as distribuir de uma maneira mais correta. Se mesmo o campesinato russo nos seus lugarejos, sob o governo do tzar, trabalhando contra mil entraves criados por ele, soube depois de 1905 dar um enorme passo à frente na criação de

²⁸ *Uezd* e *gubérnia*: antigas divisões territoriais da Rússia. (NdoE)

todo o tipo de associações, compreende-se que a união da pequena e média indústria e comércio poderia ser instaurada em alguns meses, se não mais rápido, desde que coagidas a isso por um governo democrático-revolucionário de verdade, que se baseasse no apoio, na participação, nos interesses e nas vantagens das “camadas inferiores”, da democracia, dos empregados, dos operários – que os chamasse a exercer o controle.

Regulação do consumo

A guerra obrigou todos os Estados beligerantes e muitos neutrais a passarem à regulação do consumo. Apareceu a senha de racionamento de pão, tornou-se um fenômeno habitual, arrastou atrás de si também outras senhas. A Rússia não ficou de lado e também introduziu as senhas de racionamento de pão.

Porém precisamente esse exemplo, nos permite comparar, talvez com mais evidência, os métodos burocrático-reacionários de luta contra a catástrofe, que tentam limitar-se a reformas mínimas, com os métodos democrático-revolucionários, que, para merecerem o seu nome, devem colocar como sua tarefa imediata romper com violência com as tradições caducas e acelerar o máximo possível o movimento de avanço.

A senha de racionamento de pão, essa forma típica de regulação do consumo nos atuais Estados capitalistas, coloca e realiza (na melhor das hipóteses, realiza) uma só tarefa: distribuir a quantidade existente de pão de modo que chegue para todos. De modo nenhum introduz o consumo máximo para todos os produtos, mas apenas para os principais produtos “populares”. E é tudo. Não se preocupam com mais nada. De maneira burocrática, calcula-se as reservas existentes de pão, divide-se por cabeça, estabelece-se uma norma, aplica-se e fica-se por aí. Não se toca nos objetos de luxo, pois, “seja como for”, existem poucos e, “seja como for”, são tão caros que são inacessíveis ao “povo”. É por isso que, em todos os países beligerantes, sem nenhuma exceção, mesmo na Alemanha, que, parece, sem provocar discussão, pode considerar-se o modelo da regulação do consumo mais metódico, mais minucioso, mais rigoroso, mesmo na Alemanha vemos os ricos eludirem constantemente quaisquer “normas” de consumo. Isso também “todos” sabem, “todos” falam também disso com um sorrisinho, e na imprensa socialista alemã – e por vezes mesmo na burguesa – apesar da ferocidade de uma censura alemã com um rígido espírito de caserna, encontram-se constantemente notas e informações sobre o “menu” dos ricos, sobre o fato de os ricos receberem pão branco em qualquer quantidade em certa estância termal (sob o pretexto de doença frequentam-na todos... os que têm muito dinheiro), sobre como os ricos substituem os produtos de consumo popular por artigos de luxo, requintados e raros.

O Estado capitalista reacionário, que receia minar os fundamentos do capitalismo, os fundamentos da escravidão assalariada, os fundamentos da dominação econômica dos ricos, receia desenvolver a iniciativa dos operários e dos trabalhadores em geral, receia “atirar” o seu espírito reivindicativo; tal Estado não tem necessidade de mais nada senão das senhas de racionamento de pão. Tal Estado não perde de vista por um minuto nem em nenhum dos seus passos o objetivo reacionário: consolidar o capitalismo, não o deixar minar; limitar a “regulação da vida econômica” em geral e a regulação do consumo em particular às medidas que são absolutamente indispensáveis para alimentar o povo, cuidando de não regular efetivamente o consumo no sentido do controle sobre os ricos, no sentido de impor aos que estão mais bem colocados, aos privilegiados, aos saciados e fartos em tempo de paz, sacrifícios maiores em tempo de guerra.

A solução burocrático-reacionária do problema colocado aos povos pela guerra limita-se à senha de racionamento de pão, à distribuição em partes iguais dos produtos “populares” absolutamente indispensáveis à alimentação, sem se afastar em nada do burocratismo e do reacionarismo, ou seja, do objetivo de não alentar a iniciativa dos pobres, do proletariado, da massa do povo (do “demos”), não admitir o seu controle sobre os ricos, deixar o máximo de escapatórias para que os ricos se recompensem a si próprios com artigos de luxo. E em todos os países, repetimos, mesmo na Alemanha – da Rússia nem falar –, deixa-se uma massa de escapatórias, o “povinho” passa fome e os ricos vão para as estâncias termais, completam a magra ração oficial com “suplementos” de toda a espécie obtidos à margem e não se deixam controlar.

Na Rússia, que acaba de fazer a revolução contra o tzarismo em nome da liberdade e da igualdade, na Rússia, subitamente tornada uma república democrática quanto às suas instituições políticas efetivas, o que dá especialmente nas vistas ao povo, o que suscita especialmente o descontentamento, a irritação, a exasperação e a indignação das massas, é a facilidade, que todos veem, com que os ricos eludem as “senhas de racionamento de pão”. A facilidade é especialmente grande. “Debaixo do balcão” e por um preço especialmente elevado, especialmente “tendo relações” (que só os ricos têm), arranja-se tudo e em grande quantidade. Quem passa fome é o povo. A regulação do consumo se limita ao quadro reacionário-burocrático mais estreito. Da parte do governo, não há nem sombra de intenção, nem sombra de preocupação de estabelecer essa regulação em bases democrático-revolucionárias de verdade.

“Todos” sofrem com as filas, mas... mas os ricos mandam os criados para a fila e inclusive contratam criados especialmente para esse serviço! Aí tendes o “democratismo”!

Em época de inauditas calamidades que o país atravessa, uma política democrático-revolucionária para lutar contra a catástrofe que nos ameaça não se limitaria às senhas de racionamento de pão, mas acrescentar-lhes-ia, em primeiro lugar, a união obrigatória de toda a população em sociedades de consumo, pois sem essa união é impossível realizar o controle integral do consumo. Em segundo lugar, o trabalho obrigatório para os ricos, fazendo-os prestar serviços gratuitos a tais sociedades de consumo com um trabalho de secretaria ou outro semelhante. Em terceiro lugar, a distribuição, em partes iguais, de todos os produtos de consumo entre a população, a fim de que os sacrifícios da guerra sejam reparados de modo realmente igual. Em quarto lugar, a organização do controle de modo a que as classes pobres da população controlem precisamente o consumo dos ricos.

Estabelecer um verdadeiro democratismo nesse domínio, dar provas de um verdadeiro espírito revolucionário na organização do controle exatamente pelas classes do povo mais necessitadas, seria o maior estímulo para pôr em tensão todas as forças intelectuais existentes, para desenvolver a energia verdadeiramente revolucionária de todo o povo. Porque agora os ministros da Rússia republicana e democrático-revolucionária, exatamente como os seus colegas de todos os outros países imperialistas, dizem palavras pomposas sobre o “trabalho comum para bem do povo”, sobre a “tensão de todas as forças”, mas o povo vê, sente e percebe exatamente a hipocrisia dessas palavras.

Daí resulta o marcar passo, o crescimento irresistível da ruína, a aproximação da catástrofe, pois o nosso governo não pode instituir um presidio militar para os operários à maneira de Kornilov, à maneira de Hindenburg, segundo o modelo imperialista geral – as tradições, as recordações, os vestígios, os hábitos e as instituições da revolução estão ainda demasiado vivos no povo; e o nosso governo não quer dar passos realmente sérios pela via democrática revolucionária, porque está impregnado até a medula e completamente amar-

rado pelas relações de dependência da burguesia, pela “coligação” com ela, pelo receio de atingir os seus reais privilégios.

Destruição do trabalho das organizações democráticas pelo governo

Examinamos os diferentes meios e métodos de luta contra a catástrofe e a fome. Vimos por todo o lado o caráter inconciliável da contradição entre a democracia, por um lado, e o governo, e também o bloco dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques que o apoia, por outro. Para demonstrar que essas contradições existem na realidade e não apenas na nossa exposição e que o seu caráter inconciliável é demonstrado nos fatos por conflitos que têm uma importância nacional, basta recordar dois “resultados” particularmente típicos e duas lições do meio ano de história da nossa revolução.

A história do “reinado” de Paltchinski é uma das lições. A história do “reinado” e da queda de Pechekhonov é a outra.

No fundo, as medidas antes descritas, de luta contra a catástrofe e a fome, reduzem-se a incentivar por todos os meios (indo até a coação) a “associativização” da população e, em primeiro lugar, da democracia, isto é, da maioria da população, ou seja, em primeiro lugar das classes oprimidas, dos operários e dos camponeses, em especial dos mais pobres. E é por esse caminho que a própria população, de maneira espontânea, começou a seguir para lutar contra as dificuldades, os sacrifícios e as calamidades inauditas da guerra.

O tzarismo entravava por todos os meios a “associativização” livre e autônoma da população. Mas depois da queda da monarquia tzarista, as organizações democráticas começaram a surgir e a crescer rápido em toda a Rússia. A luta contra a catástrofe foi conduzida por organizações democráticas autoconstituídas, por toda a espécie de comitês de abastecimento, de comitês de víveres, pelas conferências sobre o combustível etc. etc.

E o que de mais notável houve em relação à questão que estamos examinando em todo o meio ano de história da nossa revolução consiste em que um governo que chama a si próprio de republicano e revolucionário, um governo apoiado pelos mencheviques e socialistas-revolucionários em nome dos “organismos com plenos poderes da democracia revolucionária”, esse governo lutou contra as organizações democráticas e as derrotou!!

Paltchinski adquiriu nessa luta a mais triste e a mais ampla das famas em toda a Rússia. Agiu escondendo-se atrás do governo, não intervindo de forma aberta diante do povo (precisamente como em geral preferiam agir os democratas-constitucionalistas que, “para o povo”, lançavam para a frente de bom grado Tsereteli, enquanto eles próprios resolviam em segredo todos os assuntos importantes). Paltchinski entravou e torpedeou todas as medidas sérias das organizações democráticas autoconstituídas, pois nenhuma medida séria podia ser tomada sem “prejudicar” os lucros desmedidos e o arbítrio dos Kit Kititch. E Paltchinski era precisamente um fiel defensor e servidor dos Kit Kititch. Chegou-se ao ponto em que – e este fato foi publicado nos jornais – Paltchinski anulou, pura e simplesmente, as disposições das organizações democráticas autoconstituídas!!

Toda a história do “reinado” de Paltchinski – e ele “reinou” muitos meses e exatamente quando Tsereteli, Skobelev e Tchernov eram “ministros” – é um completo e abominável escândalo, um torpedeamento da vontade do povo, das decisões da democracia, para agradar aos capitalistas, satisfazer sua sórdida cupidez. Nos jornais, só pôde aparecer, naturalmente, uma parte insignificante das “proezas” de Paltchinski, e um inquérito completo sobre como ele dificultou a luta contra a fome só poderá ser levado a cabo por um governo

democrático do proletariado de verdade, quando tiver conquistado o poder e entregue ao tribunal do povo, sem nada esconder, a obra de Paltchinski e seus parceiros.

Objetar-nos-ão talvez que Paltchinski era, apesar de tudo, uma exceção e que, ao fim e ao cabo, foi afastado... Mas a verdade é que Paltchinski não é uma exceção, mas a regra, que as coisas não melhoraram absolutamente nada com o afastamento de Paltchinski, que outros Paltchinski, com outros nomes, tomaram o seu lugar, que toda a “influência” dos capitalistas, toda a política de torpedeamento da luta contra a fome para lhes agradar, permaneceu imune. Porque Kerensky e Cia. são apenas um biombo da defesa dos interesses dos capitalistas.

A prova mais evidente disso foi que Pechekhonov, ministro do abastecimento, saiu do governo. Como é sabido, Pechekhonov é um populista muito, muito moderado. Mas na organização dos abastecimentos quis trabalhar de forma honesta, ligado às organizações democráticas, apoiando-se nelas. A experiência do trabalho de Pechekhonov e a sua saída são tanto mais interessantes quanto esse populista moderadíssimo, membro do partido “socialista-popular”, pronto a quaisquer compromissos com a burguesia, ter sido, apesar de tudo, obrigado a se demitir! Porque o governo de Kerensky, para agradar os capitalistas, os latifundiários e os *kulaks*, subiu o preço fixo dos cereais!

Eis como M. Smit descreve no jornal *Svobodnaia Jizn*²⁹, nº 1, de 2 de setembro, este “passo” e a sua importância:

Alguns dias antes de o governo ter decidido o aumento dos preços fixos, a seguinte cena desenrolou-se no Comitê Nacional de Abastecimento: o representante da direita, Rolovitch, defensor obstinado dos interesses do comércio privado e implacável inimigo do monopólio dos cereais e da intervenção do Estado na vida econômica, declarou em público, com um sorriso satisfeito, que, segundo as suas informações, os preços fixos dos cereais seriam em breve aumentados.

O representante do soviete de deputados operários e soldados declarou, em resposta a isso, que não tinha conhecimento de nada semelhante, que enquanto na Rússia durar a revolução tal ato não pode ter lugar e que, em todos os casos, o governo não pode realizar esse ato sem consultar os organismos competentes da democracia – o Conselho Econômico e o Comitê Nacional de Abastecimento. O representante do soviete de deputados camponeses associou-se a essa declaração.

Mas, infelizmente, a realidade introduziu nesta controvérsia uma emenda muito cruel; revelou-se que a razão pertencia não aos representantes da democracia, mas aos representantes dos elementos ricos. Ele mostrou estar perfeitamente informado do atentado que se preparava contra os direitos da democracia, apesar de os representantes desta terem repudiado com indignação a própria possibilidade de tal atentado.

Assim, tanto o representante dos operários quanto o representante do campesinato exprimem de maneira franca a sua opinião em nome da gigantesca maioria do povo, mas o governo de Kerensky decreta o contrário, no interesse dos capitalistas!

Rolovitch, o representante dos capitalistas, mostrou estar perfeitamente informado nas costas da democracia – exatamente como sempre observamos, e observamos agora que os jornais burgueses, o *Retch* e o *Birjovka*, são os que estão melhor informados sobre o que se passa no governo de Kerensky.

Que indica essa notável informação? Evidentemente, que os capitalistas têm os seus “canais” e que detêm de fato o poder nas suas mãos. Kerensky é o seu testa-de-ferro, que eles põem em movimento como e quando lhes é necessário. Verifica-se que os interesses de dezenas de milhões de operários e de camponeses são sacrificados aos lucros de um punhado de ricos.

²⁹ *Svobódsnaia Jizn* (Vida Livre): diário menchevique publicado em setembro de 1917 em Petrogrado em substituição do jornal *Nóvaia Juzn*, fechado pelo Governo Provisório.

E o que respondem os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques a esse revoltante escarnecimento do povo? Talvez tenham dirigido aos operários e aos camponeses um apelo para lhes dizer que, depois disso, para Kerensky e os seus colegas, o único lugar é a cadeia?

Deus nos livre! Os socialistas-revolucionários e os mencheviques, por meio da “Seção Econômica” que lhes pertence, limitaram-se a adoptar a terrível resolução que já mencionamos! Declaram nesta resolução que o aumento dos preços dos cereais pelo governo de Kerensky é uma “medida funesta que vibra um golpe fortíssimo, tanto no abastecimento quanto em toda a vida econômica do país” e que essas medidas funestas foram aplicadas em “violação” direta da lei!!

Tais são os resultados da política de conciliação, da política de namoro com Kerensky e do desejo de o “poupar”!

O governo viola a lei adoptando, para agradar os ricos, os latifundiários e os capitalistas, uma medida que arruína todo o controle, o abastecimento e o saneamento de umas finanças que não podem estar mais abaladas; e os socialistas-revolucionários e os mencheviques continuam a falar de acordo com os círculos industriais e comerciais, continuam a ir a conferências com Terechtchenko, a poupar Kerensky, e limitam-se a uma resolução de protesto no papel que o governo mete tranquilamente na gaveta!!

Eis onde aparece com especial evidência a verdade de que os socialistas-revolucionários e os mencheviques traíram o povo e a revolução e de que são os bolcheviques que se tornaram os verdadeiros chefes das massas, mesmo das socialistas-revolucionárias e mencheviques.

Porque precisamente só a conquista do poder pelo proletariado, com o partido dos bolcheviques à frente, poderia pôr fim às infâmias cometidas por Kerensky e Cia. e restaurar o trabalho das organizações democráticas de abastecimento, de aprovisionamento etc., que Kerensky e o seu governo torpedeiam.

Os bolcheviques atuam – no exemplo citado, vê-se isso com plena nitidez – como representantes dos interesses de todo o povo, no interesse da garantia do abastecimento e do aprovisionamento, no interesse da satisfação das necessidades mais urgentes dos operários e dos camponeses, a despeito da política vacilante, irresoluta e verdadeiramente traidora dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, que conduziu o país a uma vergonha semelhante a esse aumento dos preços dos cereais!

A bancarrota financeira e as medidas contra ela

A questão do aumento dos preços fixos dos cereais tem também outro lado. Esse aumento significa um novo crescimento caótico da emissão de papel-moeda, um novo passo em frente no processo de agravamento da carestia, um agravamento da desorganização financeira e a aproximação da bancarrota financeira. Todos reconhecem que a emissão de papel-moeda é a pior forma de empréstimo forçado, que ela agrava sobretudo a situação precisamente dos operários, da parte mais pobre da população, que ela é o principal mal da desordem financeira.

E é justamente a essa medida que recorre o governo de Kerensky apoiado pelos socialistas-revolucionários e pelos mencheviques!

Para uma luta séria contra a desorganização das finanças e a inevitável bancarrota financeira, não há outro caminho senão romper, pela revolução, com os interesses do capital

e organizar um controle democrático de verdade, isto é, “de baixo”, o controle dos operários e dos camponeses pobres sobre os capitalistas, um caminho do qual fala toda a nossa exposição anterior.

A emissão ilimitada de papel-moeda estimula a especulação, permite aos capitalistas ganhar milhões com ela e cria enormes dificuldades à tão necessária expansão da produção, porque a carestia dos materiais, das máquinas etc., se agrava e avança aos saltos. Como remediar a situação quando as riquezas adquiridas com a especulação são escondidas pelos ricos?

Pode introduzir-se um imposto sobre os rendimentos com taxas progressivas e muito elevadas para os grandes e muito grandes rendimentos. O nosso governo, seguindo outros governos imperialistas, introduziu-o. Mas, em grande medida, ele permanece como ficção, letra morta, porque, em primeiro lugar, o valor do dinheiro cai cada vez mais depressa e, em segundo lugar, a dissimulação dos rendimentos é tanto maior quanto mais eles provêm da especulação, quanto mais seguro é mantido o segredo comercial.

Para tornar o imposto real e não fictício é preciso um controle real, que não fique no papel. Mas o controle sobre os capitalistas é impossível se permanecer burocrático, pois a própria burocracia está ligada e entrelaçada por milhares de fios com a burguesia. É por isso que nos Estados imperialistas da Europa ocidental, tanto nas monarquias quanto nas repúblicas, o restabelecimento da ordem financeira só é obtido à custa da introdução de um “trabalho obrigatório”, que cria para os operários um presídio militar ou uma escravatura militar.

O controle burocrático-reacionário é o único meio que os Estados imperialistas conhecem, sem excetuar as repúblicas democráticas, a França e a América, para fazerem recair o fardo da guerra sobre o proletariado e sobre as massas trabalhadoras.

A contradição fundamental da política do nosso governo consiste precisamente em que ele é obrigado – para não se indispor com a burguesia, para não destruir a “coligação” com ela – a praticar um controle burocrático-reacionário chamando-lhe “democrático-revolucionário”, enganando o povo a cada passo, irritando e exasperando as massas que acabam de derrubar o tzarismo.

Entretanto, são precisamente as medidas democrático-revolucionárias, agrupando em associações exatamente as classes oprimidas, os operários e camponeses, exatamente as massas, que dariam a possibilidade de estabelecer o controle mais efetivo sobre os ricos e de lutar com êxito contra a dissimulação dos rendimentos.

Procura-se estimular o uso de cheques para lutar contra a emissão desmedida de papel-moeda. Essa medida não tem importância para os pobres, pois os pobres, de qualquer maneira, vivem dia a dia, completam numa semana o seu “ciclo econômico”, restituindo aos capitalistas os magros vinténs que conseguiram ganhar. Para os ricos, o uso de cheques poderia ter enorme importância, permitiria ao Estado, sobretudo em ligação com medidas como a nacionalização dos bancos e a abolição do segredo comercial, controlar realmente os rendimentos dos capitalistas, impor impostos a eles realmente, “democratizar” realmente (e ao mesmo tempo pôr em ordem) o sistema financeiro.

Mas o obstáculo aqui é precisamente o receio de violar os privilégios da burguesia, de romper a “coligação” com ela. Porque sem medidas revolucionárias de verdade, sem a mais séria coação, os capitalistas não se submeterão a qualquer controle, não porão a descoberto os seus orçamentos, não porão as reservas de papel-moeda “sob o controle” do Estado democrático.

Os operários e os camponeses unidos em associações, nacionalizando os bancos, introduzindo o uso de cheques como obrigação legal para todos os ricos, abolindo o segredo comercial, estabelecendo o confisco dos bens pela dissimulação dos rendimentos etc., poderiam, com uma facilidade extraordinária, tornar o controle efetivo e universal, o controle preciso sobre os ricos, o controle que restituiria ao tesouro o papel-moeda por ele emitido, retirando-o daqueles que o têm, daqueles que o escondem.

Para isso, é necessária uma ditadura revolucionária da democracia dirigida pelo proletariado revolucionário, isto é, para isso, a democracia deve tornar-se revolucionária de fato. Aqui é que está o essencial. Mas é exatamente isso que não querem os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, que enganam o povo com a bandeira da “democracia revolucionária” e apoiam de fato a política burocrático-reacionária da burguesia, que, como sempre, se guia pela regra: “*après nous, le déluge*” – depois de nós, o dilúvio!

Habitualmente nem sequer notamos quão fundo penetraram em nós os hábitos e os preconceitos antidemocráticos sobre o “caráter sagrado” da propriedade burguesa. Quando um engenheiro ou um banqueiro publica os rendimentos e as despesas de um operário, dados sobre o seu salário e sobre a produtividade do seu trabalho, isto é considerado como arquilegal e justo. Ninguém pensa em ver nisso um atentado contra a “vida privada” do operário, “espionagem ou delação” do engenheiro. A sociedade burguesa considera o trabalho e os ganhos dos operários assalariados como seu livro aberto, que qualquer burguês tem o direito de consultar a todo o momento, de denunciar a todo o momento um “luxo” dos operários, a sua pretensa “preguiça” etc.

Então, e o controle inverso? O que se passaria se os sindicatos de empregados, de caixeiros, de criados, fossem convidados pelo Estado democrático a verificar os rendimentos e as despesas dos capitalistas, a publicar dados sobre isso, a auxiliar o governo na luta contra a dissimulação de rendimentos?

Que clamores selvagens a burguesia não lançaria contra a “espionagem”, contra a “delação”! Quando os “senhores” controlam os criados, e os capitalistas os operários, isso é considerado dentro da ordem das coisas, a vida privada dos trabalhadores e dos explorados não é considerada inviolável, a burguesia tem o direito de pedir contas a cada “escravo assalariado”, de a todo o momento tornar públicos os seus rendimentos e despesas. Mas que os oprimidos tentem controlar o opressor, pôr a nu os seus rendimentos e despesas, denunciar o seu luxo, mesmo em tempo de guerra, quando esse luxo provoca de forma direta a fome e a morte dos exércitos na frente – oh, não, a burguesia não tolerará a “espionagem” e a “delação”!

A questão reduz-se sempre ao mesmo: a dominação da burguesia é inconciliável com o democratismo verdadeiro, revolucionário de verdade. No século XX, num país capitalista, não se pode ser democrata revolucionário se se receia ir para o socialismo.

Pode-se avançar, receando ir para o socialismo?

A exposição anterior pode facilmente suscitar no leitor educado nas ideias oportunistas correntes dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques a seguinte objeção: no fundo, a maior parte das medidas aqui descritas não são democráticas, mas já medidas socialistas!

Essa objeção corrente, habitual (sob uma forma ou outra) na imprensa burguesa, socialista-revolucionária e menchevique, é uma defesa reacionária do capitalismo atrasado, uma defesa enfeitada à maneira struvista. Não estamos ainda amadurecidos, diz-se, para o

socialismo, é cedo para “introduzir” o socialismo, a nossa revolução é burguesa; por isso é preciso nos tornarmos lacaios da burguesia (embora os grandes revolucionários burgueses da França, há cerca de 125 anos, tenham tornado grande a sua revolução por meio do terror contra todos os opressores, tanto latifundiários quanto capitalistas!).

Os pseudomarxistas a serviço da burguesia, aos quais se juntaram também os socialistas-revolucionários e os que raciocinam assim, não compreendem (se se considerarem as bases teóricas das suas concepções) o que é o imperialismo, o que são os monopólios capitalistas, o que é o Estado, o que é a democracia revolucionária. Pois, compreendendo isso, não se pode deixar de reconhecer que é impossível avançar sem ir para o socialismo.

Todos falam do imperialismo. Mas o imperialismo não é outra coisa senão o capitalismo monopolista.

Que o capitalismo também na Rússia se tornou monopolista é o que de forma bastante evidente atestam o “Prodúgol”, o “Prodamet”, o consórcio açucareiro etc. Esse mesmo consórcio açucareiro mostra-nos de forma transparente a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado.

E o que é o Estado? É a organização da classe dominante; na Alemanha, por exemplo, a organização dos *junkers*³⁰ e dos capitalistas. Por isso, aquilo a que os Plekhanov alemães (Scheidemann, Lensch e outros) chamam de “socialismo de guerra”, é de fato o capitalismo monopolista de Estado de guerra ou, falando de forma mais simples e explícita, um presídio militar para os operários, uma proteção militar dos lucros dos capitalistas.

Pois bem, e se tentardes substituir o Estado dos capitalistas e dos *junkers*, o Estado dos capitalistas e dos latifundiários, pelo Estado democrático-revolucionário, isto é, que destrua de modo revolucionário todos os privilégios, que não receie aplicar, de modo revolucionário, o mais completo democratismo? Vereis que num Estado democrático-revolucionário de verdade o capitalismo monopolista de Estado significa, inevitável e infalivelmente, um passo ou passos para o socialismo!

Pois se uma grande empresa capitalista se torna um monopólio, isso significa que ela serve todo o povo. Se ela se torna monopólio de Estado, isso significa que o Estado (isto é, a organização armada da população, em primeiro lugar dos operários e dos camponeses, nas condições do democratismo revolucionário) dirige toda a empresa – no interesse de quem?

— no interesse dos latifundiários e dos capitalistas, em cujo caso teremos um Estado não democrático-revolucionário, mas burocrático-reacionário, ou seja, uma república imperialista; ou

— no interesse da democracia revolucionária, em cujo caso *será precisamente um passo para o socialismo*.

Pois o socialismo não é outra coisa senão o próximo passo depois monopólio capitalista de Estado. De outro modo: o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo e que, nessa medida, deixou de ser um monopólio capitalista.

Aqui não há meio termo. O curso objetivo do desenvolvimento é tal que, a partir dos monopólios (e a guerra decuplicou o seu número, papel e importância), não se pode avançar sem ir para o socialismo.

³⁰ *Junkers*: latifundiários nobres da Prússia.

Ou se é democrata revolucionário de fato e, nesse caso, não há porque recear nenhum passo para o socialismo; ou se receia os passos para o socialismo, como fazem Plekhanov, Dan e Tchernov, alegando que a nossa revolução é uma revolução burguesa, que não se pode “implantar” o socialismo etc. etc., e então se desliza inevitavelmente até cair nos braços de Kerensky, Miliukov e Kornilov, isto é, até cair na repressão *burocrático-reacionária* das aspirações “democrático-revolucionárias” das massas operárias e camponesas.

Não há meio termo.

E é nisso que está a contradição fundamental da nossa revolução.

Na história em geral, em tempo de guerra em especial, é impossível ficar parado. É necessário avançar ou recuar. Na Rússia do século XX, que conquistou a república e o democratismo pela via revolucionária, é impossível avançar sem ir para o socialismo, sem dar passos em direção a ele (passos condicionados e determinados pelo nível da técnica e da cultura: é impossível “introduzir” a grande exploração mecanizada nas propriedades dos camponeses, é impossível aboli-la na produção de açúcar).

E se se receia avançar, isso significa recuar, que é precisamente o que fazem os senhores Kerensky, com a admiração dos Miliukov e dos Plekhanov, com a cumplicidade parva dos Tsereteli e dos Tchernov.

A guerra, ao acelerar num grau extraordinário a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo de Estado, aproximou de forma extraordinária a humanidade do socialismo: tal é a dialética da história.

A guerra imperialista é a véspera da revolução socialista. E não só porque a guerra engendra, com seus horrores, a insurreição proletária – pois não há insurreição capaz de instaurar o socialismo se as condições econômicas para ele não tiverem amadurecido –, mas também porque o capitalismo monopolista de Estado é a preparação *material* mais completa para o socialismo, sua *antessala*, um degrau da escada da História entre o qual *não há nenhum degrau intermediário* até o degrau chamado socialismo.

★ ★ ★

Os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques abordam a questão do socialismo de uma forma doutrinária, do ponto de vista de uma doutrina que aprenderam de cor e compreenderam mal. Apresentam o socialismo como um futuro longínquo, desconhecido e nebuloso.

Mas agora o socialismo olha-nos através de todas as janelas do capitalismo atual, o socialismo aparece direto, na prática, em cada medida importante que constitua um passo em frente na base deste capitalismo moderno.

O que é o trabalho geral obrigatório?

É um passo em frente na base do capitalismo monopolista moderno, um passo no sentido da regulação da vida econômica no seu conjunto segundo um determinado plano geral, um passo para a economia do trabalho do povo para evitar o seu absurdo desperdício pelo capitalismo.

Na Alemanha os *junkers* (latifundiários) e os capitalistas introduzem o trabalho geral obrigatório, e então ele se torna inevitavelmente um presídio militar para os operários.

Mas tomai essa mesma instituição e pensai na sua importância num Estado democrático-revolucionário. O trabalho geral obrigatório introduzido, regulado e dirigido pelos sovie-

tes de deputados operários, soldados e camponeses não é ainda socialismo mas já não é capitalismo. É um enorme passo para o socialismo, um passo do qual, sendo assegurada uma completa democracia, é impossível recuar para o capitalismo sem violências inauditas sobre as massas.

A guerra e a luta contra a ruína

[...]

E na Rússia? Continuamos a travar uma guerra imperialista no interesse dos capitalistas, em aliança com os imperialistas e em acordo com os tratados secretos que o *tzar* concluiu com os capitalistas da Inglaterra etc., prometendo aos capitalistas russos, nesses tratados, a pilhagem de outros países, prometendo a eles Constantinopla, Lvov, Armênia etc.

A guerra continuará sendo injusta, reacionária, anexionista por parte da Rússia enquanto esta não propuser uma paz justa e não romper com o imperialismo. O caráter social da guerra, o seu verdadeiro significado, não são determinados pelo lugar em que se encontram as tropas inimigas (como pensam os socialistas-revolucionários e os mencheviques, descendo até à vulgaridade de um mujique ignorante). Esse caráter depende de qual política que a guerra continua (“a guerra é a continuação da política”) e de qual classe a mantém e com que fins.

Não se pode conduzir as massas a uma guerra de rapina em virtude de tratados secretos e depositar esperanças no seu entusiasmo. A classe avançada da Rússia revolucionária, o proletariado, toma, de forma cada vez mais evidente, consciência do caráter criminoso da guerra, e a burguesia não só não pôde dissuadir as massas disso, como, pelo contrário, cresce a consciência do caráter criminoso da guerra. O proletariado de ambas as capitais da Rússia se torna definitivamente internacionalista!

De que entusiasmo das massas pela guerra se pode falar!

Uma coisa está ligada à outra de forma indissolúvel, a política interna à externa. É impossível dar ao país capacidade de defesa sem o maior heroísmo do povo que realiza com audácia e decisão as grandes transformações econômicas. E é impossível despertar o heroísmo nas massas sem romper com o imperialismo, sem propor a todos os povos uma paz democrática, sem transformar, por essa via, a guerra de conquista, de rapina e criminosa em justa, defensiva, revolucionária.

Só uma ruptura consequente, sem reservas, com os capitalistas, tanto na política interna como na externa, pode salvar a nossa revolução e o nosso país, preso nas garras de ferro do imperialismo.

Democracia revolucionária e proletariado revolucionário

Para ser revolucionária de verdade, a democracia da Rússia atual deve caminhar em estreita união com o proletariado, apoiando sua luta como única classe revolucionária até o fim.

Tal é a conclusão a que conduz a análise da questão dos meios de luta contra a catástrofe iminente de dimensões inauditas.

A guerra criou uma crise tão vasta, pôs de tal modo em tensão as forças materiais e morais do povo, vibrou tais golpes em toda a organização social atual, que a humanidade se en-

contra perante a alternativa: ou perecer ou confiar o seu destino à classe mais revolucionária, a fim de passar o mais rápido e de forma radical a um modo de produção mais elevado.

Devido a uma série de causas históricas – o maior atraso da Rússia, as especiais dificuldades da guerra para ela, a maior putrefação do tzarismo, a extraordinária vitalidade das tradições de 1905 – a revolução na Rússia deflagrou-se antes que em noutros países. A revolução fez com que a Rússia, quanto ao seu regime político, alcançasse em alguns meses os países avançados.

Mas isso é pouco. A guerra é inexorável, ela coloca a questão com uma agudeza implacável: ou perecer ou alcançar os países avançados e ultrapassá-los também na economia.

Isso é possível, pois diante de nós está a experiência acabada de um grande número de países avançados, os resultados acabados da sua técnica e cultura. Dá-nos apoio moral o crescente protesto contra a guerra na Europa, a atmosfera de revolução operária mundial em crescimento. Estimula-nos, incita-nos uma liberdade democrático-revolucionária excepcionalmente rara em tempo de guerra imperialista.

Perecer ou lançar-se para a frente a todo o vapor. É assim que a história coloca a questão.

E, num tal momento, a atitude do proletariado para com o campesinato confirma – com as modificações correspondentes – a velha tese bolchevique: arrancar o campesinato da influência da burguesia. Essa é a única garantia de salvação da revolução.

E o campesinato é o representante mais numeroso de toda a massa pequeno-burguesa.

Os nossos socialistas-revolucionários e mencheviques escolheram um papel reacionário: manter o campesinato sob a influência da burguesia, levar o campesinato a uma coligação com a burguesia e não com o proletariado.

A experiência da revolução ensina rápido as massas. E a política reacionária dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques cai na bancarrota: foram derrotados nos soviets de ambas as capitais³¹. A oposição “de esquerda” cresce em ambos os partidos democráticos pequeno-burgueses. Em Petrogrado, em 10 de setembro de 1917 a conferência da cidade dos socialistas-revolucionários deu uma maioria de dois terços aos socialistas-revolucionários de esquerda, que se inclinam para a aliança com o proletariado e repudiam a aliança (a coligação) com a burguesia.

Os socialistas-revolucionários e os mencheviques repetem a contraposição predileta da burguesia: burguesia e democracia. Mas tal contraposição é tão absurda, no fundo, como a comparação de *puds* com *archines*³².

Há uma burguesia democrática, há uma democracia burguesa: só a ignorância mais completa, tanto em história quanto em economia política, pode negá-lo.

Os socialistas-revolucionários e os mencheviques precisaram da contraposição falsa para encobrir um fato incontestável: entre a burguesia e o proletariado, está a pequena burguesia. Esta, em virtude da sua situação econômica de classe, vacila de forma inevitável entre a burguesia e o proletariado.

³¹ No dia 31 de agosto (13 de setembro) de 1917, o Soviete de Petrogrado, na sua reunião plenária, aprovou pela primeira vez, por maioria de votos (279 a favor, 115 votos contra e 50 abstenções), uma resolução proposta pelos bolcheviques que rejeitava de forma decidida a política de compromisso com a burguesia. Essa resolução apelava para a passagem de todo o poder para os soviets e traçava um programa de reformas revolucionárias no país. Alguns dias depois, o Partido Bolchevique alcançou outra grande vitória: em 5 (18) de setembro, o Soviete de Deputados Operários e Soldados de Moscou aprovou por maioria (355 votos a favor) uma resolução semelhante proposta pelos bolcheviques.

³² Antigas medidas russas de peso e comprimento respectivamente. (NdoE)

Os socialistas-revolucionários e os mencheviques empurram a pequena burguesia para a aliança com a burguesia. Nisso está a essência de toda a sua “coligação”, de todo o ministério de coligação, de toda a política de Kerensky, semidemocrata-constitucionalista típico. Em meio ano de revolução, essa política sofreu uma bancarrota completa.

Os democratas-constitucionalistas rejubilam: a revolução, dizem eles, foi à bancarrota, a revolução não venceu nem a guerra nem a ruína.

É falso. Foram os democratas-constitucionalistas e os socialistas-revolucionários com os mencheviques que foram à bancarrota, pois foi este bloco (aliança) que dirigiu a Rússia durante meio ano, durante meio ano agravou a ruína, complicou e dificultou a situação militar.

Quanto mais completa for a bancarrota da aliança da burguesia com os socialistas-revolucionários e os mencheviques, mais depressa o povo aprenderá. Será mais fácil encontrar a saída justa: a aliança do campesinato pobre, isto é, da maioria dos camponeses, com o proletariado.

10-14 (23-27) de setembro de 1917

PARTE 3

Trotsky e o Programa de Transição

Um programa de ação para a França³³

Leon Trotsky³⁴

1. O fascismo e a guerra nos ameaçam!

Dirigida pela grande burguesia, a França mergulha na desintegração do mundo capitalista. Nos círculos dominantes da sociedade, em todas as instituições do regime, os escândalos se multiplicam: a influência corruptora dos ricos se alastra. Para os trabalhadores, o desemprego crescente; para os pequenos camponeses, a ruína; para os explorados, miséria cada vez maior.

Em agonia, o capitalismo está falindo. A classe dominante só tem um caminho para sair dessa bancarrota histórica – ainda mais miséria para as massas trabalhadoras! Retrocesso em todas as reformas realizadas, mesmo as mais insignificantes! Abolição do regime democrático.

Por todo lado, no mundo inteiro, a ponta de aço da bota fascista se transforma no último recurso do capitalismo desesperado.

O imperialismo, que foi ferido mortalmente pela Revolução Russa de 1917, conseguiu manter sua dominação sobre a sociedade devido à derrota dos partidos proletários durante os dois períodos do pós-guerra: a traição generalizada por parte da social-democracia e a degeneração da Internacional Comunista. As derrotas da Revolução Alemã de 1923, da Revolução Chinesa de 1927 e do proletariado alemão e austríaco em 1933 e 1934³⁵ marcaram os momentos decisivos em que o capitalismo recuperou estabilidade.

No entanto, essas vitórias precárias, conquistadas sem que a antiga classe dominante da atual Rússia soviética conseguisse restabelecer-se, serviram apenas para agudizar a crise

³³ TROTSKY, Leon. *Aonde Vai a França?* São Paulo: Editora Desafio, 1994, pp. 159-174.

³⁴ “Um programa de ação para a França”. *La Vérité*, junho de 1934; *Fourth International*, outubro de 1942: *La Vérité* era o jornal da Liga Comunista da França, seção da Liga Comunista Internacional, precursora da IV Internacional. As principais ideias desse documento, publicado em nome da Liga, foram elaboradas por Trotsky; algumas partes foram ditadas por ele aos secretários nas semanas febris nas quais procurava um lugar para viver, e o supervisionou integralmente. Este programa foi uma resposta à situação pré-revolucionária que se abriu na França depois de 6 de fevereiro de 1934, quando grupos fascistas e reacionários fizeram uma demonstração armada contra o governo de Daladier na Câmara dos Deputados. No dia 12 de fevereiro, os operários franceses responderam com uma greve geral de um dia e manifestações em todo o país. A situação francesa se polarizou rapidamente, e o governo girou à direita; Doumergue substituiu Daladier como primeiro-ministro e prometeu formar um governo “forte”. A ideia de uma frente única contra o fascismo, que tinha sido o eixo da ação da Liga Comunista durante algum tempo, começou a ganhar apoio nos partidos operários de massas e nos sindicatos. O objetivo de “Um Programa de Ação para a França” era esclarecer o conteúdo político e os objetivos da frente única proposta. Pode-se considerar o texto, também, uma primeira versão do *Programa de Transição* adotado em 1938 pela Conferência de Fundação da IV Internacional – ainda que o último seja, evidentemente, de alcance mundial, não se restringindo a apenas um país.

³⁵ Em fevereiro de 1934, o proletariado austríaco lutou heroicamente, de armas nas mãos, contra o regime de Dollfuss, mas foi derrotado.

global. A pressão dos monopólios no mercado mundial se choca, hoje de forma mais violenta e anárquica que nunca, com as fronteiras nacionais e com o princípio da propriedade privada.

Aproveitando-se dos reveses sofridos pelo proletariado na sua marcha revolucionária em direção ao socialismo, a burguesia mundial lança mão de seu último recurso, o fascismo, com o qual faz desesperados esforços para se livrar da classe operária organizada.

Essa é a situação mundial que está empurrando a burguesia francesa para o fascismo.

Mas o fascismo isolado não é ainda a última palavra do capitalismo no seu processo de desintegração. Logo após terminar a luta contra seu inimigo interno, cada imperialismo necessita expandir-se em direção ao exterior. Esta pode ser a causa de uma *nova guerra mundial*. Cinquenta milhões de pessoas sucumbiram no atroz sofrimento trazido pela última guerra e suas sequelas. Na próxima guerra, os operários de todo o mundo serão massacrados de forma brutal, às centenas de milhões. A França, cuja população se mantém numericamente estável, será vítima desse processo mais que qualquer outro país.

Os trabalhadores devem lutar com todas as suas forças contra esses planos criminosos da burguesia!

2. O plano da burguesia francesa

Na tentativa de escapar do caos a que ela mesma submeteu o país, a burguesia francesa começa por encarar a questão monetária. Um setor burguês quer resolver o problema por meio da *inflação*, ou seja, com a emissão de papel-moeda, com a desvalorização dos salários, com a alta do custo de vida e a virtual expropriação da pequena-burguesia. Outro setor confia mais na *deflação*, ou seja, na diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores (com cortes nos salários), ampliação do desemprego, falência dos pequenos produtores agrários e da pequena-burguesia das cidades.

Ambas as alternativas significam mais miséria para os explorados. Optar por um ou por outro desses métodos capitalistas é o mesmo que escolher um instrumento com o qual os exploradores se preparam para degolar os trabalhadores.

O primeiro passo do plano dos capitalistas franceses é o da deflação brutal. Tira-se dos trabalhadores o salário-desemprego, o seguro social fica ameaçado; os salários são reduzidos. Os funcionários públicos começam a sentir-se afetados; os próximos serão os pequenos produtores agrícolas.

Isso não significa que amanhã, se lhe for conveniente, a burguesia não venha a empregar também outro método: o da inflação. A Alemanha hitlerista é um exemplo disso. Os explorados devem opor-se vigorosamente a esse plano burguês!

Os trabalhadores devem responder ao plano de deflação, de redução de seus meios de vida, com seu próprio programa de transformação fundamental das relações sociais através da completa “deflação” dos privilégios e lucros do bando dos Oustric e Stavisky que exploram o país.³⁶ Esse é o único caminho em direção à salvação.

³⁶ *Albert Oustric*, banqueiro francês cujas especulações arruinaram muitos bancos e provocaram, em 1930, a queda do gabinete de Tardieu. *Serge Alexander Stavisky* foi outro banqueiro cujas obscuras operações incluíam vultosas entregas de dinheiro à polícia e a políticos burgueses. Seu misterioso “suicídio”, em janeiro de 1934, foi tão comprometedor para seus amigos do gabinete de Chautemps que o governo caiu. A direita, que tentou o golpe de Estado em 6 de fevereiro de 1934, utilizou muito este escândalo em sua agitação.

3. Abolição do “segredo comercial”

Para encontrar uma solução favorável às massas trabalhadoras, devemos fazer sem demora o implacável balanço da bancarrota capitalista e o inventário das receitas e despesas de todas as classes, de todos os grupos sociais.

Para os proletários, para os explorados de todas as categorias, essa não é uma tarefa difícil. Os salários dos trabalhadores estão registrados nos livros de contabilidade capitalista. Quanto aos gastos, os pequenos comerciantes tomam nota deles semana a semana. As receitas e despesas de camponeses, artesãos, pequenos comerciantes e funcionários de baixa categoria não são segredo para ninguém. Os bancos exploradores fazem estimativas precisas mediante as hipotecas, a taxa de falência dos camponeses!

Mas os capitalistas, os grandes exploradores, guardam seus segredos a sete chaves. Os cartéis, os monopólios, os grandes grupos econômicos, que têm em suas mãos nove décimos da produção total do país, jamais prestam conta de suas negociatas.

Essa máfia exploradora se esconde por trás da santidade do “segredo comercial”.

O segredo comercial não é mais que um artifício para controlar a vida dos pobres e encobrir todas as suspeitas operações bancárias, industriais e comerciais dos ricos, dos Stavisky e dos Wendel, que se ocultam sob o manto do “bem-estar geral” e da “economia nacional”.

Abaixo o segredo comercial! Os que pedem sacrifícios devem começar eles mesmos abrindo seus livros contábeis. Assim ficará evidente sua desonestidade!

4. Controle do sistema financeiro, da indústria e do comércio pelos operários e camponeses!

A democracia burguesa outorgou às massas trabalhadoras um simulacro de controle político sobre seus dirigentes: a urna eleitoral. Enquanto as eleições não a prejudicaram, a burguesia permitiu esse tipo de democracia. Jamais aceitou, em contrapartida, sequer uma sombra de controle sobre sua administração econômica, base da exploração que exerce e que tem como consequência a anarquia, a bancarrota e a miséria das massas.

O acionista parasita tem o direito de saber como funciona o negócio que o enriquece. O operário, o produtor explorado, só tem o direito de obedecer e manter a boca calada, já que é uma mera parte do maquinário.

Mas os trabalhadores querem conhecer todas as partes da máquina. Só eles podem julgar seu funcionamento. No lugar da administração capitalista, estabeleceremos o implacável controle do povo trabalhador.

Os comitês de fábrica, os comitês de camponeses, os comitês de pequenos funcionários e de servidores – com a ajuda de técnicos, engenheiros e contadores honestos leais ao povo trabalhador – podem facilmente acabar com esse “segredo comercial” dos exploradores. Com esse método, devemos estabelecer o *controle público do sistema financeiro, da indústria e do comércio*.

5. Atenção, trabalhadores!

Com este chamado geral, a Liga Comunista luta pelas seguintes medidas favoráveis aos trabalhadores:

a. Jornada semanal de quarenta horas com aumento de salários. O controle operário demonstrará que o nível das forças produtivas permite a redução da jornada de trabalho. Aumento geral de salários às custas dos magnatas do Comitê dos Forges, do Comitê dos Houillères, dos Finalys, dos Schneiders e dos Staviskys, para benefício moral e material do povo trabalhador.

b. Previdência social verdadeira e, acima de tudo, seguro-desemprego, férias anuais de um mês no mínimo e aposentarias que permitam sobreviver depois dos cinquenta anos de idade.

c. Salário igual para trabalho igual. Abolição da superexploração imposta às mulheres, aos jovens, aos estrangeiros e aos que chegam das colônias.

d. Mesmos salários e direitos trabalhistas dos homens para as mulheres que trabalham! Proteção à maternidade com licenças especiais.

e. Para os jovens, salários iguais aos dos adultos. Ampliação dos estudos e da aprendizagem custeados pelo Estado. Medidas de higiene e saúde pública especiais em seus locais de trabalho.

f. Repúdio a toda e qualquer legislação especial para trabalhadores estrangeiros e das colônias.

6. Nacionalização dos bancos, indústrias-chave e companhias de seguros e transportes

Os bancos atualmente dirigem e controlam toda a economia do país. Mas se o povo trabalhador tomar conta do sistema financeiro e por seu intermédio começar a administrar a indústria, o transporte e o comércio, o nível de vida poderá elevar-se de imediato.

A nacionalização dos bancos, da grande indústria, do transporte e das seguradoras é a condição prévia para que toda a economia se oriente para o bem-estar geral das grandes massas trabalhadoras, de todo o povo.

Essa nacionalização não deve vir acompanhada de nenhuma indenização para os capitalistas, que enriqueceram durante anos e anos com a sangria dos proletários e só foram capazes de oferecer anarquia econômica e miséria.

A nacionalização dos grandes meios de produção e intercâmbio não significa, de modo algum, a liquidação das pequenas empresas agrárias, comerciais e artesanais. Ao contrário, os que estrangulam as pequenas empresas são os grandes monopólios privilegiados.

As pequenas empresas devem ficar em liberdade, e os trabalhadores, uma vez nacionalizados os grandes grupos, poderão ajudar as primeiras. A economia planificada, assentada sobre as imensas riquezas acumuladas pelos bancos, pelos monopólios, pelos cartéis, permitirá o estabelecimento de um plano de produção e distribuição capaz de oferecer aos pequenos produtores compras diretas do Estado, matérias-primas e créditos em condições completamente favoráveis. Desse modo, o campesinato receberia maquinaria agrícola e fertilizantes a baixo preço.

A nacionalização feita pelos trabalhadores significa a destruição dos grandes monopólios privados, o apoio às pequenas empresas, a redistribuição dos produtos em benefício da grande massa dos produtores.

7. Monopólio do comércio exterior

Todo o comércio exterior deve passar às mãos dos Estado. Desse modo, o intercâmbio não estará mais sob controle dos monopólios privados, que regulam as importações e as exportações sem se importar com os interesses do consumidor. Dessa relação entre a produção nacional e o mercado mundial, resultariam incalculáveis benefícios para as grandes massas. Assim, somente o Estado dirigido pelos trabalhadores controlaria realmente todo o comércio exterior para o bem da coletividade.

8. A aliança entre operários e camponeses

O campesinato constitui cerca de metade da população francesa. O Estado proletário deve apoiar-se nos camponeses explorados e nos operários da cidade e do campo. Além das necessidades da classe operária, nosso programa inclui as necessidades das grandes massas rurais.

Afirmamos que nosso objetivo final, como forma mais elevada do progresso, é a coletivização, tanto da agricultura quanto da indústria. No entanto, o proletariado não pode impor essa meta aos camponeses. Só pode facilitar para que eles avancem nessa direção. O proletariado só pode fazer propostas neste sentido, propostas que serão completadas, corrigidas e ampliadas pela experiência conjunta das duas classes igualmente oprimidas pelos exploradores capitalistas. A primeira tarefa que devemos tomar é assegurar aos camponeses uma oportunidade real de determinar seu próprio destino, decidir o uso que farão de suas forças e de suas propriedades, expressar suas preferências por métodos agrícolas, aplicar sua própria capacidade de decisão para escolher o momento em que passarão da economia privada à economia coletiva.

A população rural não é nada homogênea. A classe dominante e seus servís professores ocultam a sete chaves o fato de que uma pequena minoria monopolizou grande parte da terra e concentrou em suas mãos os melhores meios de produção agrícola (máquinas, tratores, gado etc.), sem falar nas linhas de crédito.

Propomos que se lute de imediato para efetivar as seguintes medidas:

a. Igualdade de direito entre operários rurais e urbanos. Leis gerais que regulamentem os contratos, a jornada de trabalho e o dia semanal de descanso, seguridade social (inclusive seguro-desemprego). A legislação trabalhista deve ser estendida totalmente aos trabalhadores rurais.

b. Expropriação das grandes propriedades, campos e granjas-modelo em benefício da agricultura coletiva, das cooperativas e dos pequenos agricultores.

c. Abolição da verdadeira escravidão que são as parcerias. Revisão dos arrendamentos atuais por comitês de trabalhadores rurais eleitos por província.

d. Revisão das hipotecas. Moratória. Suspensão de todos os processos e execuções hipotecárias.

9. Serviços públicos para a coletividade!

As grandes instituições do Estado (correios, alfândega, educação etc.), que exploram vários milhões de operários e servidores, funcionam a serviço do capitalismo. Os escândalos recentes revelam a corrupção que reina entre seus altos funcionários.

Os funcionários governamentais de baixo escalão são explorados por funcionários superiores, corruptos e venais, que utilizam seus cargos para permitir que a classe proprietária esmague ainda mais os trabalhadores.

Temos de fazer uma limpeza profunda. Com a colaboração de todos os explorados, os comitês e sindicatos de servidores efetuarão as mudanças necessárias para criar verdadeiros serviços sociais que funcionem para os trabalhadores.

10. Dissolução da polícia, direitos políticos para os soldados

O governo arranca centenas de milhões de francos dos pobres, dos explorados, do povo em geral, para fazer crescer e armar sua polícia, seus *gardes mobiles* e seu exército. Em outras palavras, não somente para desenvolver internamente a *guerra civil*, mas também para levar adiante a *guerra imperialista*. Os jovens operários mobilizados às centenas de milhares nas forças armadas de terra e de mar estão desprovidos de todos os seus direitos.

Exigimos a destituição dos oficiais e suboficiais reacionários e fascistas, instrumentos do golpe de Estado. Os operários que estão servindo, por outro lado, devem conservar todos os seus direitos políticos e se fazerem representar por comitês de soldados eleitos em assembleias especiais. Dessa maneira, manter-se-ão em contato com a grande massa trabalhadora e unirão suas forças com as do povo organizado e armado contra a reação e o fascismo.

Todas as polícias, executoras da vontade do capitalismo, do Estado burguês e de suas quadrilhas de políticos corruptos, devem ser dissolvidas. A execução das tarefas policiais ficará a cargo das milícias operárias.

Abolição dos tribunais especiais. Eleição de todos os juizes. Extensão dos tribunais de júri a todos os crimes e delitos menores. O povo fará a justiça.

11. Direito de autodeterminação, incluindo o de separação, a todas as nacionalidades

O abusivo Tratado de Versalhes é fonte de males atrozes não somente para os operários de toda a Europa como também para os da nação “vitoriosa”, a França. A defesa das relações internacionais que derivam desse tratado – pelo qual a burguesia anexou a Alsácia-Lorena³⁷ sem recorrer sequer a um plebiscito como o que agora propõe para o Saar³⁸ – *hoje leva à guerra*.

A burguesia francesa não somente oprime indiretamente todo um pedaço da Europa como também explora brutalmente imensas colônias. Para todos esses povos oprimidos pelos grandes capitalistas franceses – pelos Wendel, pelos Michelin, pelos bancos de Paris e outros –, para o povo da Alsácia-Lorena assim como para os da Indochina, Marrocos e Ma-

³⁷ A Alsácia-Lorena é uma região fronteira entre a França, a Alemanha, a Bélgica e a Suíça, da qual a Alemanha se apoderou em 1871, depois de derrotar os franceses na Guerra Franco-Prussiana. Quando a Alemanha foi derrotada na Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes outorgou a região à França. Em nenhuma ocasião os habitantes do território foram sequer consultados.

³⁸ O Saar, no oeste da Alemanha, é uma das bacias carboníferas mais ricas da Europa. No século 18, fazia parte da França, mas o Tratado de Paris de 1815 dividiu a região entre a Prússia e a Bavária. Pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha perdeu o Saar, que ficou sob administração da Liga das Nações, e suas minas de carvão ficaram sob controle da França. No plebiscito de março de 1935, a imensa maioria da população votou a favor da reunificação com a Alemanha, apesar de o país já estar controlado pelos nazistas.

dagascar, exigimos o direito à plena autodeterminação, inclusive com o direito a se separar da França se a isso aspiram.

As massas trabalhadoras deste país não têm *nenhum* interesse em ajudar os bancos franceses a manter sua dominação sobre outros povos. Pelo contrário: ao ganhar simpatizantes e aliados para sua própria luta, os trabalhadores franceses reforçam a luta pela libertação dos povos oprimidos.

12. Contra a guerra! Pelos Estados Unidos Socialistas da Europa!

Para transformar a sociedade e tirá-la do caos, devemos primeiro salvá-la da guerra em que a burguesia haverá de envolvê-la uma vez mais.

Contra as manobras do fascismo alemão, os capitalistas franceses lançaram a política de blocos de Estados que proclamam sua lealdade ao criminoso Tratado de Versalhes. A França utiliza a Liga das Nações, esse conglomerado de aves de rapina burguesas, para encobrir seus atos com um véu de pacifismo. Enquanto isso, descarrega o custo esmagador da corrida armamentista sobre as costas do povo trabalhador. E a mentira “defensiva” acerca da “segurança” permite criar o frenesi chauvinista que lança o país às monstruosas matanças de amanhã.

Os proletários, os camponeses, os pequenos comerciantes, os artesãos e os servidores podem muito bem evitar esse futuro sombrio, estabelecendo suas formas de controle, desmascarando a diplomacia secreta, opondo todo tipo de resistência à preparação da guerra, arrancando o governo das mãos do imperialismo.

Somente a vitória dos trabalhadores revolucionários da França pode eliminar todas as possibilidades de guerra imperialista e libertar os povos escravizados da Europa e das colônias. Os pactos e os tratados ficariam, então, reduzidos a nada. A única solução possível, prevista já em 1919, seriam os *estados unidos socialistas da Europa*.

Contra a política dos blocos imperialistas! Contra a mentira pacifista da Liga das Nações, contra a diplomacia secreta da guerra e a loucura do armamentismo! Por todo o velho continente europeu, dividido, militarizado, manchado de sangue, ameaçado de destruição total por uma nova guerra, elevamos a única bandeira da libertação, a dos *estados unidos operários e camponeses da Europa, a fraternal federação dos estados soviéticos!*

13. Em defesa da União Soviética!

Para todo operário, o primeiro passo na luta contra a guerra consiste em *defender incondicionalmente a União Soviética*, onde a Revolução de Outubro de 1917 criou os grandes alicerces da primeira experiência de ditadura do proletariado, baseada na abolição da propriedade privada dos grandes capitalistas.

A luta contra a União Soviética continua sendo o objetivo fundamental da reação imperialista mundial.

Desmascarando os planos “pacifistas” da burguesia, os trabalhadores franceses estarão lutando pela defesa da União Soviética. Os pactos e tratados não serão um mecanismo de defesa efetivo do proletariado soviético, mas sim a luta pela derrubada da burguesia nos demais países.

A união das repúblicas socialistas da França e da Rússia ampliará a solidariedade proletária internacional. Em contrapartida, não cumprirão o mesmo papel os compromissos com Barthou, Tardieu, Herriot³⁹ e suas quadrilhas imperialistas.

Só essas medidas podem salvar as massas da miséria e guiá-las em direção ao socialismo. A partir de hoje, todos os trabalhadores devem lutar vigorosamente para alcançá-las.

Mais ainda: a ação individual, a atividade de um agrupamento ou outro não bastam para a implementação completa das medidas; elas só serão levadas a cabo por meio do poder estatal, que controla a economia, a política e a cultura de todo o país. Nas mãos de quem está hoje esse poder? Esse é o problema!

14. Abaixo o “Estado autoritário” burguês! Pelo poder operário e camponês

A burguesia começa a executar seu plano de transformação do poder estatal, destinado a eliminar de uma vez por todas a resistência dos operários: cerceamento dos direitos das instituições democráticas eletivas (parlamento e câmaras municipais) e até mesmo supressão total desses direitos já que, mesmo distorcida, ali também se faz sentir a pressão operária.

A burguesia tenta concentrar nas mãos de poucos homens o poder executivo. Esses poucos impõem suas decisões por meio do aparelho administrativo, militar e policial, que é brutal, incontrolável e caro.

O plano burguês de “Estado autoritário”, dirigido contra os explorados, deve ser combatido de frente pela classe trabalhadora. Só os trabalhadores, com vigor revolucionário, tomando o futuro em suas próprias mãos, podem criar de forma enérgica o grande poder que é necessário para salvar a sociedade da oligarquia capitalista que a corrompe e arruína.

A tarefa consiste em substituir o Estado capitalista, que funciona a serviço dos grandes exploradores, pelo Estado proletário dos operários e camponeses. A tarefa significa estabelecer neste país o domínio dos trabalhadores. Declaramos, antes de tudo, que não se trata de uma “modificação” secundária: a dominação desta pequena minoria que é a classe burguesa deve ser substituída pela direção e pelo poder da imensa maioria representada pelos trabalhadores.

Para conseguir isso, é necessária a aliança dos trabalhadores com os camponeses. A reação tenta amedrontar esses últimos com o fantasma da ditadura do proletariado, que os submeteria ao jugo dos operários. Na verdade, o Estado operário não poderá existir enquanto o proletariado estiver isolado dos camponeses.

O exemplo da Revolução de Outubro da Rússia soviética nos ajuda. Na França, no entanto, podemos fazer tudo ainda melhor que nossos irmãos russos e evitar alguns dos erros deles. O nível de desenvolvimento francês é maior, e nos propomos a atuar de acordo com as reais condições de nosso país. A ditadura proletária haverá de estabelecer-se sobre a ba-

³⁹ Jean Louis Barthou (1862-1934) foi o ministro das Relações Exteriores do regime de Doumergue. Ele e o rei Alexandre I da Sérvia foram assassinados em Marselha, em outubro de 1934, logo depois que Barthou, um destacado partidário francês da “segurança coletiva”, conseguiu a admissão da União Soviética na Liga das Nações. André Tardieu (1876-1945) foi o político reacionário a quem o regime de Doumergue encomendou as emendas à Constituição francesa que reforçariam o Estado, recortando os direitos democráticos. Edouard Herriot (1872-1957) era o dirigente do burguês Partido Radical, identificado na década de 1920, principalmente, pela política de buscar aliança com o Partido Socialista, primeira aproximação no sentido da Frente Popular. Sobre ele, Trotsky escreveu “Edouard Herriot, el político de justo médio” (ver *Escritos 1935-1936*. Editorial Pluma, Bogotá, 1979).

se de um programa claro e preciso e de um estreito entendimento do proletariado com os camponeses explorados.

O campesinato se encontra disperso. Essa é uma das causas de sua impotência política, apesar de seu número e de sua importância para a produção. Os camponeses só ficarão mais fortes se se unirem aos operários contra a burguesia.

15. A luta pela comuna operária e camponesa

A aliança entre operários e camponeses só pode acontecer se a classe trabalhadora mostrar sua força, sua iniciativa decidida e sua capacidade para levar adiante este programa. Essa é a razão pela qual devemos, antes de tudo, criar condições para a unidade de ação.

É preciso organizar a *aliança operária dos partidos e dos sindicatos* por meio da unificação das forças de todos os trabalhadores sem exceção. Devemos organizar um comitê nacional da aliança operária, comitês regionais e locais; criar comitês de fábrica eleitos pelos trabalhadores.

O impulso provocado por estes comitês da unidade operária e sua autoridade perante as massas incentivarão os trabalhadores do campo a se organizarem em *comitês camponeses*.

Na luta contra o fascismo, contra a reação e a guerra, o proletariado aceita a ajuda de agrupamentos pequeno-burgueses (pacifistas, Liga pelos Direitos do Homem, Frente Comum etc.), mas as alianças daí resultantes só podem ser de importância secundária. *A tarefa consiste, acima de tudo, em garantir a unidade de ação da própria classe trabalhadora nas fábricas e nos bairros operários dos centros industriais.* A aliança das organizações operárias importantes (Partido Comunista, Partido Socialista, CGT, CGTU⁴⁰, Liga Comunista) não terá maior valor revolucionário se não se orientar para a criação de:

a. comitês de luta que representem as próprias massas (soviets embrionários);

b. milícias operárias sempre unidas na ação, ainda que organizadas pelos diferentes partidos e agrupamentos. Para reforçar de forma equilibrada a luta operária e a camponesa, os comitês operários devem estabelecer estreita colaboração com os camponeses. Transformados em órgãos de defesa popular contra o fascismo, esses comitês da unidade operária e os comitês camponeses vão transformar-se, no decorrer da luta, em organismos diretamente eleitos pelas massas, órgãos do poder operário e camponês. Sobre essa base, o poder proletário será erguido em oposição ao poder capitalista, e a comuna operário-camponesa vai vencer.

16. Por uma única assembleia!

Somos, portanto, firmes partidários do Estado operário-camponês que vai arrancar o poder das mãos dos exploradores. Nosso objetivo fundamental é o de ganhar para este programa a maioria de nossos aliados da classe operária.

Enquanto isso e enquanto a maioria da classe operária continuar apoiando as bases da democracia burguesa, estamos dispostos a defender este programa dos violentos ataques

⁴⁰ A Confederação Geral do Trabalho (CGT) era a principal federação sindical da França, dominada por uma direção reformista. Em junho de 1921, a CGT teve uma ruptura que originou a Confederação Geral do Trabalho Unitária (CGTU), mais radical e também muito menor, que existiu até a reunificação de ambas em 1936.

que vai sofrer por parte da burguesia bonapartista⁴¹ e fascista. Pedimos, no entanto, a nossos irmãos de classe que são afiliados do socialismo “democrático” que sejam fiéis a suas ideias: que não se inspirem nas ideias e métodos da Terceira República, mas nos métodos da Convenção de 1793.⁴²

Abaixo o Senado, eleito por um voto limitado, que transforma o poder do sufrágio universal em mera ilusão!

Abaixo a presidência da República, que serve como disfarçado local de concentração para as forças do militarismo e da reação!

Uma assembleia única deve concentrar o poder legislativo e o executivo. Seus membros seriam eleitos por dois anos, em sufrágio universal para os maiores de 18 anos, sem distinção de sexo ou de nacionalidade. Os deputados seriam eleitos por assembleias locais, com mandatos constantemente revogáveis pelos seus eleitores, e durante o exercício do mandato receberiam salário igual ao de um operário qualificado.

Essa é a única medida que empurraria as massas adiante, em vez de puxá-las para trás. Uma democracia mais ampla facilitaria a luta pelo poder operário.

Se durante a luta implacável contra o inimigo o partido do socialismo “democrático” (SFIO)⁴³, do qual nos separam diferenças irreconciliáveis de doutrina e de método, viesse a ganhar a confiança da maioria, estamos e estaremos sempre preparados para defender um governo da SFIO contra a burguesia.

Não queremos chegar ao nosso objetivo pela via de conflitos armados com outros grupos de assalariados. Queremos chegar a ele como resultado da real democracia operária, com a propaganda e a crítica leal, com o reagrupamento voluntário da grande maioria do proletariado sob a bandeira do verdadeiro comunismo.

Os trabalhadores ligados ao socialismo “democrático” logo compreenderão que tal socialismo não é suficiente para defender a democracia e que essa deve ser reconquistada. O deslocamento do centro de gravidade político do Parlamento para o gabinete, do gabinete para a oligarquia do capital financeiro, gerais e polícia, é um fato consumado. Nem o Parlamento atual nem as novas eleições podem mudar essa situação. Só poderemos defender os tristes despojos de democracia que nos restam e, principalmente, abrir a arena democrática à atividade das massas, aniquilando as forças armadas fascistas que, no dia 6 de fevereiro de 1934, começaram a desarticular o eixo do Estado, coisa que ainda continuam fazendo.

17. A burguesia jamais se renderá voluntariamente

Nunca a burguesia aceitará de bom grado a aplicação de medidas que possam salvar a sociedade do caos. Quer perpetuar todos os seus privilégios, e, para protegê-los, começa a utilizar grupos fascistas.

⁴¹ O bonapartismo foi o tema central dos escritos de Trotsky na década de 1930. Para uma explicação concisa do que se entendia por bonapartismo burguês, leia-se o trabalho “Bonapartismo e Fascismo” nos *Escritos 1934-1935*, tomo VI, vol. 1, Editorial Pluma, Bogotá, 1979.

⁴² Os revolucionários consideram a Terceira República francesa, que começou com a queda de Luís Napoleão em 1870 e durou até a derrota da França pela Alemanha em 1940, a máxima expressão da corrupção e da hipocrisia burguesas. Aqui, compara-se o período com 1793, quando a burguesia ainda era revolucionária.

⁴³ SFIO é a sigla de Seção Francesa da Internacional Operária (Socialista), nome oficial do Partido Socialista. O nome oficial do Partido Comunista era Seção Francesa da Internacional Comunista (SFIC).

Nossa palavra de ordem não é a de confiar a tarefa de desarmar os bandos fascistas do capital financeiro à sua própria polícia. Nós nos negamos a semear a criminosa ilusão de que o governo capitalista realmente desarmará os bandos capitalistas. Os explorados é que devem defender-se contra os capitalistas.

Armas para o proletariado, armas para os camponeses pobres!

Milícia popular antifascista!

Os exploradores, que não passam de uma pequena minoria, vão retroceder antes do desencadeamento da guerra civil; os fascistas e reacionários perderão sua audácia somente quando os trabalhadores estiverem armados e liderarem as massas. Somente procedendo dessa maneira os operários conseguirão que a maior parte dos soldados e marinheiros, filhos do povo trabalhador aos quais nossa propaganda deve permanentemente lembrar suas próprias origens e deveres de classe, seja ganha para a causa dos trabalhadores.

Somente dessa maneira conseguiremos que as massas trabalhadoras se unam contra os oficiais reacionários e fascistas que pretendem usar os soldados e marinheiros contra sua própria classe.

A tarefa é enorme, mas é a única saída! A Liga Comunista aponta o caminho.

A sociedade, que só pode existir graças ao trabalho de vocês, trabalhadores, está apodrecendo porque a burguesia dominante não renuncia a nenhum de seus odiosos privilégios. Para conservá-los, ela prepara bandos fascistas que ameaçam a existência de vocês.

No dia 12 de fevereiro⁴⁴, vocês mostraram seu poder e sua determinação de não se submeter a essa violência. Mas, naquele dia, seus dirigentes os traíram ao não propor palavras de ordem concretas nem perspectivas sérias de luta. Para ter força de verdade, para defender o seu direito à vida, para não continuar trabalhando pelo enriquecimento de uma minoria de exploradores desavergonhados, preparem sua revolução! Unam-se à ação da Liga Comunista!

A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional

Programa de Transição

Leon Trotsky⁴⁵

A mobilização das massas em torno de bandeiras de transição para a preparação da tomada do poder

[...]

Programa mínimo e programa de transição

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desilusão

⁴⁴ 12 de fevereiro foi o dia da greve geral de protesto contra a manifestação fascista de 6 de fevereiro.

⁴⁵ Texto apresentado à Conferência da IV Internacional, mais conhecido como *Programa de Transição* (extratos).

da velha geração, inexperiência da nova). É preciso ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Essa ponte deve conter em si um *sistema de reivindicações transitórias* que parta das atuais condições e consciências de amplas camadas da classe trabalhadora e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A social-democracia clássica, que atuava numa época progressista do capitalismo, dividia seu programa em duas partes independentes uma da outra: o *programa mínimo*, que se limitava a reformas nos quadros da sociedade burguesa; e o *programa máximo*, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o “programa mínimo” e o “programa máximo”, não havia qualquer mediação. A social-democracia tampouco tem necessidade dessa ligação, porque ela só fala de socialismo nos dias de festa.

A Internacional Comunista enveredou pelo caminho da social-democracia na época do capitalismo em decomposição, quando já não é mais possível falar em reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas; quando a burguesia sempre retoma com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação, deflação, preços altos, desemprego, regulamentação policial das greves etc.); quando cada reivindicação séria do proletariado e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia conduzem, inevitavelmente, para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês.

A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste numa reforma do capitalismo, mas em sua derrubada. Seu objetivo político: a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. Entretanto, a solução dessa tarefa estratégica é inconcebível sem a mais atenta atitude em todas as questões de tática, mesmo as pequenas e parciais. Todas as frações do proletariado, todas as camadas, profissões e grupos devem ser levados ao movimento revolucionário. O que distingue a época atual não é o fato de ela liberar o partido revolucionário do trabalho cotidiano, mas o de permitir conduzir essa luta em união indissolúvel com as tarefas da revolução.

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo, na medida em que elas conservaram, ao menos em parte, sua força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais, mas conduz esse trabalho para uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isso ocorre a cada passo –, a IV Internacional faz avançar um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido consiste em dirigir-se cada vez mais aberta e resolutamente contra as próprias bases do regime burguês. O velho “programa mínimo” é constantemente ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária.

Escala móvel de salários e escala móvel das horas de trabalho

[...]

Os proprietários e seus advogados demonstrarão a “impossibilidade de realizar” essas reivindicações. Os pequenos capitalistas, sobretudo aqueles que caminham para a ruína, invocarão, além do mais, seus livros de contabilidade. Os operários rejeitarão categoricamente esses argumentos e essas referências. Não se trata do choque “normal” de interesses

materiais opostos. Trata-se de preservar o proletariado da decomposição, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida e da morte da única classe criadora e progressista e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra! A “possibilidade” ou “impossibilidade” de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças que só pode ser resolvida pela luta. Sobre a base dessa luta, quaisquer que sejam seus sucessos práticos imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista.

Os sindicatos na época de transição

Na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos. [...]

Os bolchevique-leninistas encontram-se nas primeiras fileiras de todas as formas de luta, mesmo naquelas onde se trata somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. Tomam parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar seu espírito de luta. Lutam implacavelmente contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de subjugar o proletariado pela “arbitragem obrigatória” e todas as outras formas de intervenção policial, não somente fascistas, mas também “democráticas”. Somente tendo como base esse trabalho é possível lutar com sucesso no interior dos sindicatos contra a burocracia reformista e, em particular, contra a burocracia stalinista. As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos “revolucionários” como uma segunda edição do partido significam, de fato, a renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui como um princípio inquebrantável: o autoisolamento capitulador fora dos sindicatos de massa, equivalente à traição da revolução, é incompatível com a militância na IV Internacional.

Ao mesmo tempo, a IV Internacional rejeita e condena resolutamente todo tipo de fetichismo sindical, próprio dos trade-unionistas e dos sindicalistas:

a) Os sindicatos não têm e não podem ter programa revolucionário acabado, em virtude de suas tarefas, de sua composição e do caráter de seu recrutamento e, por isso, não podem substituir o partido. A edificação de partidos revolucionários nacionais, seções da IV Internacional, é a tarefa central da época de transição.

b) Os sindicatos, mesmo os mais poderosos, não congregam mais de 20% a 25% da classe operária que, aliás, são suas camadas mais bem qualificadas e melhor remuneradas. A maioria mais oprimida da classe operária só é levada à luta episodicamente, em momentos de um excepcional ascenso do movimento operário. Nesses momentos, é necessário criar organizações *ad hoc* que congreguem toda a massa em luta: os comitês de greve, os comitês de fábrica e, enfim, os sovietes.

c) Enquanto organização das camadas superiores do proletariado, os sindicatos, como o testemunha toda a experiência histórica, compreendendo-se a recente experiência dos sindicatos anarcossindicalistas da Espanha, desenvolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático burguês. Nos períodos agudos das lutas de classes, os aparelhos dirigentes dos sindicatos tendem a se apoderar do movimento de massas com o fim de neutralizá-lo. Isso já acontece em momentos de simples greves, sobretudo quando há greves de massas com ocupação de fábricas que abalam os princípios da propriedade burguesa. Em

tempo de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia se torna particularmente difícil, os líderes sindicais tornam-se habitualmente ministros burgueses.

É por essas razões que as seções da IV Internacional devem se esforçar constantemente não só para renovar o aparelho dos sindicatos, propondo audaciosamente e resolutamente nos momentos críticos novos líderes prontos à luta no lugar dos funcionários rotineiros e carreiristas, mas inclusive criar, em todas as ocasiões possíveis, organizações de combate autônomas que respondam melhor às tarefas da luta de massas contra a sociedade burguesa, sem vacilar até mesmo, caso seja necessário, em romper abertamente com o aparelho conservador dos sindicatos. Se é criminoso voltar as costas às organizações de massa em prol de ficções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas declaradamente reacionárias ou conservadoras disfarçadas (“progressistas”). O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios da marcha para a revolução proletária.

Comitês de fábrica

O movimento operário da época de transição não tem um caráter regular e equilibrado, mas febril e explosivo. As palavras de ordem, assim como as formas de organização, devem estar subordinadas a esse caráter do movimento. Fugindo da rotina como da peste, a direção deve estar de ouvidos atentos à iniciativa das próprias massas.

[...]

A expropriação de certos grupos capitalistas

O programa socialista da expropriação, isto é, da derrubada política da burguesia e da liquidação de seu domínio econômico, não deve, de nenhuma maneira, impedir-nos, no presente período de transição, de reivindicar, apresentando-se a ocasião, a expropriação de certos ramos da indústria entre os mais importantes para a existência nacional ou de certos grupos da burguesia entre os mais parasitários.

Assim, às dolorosas lamentações dos senhores democratas sobre a ditadura das “60 famílias” nos EUA ou das “200 famílias” na França, opomos a reivindicação de expropriação desses 60 ou 200 feudais capitalistas.

Exatamente da mesma forma, reivindicamos a expropriação das companhias monopolistas da indústria da guerra, das estradas de ferro, das mais importantes fontes de matérias-primas etc.

A diferença entre essas reivindicações e a vaga palavra de ordem reformista de “nacionalização” consiste em que:

- 1) rejeitamos a indenização;
- 2) prevenimos as massas contra os charlatões da Frente Popular que, pregando a nacionalização em palavras, continuam de fato agentes do capital;
- 3) conclamamos as massas a contar apenas com sua própria força revolucionária;
- 4) ligamos o problema da expropriação à questão do poder dos operários e camponeses.

A necessidade de lançar a palavra de ordem de expropriação na agitação cotidiana, de maneira fracionada, e não apenas do ponto de vista propagandístico, isto é, sob sua forma

geral, decorre do fato de que os diversos ramos da indústria passam por diversos níveis de desenvolvimento, ocupam funções diversas na vida da sociedade e passam por diferentes estágios da luta de classes. Apenas o ascenso revolucionário geral do proletariado pode colocar a expropriação geral da burguesia na ordem do dia. O objetivo das reivindicações transitórias é preparar o proletariado a resolver esse problema.

A expropriação de certos bancos e a estatização do sistema de crédito

O imperialismo significa o domínio do capital financeiro. Ao lado dos consórcios e dos trustes, e frequentemente acima deles, os bancos concentram em suas mãos o comando real da economia. Na sua estrutura, os bancos refletem, sob forma concentrada, toda a estrutura do capitalismo contemporâneo: combinam tendências de monopólio com tendências de anarquia. Organizam milagres de técnica, empresas gigantescas, trustes poderosos; organizam também a carestia, as crises, o desemprego. Impossível dar um só passo sério na luta contra o despotismo dos monopólios e a anarquia capitalista, que se completam um ao outro em sua obra de destruição, se deixamos os altos comandos dos bancos nas mãos dos abutres capitalistas.

A fim de realizar um sistema único de investimento e de crédito, segundo um plano racional que corresponda aos interesses do povo inteiro, é necessário fundir todos os bancos numa instituição única. Somente a expropriação dos bancos privados e a concentração de todo o sistema de crédito nas mãos do Estado colocarão à disposição desse os meios reais necessários, ou seja, materiais e não apenas fictícios e burocráticos, para a planificação econômica.

A expropriação dos bancos não significa, de nenhum modo, a expropriação dos pequenos depósitos bancários. Pelo contrário: para os pequenos depositantes, o banco único do Estado poderá criar condições mais favoráveis que os bancos privados. Da mesma maneira, apenas o banco do Estado poderá estabelecer para os pequenos agricultores, artesãos e pequenos comerciantes condições de crédito privilegiadas, isto é, baratas. Ainda mais importante, entretanto, é o fato de que toda a economia, sobretudo a indústria pesada e os transportes, dirigida por um único estado-maior financeiro, servirá aos vitais interesses dos operários e de todos os outros trabalhadores.

Entretanto, a estatização dos bancos só dará esses resultados favoráveis se o poder do próprio Estado passar inteiramente das mãos dos exploradores às mãos dos trabalhadores.

Os piquetes operários, os destacamentos de defesa, a milícia operária, o armamento do proletariado

As greves com ocupação de fábricas são a advertência mais séria da parte das massas endereçada não apenas à burguesia, mas também às organizações operárias, inclusive a IV Internacional. Em 1919-1920, os operários italianos apoderaram-se, por iniciativa própria, das empresas, assinalando, assim, a seus próprios “líderes” a chegada da revolução social. Os “líderes” não deram ouvidos a esse sinal. O resultado foi a vitória do fascismo.

As greves com ocupação não são ainda a tomada das fábricas à maneira italiana, mas são um passo decisivo nesse caminho. A crise atual pode acentuar ao máximo o ritmo da luta de classes e precipitar o desenlace. Não se deve, entretanto, acreditar que uma situação revolucionária apareça de uma só vez. Na realidade, sua aproximação será marcada por uma série

de convulsões. A onda de greves com ocupação de fábricas é uma delas. A tarefa das seções da IV Internacional consiste em ajudar a vanguarda proletária a compreender o caráter geral e os ritmos de nossa época e de fecundar a tempo a luta das massas por intermédio de palavras de ordem cada vez mais resolutas e por medidas organizacionais de combate.

O aguçamento da luta do proletariado significa o aguçamento dos métodos de contra-ataque por parte do capital. As novas ondas de greve com ocupação de fábricas podem despertar, e despertarão infalivelmente, enérgicas contramedidas por parte da burguesia. O trabalho preparatório já está em curso nos estados-maiores dos trustes. Infelizes as organizações revolucionárias e o proletariado que, de novo, forem pegos de surpresa!

A burguesia de lugar algum se contenta em utilizar apenas a polícia e o exército oficiais. Nos Estados Unidos, mesmo nos períodos “calmos”, ela mantém destacamentos militarizados de pelegos e quadrilhas armadas particulares nas fábricas. É necessário acrescentar a isso, atualmente, os bandos de nazistas americanos. A burguesia francesa, à primeira aproximação do perigo, mobilizou os destacamentos fascistas semilegais e ilegais até no interior do exército oficial. Bastará que a pressão dos operários ingleses se fortaleça novamente para que imediatamente os bandos de Lorde Mosley dobrem, tripliquem, decupliquem em número e iniciem uma cruzada sangrenta contra os operários. A burguesia dá-se claramente conta de que, na época atual, a luta de classes tende infalivelmente a se transformar em guerra civil. Os magnatas e os lacaios do capital aprenderam muito mais com os exemplos da Itália, da Alemanha, da Áustria, da Espanha e de outros países do que os líderes oficiais do proletariado.

Os políticos da II e da III Internacional, assim como os burocratas do sindicato, fecham conscientemente os olhos para o exército privado da burguesia; caso contrário, não poderiam manter sua aliança com ela vinte e quatro horas por dia. Os reformistas incutem sistematicamente nos operários a ideia de que a sacrossanta democracia está assegurada da melhor maneira quando a burguesia está armada até os dentes e os operários desarmados.

O dever da IV Internacional é acabar, de uma vez por todas, com essa política servil. Os democratas pequeno-burgueses – inclusive os sociais-democratas, os stalinistas e os anarquistas – tão mais fortemente gritam a respeito da luta contra o fascismo quanto mais covardemente capitulam diante dele na realidade. Aos bandos do fascismo, somente podem se opor com sucesso destacamentos de operários armados que sintam atrás de si o apoio de dezenas de milhões de trabalhadores. A luta contra o fascismo começa não na redação de um jornal liberal, mas na fábrica, e termina na rua. Os pelegos e os guardas particulares nas fábricas são as células fundamentais do exército do fascismo. Os piquetes operários de greve são as células fundamentais do exército do proletariado. É de lá que é necessário partir. Por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, é necessário propagar a ideia da necessidade da criação de destacamentos operários de autodefesa. É necessário inscrever essa palavra de ordem no programa da ala revolucionária dos sindicatos. É necessário formar, na prática, os destacamentos de autodefesa em todo o lugar onde for possível, a começar pelas organizações de jovens, e instruí-los no manejo das armas.

A nova onda do movimento de massas deve servir não somente para aumentar o número de tais destacamentos, mas ainda para unificá-los por bairros, cidades, regiões. É necessário dar uma expressão organizada ao ódio legítimo dos operários pelos pelegos e bandos de gangsteres e de fascistas. É necessário lançar a palavra de ordem de milícia operária como única garantia séria para a inviolabilidade de organizações, reuniões e imprensa operárias.

É somente graças a um trabalho sistemático, perseverante, infatigável e corajoso trabalho de agitação e organização, sempre ligado à experiência das próprias massas, que é possível extirpar de sua consciência as tradições de docilidade e passividade; formar destacamentos de combates heroicos, capazes de dar o exemplo a todos os trabalhadores; infringir uma série de derrotas táticas aos bandos da contrarrevolução; aumentar a confiança dos explorados em si mesmos; desacreditar o fascismo aos olhos da pequena burguesia e abrir o caminho da conquista do poder pelo proletariado.

Engels definia o Estado como “destacamentos de pessoas armadas”. O armamento do proletariado é o elemento constituinte indispensável de sua luta emancipadora. Quando o proletariado o quiser, encontrará os caminhos e os meios de se armar. A direção, também nesse domínio, incumbe naturalmente as seções da IV Internacional.

A aliança entre operários e camponeses

O operário agrícola é, no campo, o irmão de armas e o equivalente do operário da indústria. São duas partes de uma só e mesma classe. Seus interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com tais ou quais mudanças, o programa do proletariado agrícola.

Os camponeses (sitiantes, pequenos proprietários) representam outra classe: é a pequena burguesia do campo. A pequena burguesia compõe-se de camadas diversas, desde os semiproletários até os exploradores. É por isso que a tarefa política do proletariado industrial consiste em fazer a luta de classes penetrar no campo. Somente assim poderá separar seus aliados de seus inimigos.

As particularidades do desenvolvimento nacional de cada país encontram sua expressão mais aguda na situação dos camponeses e, parcialmente, da pequena burguesia urbana (artesãos e comerciantes), porque essas classes, por numerosos que sejam aqueles que a compõem, representam, em sua essência, sobrevivências de formas pré-capitalistas de produção. As seções da IV Internacional devem, sob a forma mais concreta possível, elaborar programas de reivindicações transitórias para os camponeses (pequenos proprietários) e a pequena burguesia urbana, correspondentes às condições de cada país. Os operários de vanguarda devem aprender a dar respostas claras e concretas às questões de seus futuros aliados.

Enquanto o camponês for um pequeno produtor “independente”, haverá necessidade de crédito barato, de preços acessíveis para máquinas agrícolas e adubos, de condições favoráveis de transporte e de uma organização honesta de escoamento dos produtos agrícolas. Entretanto, os bancos, os negociantes e trustes pilham o camponês de todos os lados. Somente os próprios camponeses, com a ajuda dos operários, podem pôr um freio nessa pilhagem. É necessário que entrem em cena os comitês de pequenos lavradores que, junto com os comitês operários e os comitês de funcionários de banco, devem tomar nas mãos o controle das operações de transporte, de crédito e de comércio que interessam à agricultura.

Invocando mentirosamente as exigências “excessivas” dos operários, a grande burguesia transforma habilmente a questão dos preços das mercadorias numa cunha que ela logo crava entre os operários e camponeses, entre os operários e a pequena burguesia das cidades. O camponês, o artesão e o pequeno comerciante – diferentemente do operário, do empregado e do pequeno funcionário público – não podem reivindicar um aumento de salário de acordo com o aumento dos preços. A luta burocrática oficial contra a carestia serve apenas para enganar as massas. Os camponeses, os artesãos e os comerciantes devem, entretanto, na condi-

ção de consumidores, imiscuírem-se ativamente, de mãos dadas com os operários, na política de preços. Às lamentações dos capitalistas sobre os custos da produção, do transporte e do comércio, os consumidores responderão: “mostrem-nos seus livros; nós exigimos o controle sobre a política dos preços”. Como órgãos desse controle, deve-se colocar os comitês de vigilância dos preços, formados por delegados de fábricas, de sindicatos, de cooperativas, de organizações de camponeses, da “gente miúda” das cidades, de donas de casa etc.

Nesse caminho, os operários saberão mostrar aos camponeses que a causa dos preços elevados não reside nos altos salários, mas nos lucros desmedidos dos capitalistas e nos desperdícios da anarquia capitalista.

O programa de nacionalização da terra e coletivização da agricultura deve ser elaborado de modo que exclua radicalmente a ideia de expropriação dos pequenos camponeses ou de sua coletivização forçada. O camponês continuará proprietário de seu lote de terra enquanto ele próprio achar necessário e possível. Para reabilitar o programa socialista aos olhos dos camponeses, é necessário denunciar, impiedosamente, os métodos stalinistas de coletivização ditados pelos interesses da burocracia e não pelos interesses dos camponeses ou dos operários.

A expropriação dos expropriadores não significa, também, o confisco forçado da propriedade dos pequenos artesãos e dos pequenos lojistas. Ao contrário, o controle operário sobre os bancos e os trustes e, com maior razão a nacionalização dessas empresas, pode criar para a pequena burguesia urbana condições de crédito, de compra e de venda incomparavelmente mais favoráveis que sob a dominação ilimitada dos monopólios. A dependência do capital privado será substituída pela dependência do Estado, que dará tanto mais atenção a seus pequenos colaboradores e agentes quanto mais firmemente os trabalhadores mantiverem o Estado em suas mãos.

A participação prática dos camponeses explorados no controle dos diversos campos da economia permitirá aos próprios camponeses resolverem a questão de saber se é vantajoso ou não passar ao trabalho coletivo da terra, em que prazos e em que escala. Os operários da indústria comprometem-se a darem, nesse sentido, toda sua colaboração aos camponeses: por intermédio dos sindicatos, dos comitês de fábrica e, sobretudo, do governo operário e camponês.

A aliança que o proletariado propõe, não às “classes médias” em geral, mas às camadas exploradas da pequena burguesia da cidade e do campo, contra todos os exploradores, incluindo os exploradores “médios”, não pode ser fundamentada sobre a coação, mas somente sobre um acordo voluntário, que deve ser consolidado num “pacto” especial. Esse pacto é, precisamente, o programa das reivindicações transitórias, livremente aceito pelas duas partes.

A luta contra o imperialismo e contra a guerra

[...]

Antes de sufocar ou afogar a humanidade em sangue, o capitalismo envenena a atmosfera mundial com os vapores deletérios do ódio nacional e racial. O antissemitismo é atualmente uma das convulsões mais malignas da agonia do capitalismo.

A denúncia intransigente dos preconceitos de raça e de todas as formas e nuances da arrogância e do patriotismo nacionais, em particular do antissemitismo, deve se incorporar ao trabalho cotidiano de todas as seções da IV Internacional como o principal trabalho de educação na luta contra o imperialismo e contra a guerra. Nossa palavra de ordem fundamental continua sendo: “Proletários de todos os países, uni-vos!”

O governo operário e camponês

[...]

A palavra de ordem de “governo operário camponês” é empregada por nós unicamente no sentido que teve em 1917 na boca dos bolcheviques, isto é, como uma palavra de ordem antiburguesa e anticapitalista, mas de nenhum modo no sentido “democrático” que lhes deram mais tarde os epígonos, fazendo dela, que era uma ponte em direção à revolução socialista, a principal barreira nesse caminho.

A todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e nos camponeses e falam em seu nome, nós exigimos que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo operário e camponês. Nesse caminho, prometemos um apoio completo contra a reação capitalista. Paralelamente, desenvolvemos uma incansável agitação em torno às reivindicações transitórias que deverão, do nosso ponto de vista, constituir o programa do “governo operário e camponês”.

É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais? A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isso é, pelo menos, pouco provável. Entretanto, não se deve negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo o caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo essa variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um “governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, fosse estabelecido de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à verdadeira ditadura do proletariado.

É, entretanto, inútil perder-se em conjecturas. A agitação sobre a palavra de ordem de “governo operário e camponês” guarda, em todas as condições, um enorme valor educativo. E não é por acaso: essa palavra de ordem generalizadora segue absolutamente a linha do desenvolvimento político de nossa época (bancarrota e desagregação dos velhos partidos burgueses, falência da democracia, ascensão do fascismo, aspiração crescente dos trabalhadores a uma política mais ativa e mais ofensiva). É por isso que cada uma de nossas reivindicações transitórias deve conduzir sempre à mesma conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, junto com os camponeses, seu próprio poder.

É impossível prever quais serão as etapas concretas da mobilização revolucionária das massas. As seções da IV Internacional devem se orientar de maneira crítica a cada nova etapa e lançar palavras de ordem que impulsionem a tendência dos operários a uma política independente, aprofundando o caráter de classe dessa política, destruindo as ilusões reformistas e pacifistas, reforçando a união da vanguarda com as massas e preparando a tomada revolucionária do poder.

Os soviets

[...]

Os conselhos só podem nascer onde o movimento das massas entra num estágio abertamente revolucionário. Como pivô em torno do qual se unem milhões de trabalhadores na luta contra os exploradores, os conselhos, desde o momento de sua aparição, tornam-se os

rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central. Se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos abrem um período de dualidade de poder no país.

A dualidade de poder é, por sua vez, o ponto culminante do período de transição. Dois regimes, o regime burguês e o regime proletário, opõem-se um ao outro de forma irreconciliável. O choque entre eles é inevitável. Do resultado desse choque depende a sorte da sociedade. No caso de derrota da revolução, a ditadura fascista da burguesia. No caso de vitória, o poder dos conselhos, isto é, a ditadura do proletariado e a reconstrução socialista da sociedade.

Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias

Os países coloniais e semicoloniais, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Apenas havia iniciado a organização de sindicatos, o proletariado chinês foi obrigado a pensar nos conselhos. É neste sentido que o presente programa é plenamente aplicável aos países coloniais e semicoloniais; pelo menos àqueles onde o proletariado já é capaz de possuir uma política independente.

[...]

Contra o sectarismo

Sob a influência da traição e da degenerescência das organizações do proletariado, nascem ou se regeneram, na periferia da IV Internacional, grupos e posições sectárias de diferentes gêneros. Possuem em comum a recusa de lutar pelas reivindicações parciais ou transitórias, isto é, pelos interesses e necessidades elementares das massas tais como são. Preparar-se para a revolução significa, para os sectários, convencerem-se a si mesmos das vantagens do socialismo. Propõem voltar as costas aos velhos sindicatos, isto é, às dezenas de milhões de operários organizados, como se as massas pudessem viver fora das condições da luta de classes real! Permanecem indiferentes à luta que se desenvolve no seio das organizações reformistas, como se pudessemos conquistar as massas sem intervir nesta luta! Recusam-se a distinguir, na prática, a democracia burguesa do fascismo, como se as massas pudessem deixar de sentir essa diferença a cada passo!

Os sectários só são capazes de distinguir duas cores: o branco e o preto. Para não se expor à tentação, simplificam a realidade. Recusam-se a estabelecer uma diferença entre os campos em luta na Espanha pela razão de que os dois campos têm um caráter burguês. Pensam, pela mesma razão, que é necessário ficar neutro na guerra entre o Japão e a China. Negam a diferença de princípio entre a URSS e os países burgueses e se recusam, tendo em vista a política reacionária da burocracia soviética, a defender contra o imperialismo as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro. Incapazes de encontrar acesso às massas, estão sempre dispostos a acusá-las de serem incapazes de se elevar até as ideias revolucionárias.

Uma ponte, sob a forma de reivindicações transitórias, não é absolutamente necessária a esses profetas estéreis, pois não se dispõem, absolutamente, a passar para o outro lado do rio. Não saem do lugar, contentando-se em repetir as mesmas abstrações vazias. Os acontecimentos políticos são para eles ocasião de tecer comentários, mas não de agir. Como sectários, os confusionistas e os fazedores de milagres de toda espécie recebem a cada momento chicotadas da realidade, vivem em estado de continua irritação, queixando-se sem cessar, do “regime” e dos “métodos” e entregando-se a intrigazinhas. Em seus próprios meios exercem ordinariamente, um regime de despotismo. A prostração política do sectarismo apenas completa, como sua sombra, a prostração do oportunismo, sem abrir perspectivas revolucionárias. Na política prática, os sectários unem-se a todo instante aos oportunistas, sobretudo aos centristas, para lutar contra o marxismo.

[...] Aquele que não procura nem encontra o caminho do movimento de massas não é um combatente, mas um peso morto para o Partido. Um programa não é criado para uma redação, uma sala de leitura ou um clube de discussão, mas para a ação revolucionária de milhões de homens. O expurgo das fileiras da IV Internacional do sectarismo e dos sectários incorrigíveis é a mais importante condição dos sucessos revolucionários.

[...]

Somos a IV Internacional

Leon Trotsky

12 de abril de 1938

Estimado camarada⁴⁶

[...]

O SI pode adotar o texto⁴⁷ em princípio, reservando-se o direito de fazer emendas etc., para que possa enviar o texto de imediato a todas as seções. Imagino que alguns elementos talvez possam protestar contra a apresentação “precipitada” do programa. Agora bem, este texto não contém nenhum princípio novo. Ele sintetiza tudo o que dissemos várias vezes.

As questões mais candentes (Espanha, URSS, China) foram discutidas de forma ampla em todas as seções. Sobre esses temas, o texto também não faz outra coisa senão fazer o balanço. Portanto, não acredito que exista nada de precipitado na apresentação do texto.

Destaco que ainda não se trata do programa da IV Internacional. O texto não contém nem a parte teórica, ou seja, a análise da sociedade capitalista e de sua fase imperialista, nem o programa da revolução socialista propriamente dita. Trata-se de um programa de ação para o período intermédio.

⁴⁶ Camille é um dos pseudônimos do alemão Rudolf Klement, militante do Partido Comunista Alemão (KPD). Foi expulso em 1932 e se vinculou à Oposição de Esquerda. A partir de 1935, radicado na França, converteu-se em “secretário administrativo” do Secretariado Internacional e principal organizador da Conferência de Fundação da IV, quando Leon Sedov foi assassinado em fevereiro de 1938. Klement foi assassinado em julho de 1938 e todo o material preparatório da conferência que ele organizava foi roubado pela polícia secreta de Stalin.

⁴⁷ Trotsky se refere à primeira versão do texto do *Programa de Transição*, o qual ele enviou ao Secretariado Internacional.

Parece-me que nossas seções necessitam deste documento. O verdadeiro programa da IV internacional deveria ser elaborado por uma comissão especial criada pela conferência.

Discussões com Leon Trotsky sobre o programa de transição⁴⁸

A presente discussão sobre o projeto do Programa de Transição (que seria aprovado três meses depois, na fundação da IV Internacional) deu-se entre Trotsky e alguns dirigentes do Socialist Workers Party (SWP) dos Estados Unidos. De acordo com a taquígrafa que nela tomou parte, o texto não foi corrigido posteriormente por nenhum dos participantes.

Trotsky – O significado do programa é o significado do partido. O partido representa a classe operária. Compõe-se de uma seleção dos elementos mais conscientes, avançados e devotados à causa do proletariado. Pode ter um papel político e histórico importante sem relação direta com sua força numérica. Pode ser um pequeno partido, falando em termos de números, e representar um grande papel. Por exemplo, na primeira Revolução Russa, de 1905, a fração bolchevique não possuía mais que 10.000 membros, os mencheviques de 10.000 a 12.000 no máximo. Nessa época, pertenciam ao mesmo partido; isso significa que o partido como um todo não possuía mais de 20 a 22.000 membros. Entretanto, o partido dirigiu os soviets, por todo o país, graças a uma justa política e também à sua coesão.

Podemos objetar que a diferença existente entre os russos e os americanos ou qualquer outro país capitalista antigo é que o proletariado russo era um proletariado jovem sem qualquer tradição de sindicalismo ou reformismo conservador. Era um jovem e puro proletariado que tinha necessidade de uma direção e a procurava; ainda que em seu conjunto o partido não contasse mais de 20 a 22.000 membros, ele guiou cerca de 23 milhões de trabalhadores ao combate.

Agora pergunto, o que é o partido? Em que consiste sua coesão? Ora, essa coesão consiste na compreensão comum dos acontecimentos. É essa compreensão que representa o programa do partido. Da mesma forma que os operários não podem trabalhar sem instrumentos, para o partido o programa é o seu instrumento. Sem programa, cada membro do partido vê-se obrigado a improvisar sua ferramenta, a buscar ferramentas improvisadas, uma em contradição com a outra. A vanguarda só pode agir quando se organiza uma concepção comum.

Podemos dizer que não tivemos programa até agora, mas que, apesar disso, agimos. Ocorre que este programa estava formulado em artigos diversos, moções etc. Nesse sentido, o projeto de programa não anuncia uma nova invenção, não é o resultado da redação de um homem apenas, mas o resultado de um trabalho coletivo elaborado até nossos dias. Este texto é absolutamente indispensável para dar aos camaradas uma ideia da situação, uma compreensão comum. Os pequenos burgueses, os anarquistas e os intelectuais têm medo de conferir a um partido ideias comuns, uma ação comum. Por outro lado, desejam um programa moral.

⁴⁸ A questão do programa. Editora Kairós, 1978.

Para nós, esse programa só pode ser o resultado de uma experiência comum. Ele não é imposto a ninguém, pois aqueles que se ligam ao partido o fazem de forma voluntária.

Creio que é importante, a este respeito, salientar o que queremos dizer por liberdade, em oposição a necessidade. É uma concepção pequeno-burguesa muito frequente a de que deveríamos ter uma individualidade livre. Trata-se de uma ficção, de um erro. Não somos livres. Não possuímos o livre arbítrio no sentido que lhe confere a filosofia metafísica. Quando desejo beber um copo de cerveja, ajo como um homem livre, mas não invento a necessidade da cerveja. Esta vem de meu próprio organismo, eu nada mais sou que o executor. À medida, porém, que compreendo as necessidades da minha natureza e as satisfaço de forma consciente, tenho então a sensação de ser livre, isto, é, a liberdade mediante a compreensão da necessidade. A justa compreensão das necessidades de minha natureza é a única real liberdade que é dada aos animais em todas as questões, e o homem é um animal. A mesma coisa é válida para a classe operária. O programa para a classe operária não pode cair do céu, a ele não podemos chegar senão mediante a compreensão de sua necessidade. Em um caso tratou-se da necessidade de meu organismo, no outro trata-se da necessidade da sociedade. O programa é a expressão da necessidade que aprendemos a compreender e, como essa necessidade é a mesma para toda a classe operária, podemos chegar a uma compreensão comum das tarefas. A compreensão comum dessa necessidade é o programa.

Podemos ir mais longe e dizer que a disciplina de nosso partido deve ser muito estrita, porque constituímos um partido revolucionário, que deve fazer frente a inimigos poderosos e conscientes de seus interesses, sobretudo hoje, quando não somos mais atacados somente pela burguesia, mas, igualmente, pelos stalinistas que são os agentes burgueses mais odiosos. Uma disciplina absoluta é indispensável, mas ela só pode provir de uma compreensão comum. Se essa disciplina é imposta de fora, torna-se um jugo. Se ela provém da compreensão, trata-se da expressão da personalidade; de outra forma, trata-se de uma imposição. Se provém da compreensão nada mais é do que a expressão de minha livre individualidade e não uma oposição entre a vontade pessoal e o partido, pois eu a executo de forma espontânea.

Essa base é a mesma para o programa. Ele não pode adquirir uma base política e moral segura se não o compreendemos a fundo.

Por que o projeto de programa não está completo?

O projeto de programa não é um programa completo. Podemos dizer que há coisas que faltam neste projeto e coisas que, por sua própria natureza, a ele não dizem respeito. Os comentários não dizem respeito ao programa. Ele contém não apenas palavras de ordem, mas também comentários e polêmicas contra seus adversários. Entretanto, não se trata de um programa completo. Um programa acabado deveria oferecer uma análise teórica da sociedade capitalista em sua fase imperialista: as razões da crise, o crescimento do desemprego etc.

No presente projeto, tal análise se encontra apenas resumida de forma breve em sua primeira parte, pois já escrevemos sobre essas questões em livros, artigos etc. Ainda escreveremos mais e melhor. Entretanto, o que está dito no texto basta, tendo em vista as necessidades práticas, pois estamos todos de acordo.

O início do programa não está completo, o primeiro capítulo é apenas uma sugestão e não uma expressão acabada. O final do texto também não está acabado, pois nada falamos a respeito da revolução social, da tomada do poder por intermédio da insurreição, transformação da sociedade em ditadura, da ditadura em sociedade socialista. O projeto de progra-

ma conduz-nos somente à porta de entrada. Trata-se de um programa de ação para nossos dias até o início da revolução socialista.

E do ponto de vista prático, o que é na atualidade mais importante, é sabermos como podemos dirigir as diferentes camadas do proletariado no caminho da revolução social. Ouvi dizer que os camaradas de Nova Iorque começaram agora a organizar grupos no sentido não apenas de estudar e criticar o projeto de programa, mas, igualmente, no de criar os meios para apresentar o programa às massas. Acredito que se trata do melhor método que nosso partido possa utilizar.

O programa nada mais é do que uma primeira aproximação. Da maneira como se apresenta para a próxima conferência internacional, ele é muito geral. Exprime a tendência geral do desenvolvimento mundial. Há um pequeno capítulo sobre os países coloniais e semi-coloniais, um capítulo sobre os países fascistas, outro sobre a URSS e assim por diante. É evidente que as características gerais da situação mundial são parecidas, pois todas sofrem a pressão da economia imperialista, mas cada país possui suas condições particulares e uma política realista deve começar por considerar essas condições particulares em cada país e, mesmo, em cada região do país. Eis a razão pela qual um estudo bastante sério do programa é a primeira tarefa de cada camarada nos Estados Unidos.

Existem perigos quando se elabora um programa. O primeiro é o de se manter apenas em linhas gerais abstratas e de repetir as palavras de ordem gerais sem qualquer relação com os sindicatos locais. Essa é a orientação do sectarismo abstrato.

O outro perigo é o oposto, isto é, adaptá-lo demais às condições locais e específicas, não levar em conta, da maneira devida, a linha revolucionária geral. Acredito que, nos Estados Unidos, o segundo perigo é o mais imediato. A esse respeito, lembro-me em particular do caso do armamento, dos piquetes de greve etc. Alguns camaradas tinham medo que isso não fosse apropriado aos operários etc.

Programa e consciência

Trotsky – É muito importante precisar alguns pontos sobre a questão do programa em geral. Como se constrói um verdadeiro programa? Alguns camaradas dizem que esse esboço de programa não corresponde o suficiente ao estado de espírito e à disposição dos trabalhadores americanos; por isso devemos ver se esse programa deve ser adaptado à consciência dos trabalhadores ou se deve antes corresponder à situação real, econômica e social do país. Essa é a questão mais importante.

Sabemos que a consciência de cada classe social é determinada por condições objetivas, pelas forças produtivas, pela situação econômica do país, mas essa determinação não se faz de forma mecânica. A consciência em geral se atrasa; atrasa-se em relação ao desenvolvimento econômico, e esse atraso pode ser mais ou menos profundo. Em tempos normais, quando o desenvolvimento é lento, quando as coisas progridem pouco a pouco, esse atraso pode não ser catastrófico. Em linhas gerais, esse atraso significa que os trabalhadores não estão à altura das tarefas impostas pelas condições objetivas. Numa época de crise, no entanto, esse atraso pode ser catastrófico. Na Europa, por exemplo, deu origem ao fascismo. O fascismo é o castigo para os trabalhadores quando não conseguem tomar o poder.

Hoje, os Estados Unidos entram numa fase semelhante e sofrem perigos similares. A situação objetiva do país está madura, em todos os pontos de vista, para a revolução socialista

e para a passagem ao socialismo, mais madura que na Europa, mais madura talvez do que em qualquer outro país do mundo; mas o atraso político da classe operária americana é enorme.

Essa análise é o ponto de partida de toda a nossa atividade. O programa deve exprimir as tarefas objetivas dos trabalhadores, e não refletir o seu atraso político. O programa deve dar conta da sociedade tal como ela é, porque ele próprio é um instrumento para lutar contra essa mentalidade atrasada da classe operária e para vencê-la. É por isso que no nosso programa devemos procurar mostrar toda a amplitude da crise social que abala a sociedade capitalista, em cuja primeira linha estão os Estados Unidos. Não podemos nós mesmos fixar os prazos ou modificar as circunstâncias que não dependem de nós. Não podemos garantir que as massas resolverão a crise, mas devemos reproduzir a situação tal como ela se apresenta: essa é a tarefa do programa.

Outra questão é saber como apresentar o programa aos trabalhadores.

É uma questão de pedagogia e de linguagem, de escolha das palavras. A política deve orientar-se somente pela questão essencial, a do desenvolvimento das forças produtivas e do obstáculo a esse desenvolvimento pela forma capitalista de organização da propriedade e o seu resultado, que é o desemprego crescente, a maior das pragas sociais. As forças produtivas já não podem se desenvolver como antes. A ciência e a tecnologia se desenvolvem, mas as forças materiais declinam. Isso significa que a humanidade fica cada vez mais pobre, que o número de desempregados aumenta. A miséria das massas se aprofunda, as dificuldades são cada vez maiores, tanto para a burguesia como para os trabalhadores; a burguesia não tem outra saída senão o fascismo; a crise que se avizinha obriga a burguesia a abolir os últimos vestígios de democracia que ainda existem. O proletariado americano corre um sério risco de pagar com 20 ou 30 anos de purgatório fascista a sua falta de organização, de vontade e de coragem. Será então à custa dos cassetetes de aço que a burguesia ensinará aos trabalhadores americanos o seu dever revolucionário. A América verá a experiência europeia se reproduzir em escala gigantesca. Devemos ter plena consciência disso.

Isso é muito sério, camaradas. Trata-se do futuro que se apresenta aos trabalhadores americanos. Depois da vitória de Hitler, quando Trotsky redigiu o folheto *Aonde vai a França?*, os social-democratas franceses ironizaram: “A França não é a Alemanha.” Mas antes da vitória de Hitler ele tinha escrito inúmeros folhetos para prevenir os trabalhadores alemães, e os sociais-democratas também ironizaram: “A Alemanha não é a Itália.”

Não deram importância a esses alertas. E hoje é a França que está cada vez mais perto de um regime fascista. O mesmo vale para os Estados Unidos. A América tem reservas de gordura, foram essas reservas do passado que permitiram a experiência Roosevelt, mas elas se esgotam... A situação geral é a mesma em todo o mundo, o perigo é o mesmo.

É verdade que a classe operária americana tem uma mentalidade pequeno burguesa, que conhece mal a solidariedade revolucionária, que está habituada a um nível de vida elevado, mas a mentalidade da classe operária americana não corresponde à realidade de nossos dias; reflete as lembranças de um tempo que já passou.

Hoje a situação é totalmente diferente. O que um partido revolucionário pode fazer diante disso? Em primeiro lugar, deve dar uma imagem exata da situação e das tarefas históricas que dela decorrem, estejam os trabalhadores preparados para assumir essas tarefas ou não. As nossas tarefas não dependem do estado de espírito dos trabalhadores, consistem antes em desenvolver a sua consciência. É isso que o programa deve formular e apresentar aos trabalhadores avançados.

Alguns dirão: “De acordo, esse é um programa científico, que corresponde à situação real, mas os trabalhadores não o tomarão para si, e ele permanecerá estéril”. É possível. Mas isso significaria apenas que os trabalhadores seriam esmagados antes que a crise tivesse sido resolvida no sentido da revolução socialista. Se o operário americano não toma para si este programa em tempo hábil, será então forçado a aceitar o programa do fascismo. Quando nos apresentamos diante da classe operária com o nosso programa, não podemos dar nenhuma garantia quanto à sua rejeição ou aceitação pela classe operária. Não podemos assumir essa responsabilidade.

Só podemos assumir a responsabilidade no que diz respeito a nós mesmos.

Devemos dizer a verdade aos trabalhadores, é assim que ganharemos os melhores entre eles. Não sei se esses operários avançados serão capazes de conduzir a classe operária ao poder; espero que sim, mas ninguém pode garantir isso.

Mesmo no pior dos casos, se a classe operária não mobilizar todas as suas forças, todos os seus recursos para a revolução socialista, se cair sob a bota fascista, os operários mais avançados poderão testemunhar: “Aquele partido nos preveniu; portanto, era o melhor”. Será a marca de uma grande tradição que continuará presente na classe operária. Evidentemente, é a pior hipótese. Mas isso demonstra que todos os argumentos levantados contra esse programa, acusando-o de não corresponder à consciência das massas, são falsos e só revelam o medo dos seus partidários perante a situação atual.

De olhos fechados, posso redigir um belo programa cor-de-rosa, que seria aceito por todos. Mas esse programa não corresponderia à situação, e o que é próprio de um programa é corresponder em primeiro lugar à situação objetiva. Creio que esse argumento elementar é definitivo.

A consciência de classe dos trabalhadores está atrasada em relação aos acontecimentos, mas a consciência de classe não é feita dos mesmos materiais que as fábricas, as minas, as ferrovias, e sim de um material bem mais maleável; pode modificar-se rapidamente sob os golpes da crise, sob o peso de milhões de desempregados.

Hoje o proletariado americano tira algumas vantagens de seu atraso político. Pode parecer paradoxal, mas é assim. Os trabalhadores europeus têm uma longa tradição social-democrata, além da tradição da Comintern, e essas tradições são forças conservadoras. Mesmo depois de inúmeras traições, os trabalhadores continuam fiéis às suas organizações, porque essas organizações foram as que, pela primeira vez, os despertaram para a luta, porque lhes deram uma cultura política. Isso é uma desvantagem quando se trata de adotar uma nova orientação. Os trabalhadores americanos têm uma vantagem: na sua grande maioria não estiveram organizados e só agora começam a agrupar-se nos sindicatos. Isso dá ao partido revolucionário a possibilidade de mobilizar os trabalhadores para enfrentar de forma conjunta os ataques advindos da crise econômica.

Qual será a velocidade desses acontecimentos? Ninguém sabe. A única coisa que se pode fazer é dar uma orientação geral. E somente depois de apresentar o programa aos trabalhadores. Naturalmente, é uma questão muito importante; devemos aplicar à política o que sabemos de pedagogia e psicologia de massas para construir uma ponte de acesso ao espírito dos trabalhadores.

Só pela experiência poderemos aprender algo nesse domínio. Durante algum tempo devemos nos esforçar para concentrar a atenção dos trabalhadores sobre um ponto preciso: a escala móvel de salários e das horas de trabalho.

O empirismo dos trabalhadores americanos permitiu aos partidos políticos obter sucessos com uma ou duas ideias essenciais, como o imposto único, o bimetalismo etc. Essas ideias se alastraram no seio das massas como um rastilho de pólvora. Quando as massas percebem que uma panaceia não vale nada, precipitam-se para outra.

Hoje nós podemos propor uma saída viável, sem demagogia, que é parte integrante de nosso programa e corresponde de forma absoluta à situação atual. As estatísticas oficiais anunciam entre 13 e 14 milhões de desempregados.

Na verdade, devemos esperar entre 16 e 20 milhões. Os mais jovens, em especial, estão condenados à miséria. O Sr. Roosevelt insiste na questão das obras públicas. Mas nós queremos que todos tenham trabalho, não só nas obras públicas, mas também nas minas, nas ferrovias etc. Queremos que todos possam viver de forma digna, no mínimo igual aos dias de hoje, e exigimos do Sr. Roosevelt e do seu *brain trust* que organizem o seu programa de obras públicas de modo a que todo mundo possa trabalhar com salários dignos. Isso é possível com a escala móvel de salários e horas de trabalho. Em todos os lugares devemos pensar na melhor forma de expor essas ideias. Em seguida, devemos organizar uma campanha de agitação, de tal modo que todos saibam que esse é o programa do Socialist Workers Party. Penso que devemos concentrar a atenção dos trabalhadores nesse ponto.

Evidentemente, não é o único, mas está totalmente adaptado à situação atual; os outros podem ser acrescentados conforme essa ideia penetre no seio das massas. As burocracias vão opor-se. Se essa ideia penetrar de verdade no seio das massas, as tendências fascistas se organizarão para rebater. Então, vamos explicar a necessidade de desenvolver os piquetes de autodefesa.

Penso que no início os trabalhadores vão assumir essa reivindicação da escala móvel de salário e horas de trabalho. Mas, no fundo, o que significa essa reivindicação? Na realidade, é a descrição do sistema de organização do trabalho na sociedade socialista. O número total de horas de trabalho a prestar dividida pelo número total de trabalhadores. Mas se apresentássemos de uma vez o sistema socialista, seríamos acusados de utópicos pelo americano médio, que dirá que essas ideias são importadas da Europa. Então, apresentamos esse sistema como solução da crise, que garantirá aos trabalhadores o direito de se alimentar, de viver em casas decentes, em condições dignas: é o próprio programa socialista, mas na sua forma mais simples, mais próxima das massas.

Como organizar a campanha por essas reivindicações?

Trotsky – Pode-se imaginar essa campanha da seguinte forma: vocês começam a agitação em Minneapolis, por exemplo. Ganham um ou dois sindicatos para esse programa. Depois enviam delegados a outras cidades, a diversos sindicatos. A partir do momento em que o programa tenha saído do partido para penetrar nos sindicatos, a batalha já estará meio ganha. Devem enviar delegados a Nova Iorque, a Chicago, aos próprios sindicatos. Depois disso, convoquem um congresso especial, o que obrigaria os burocratas sindicais a assumir uma posição a favor ou contra. Então, o debate será público e propiciará ocasiões magníficas para a propaganda.

Esse programa pode ser realizado hoje?

Trotsky – É mais fácil derrubar o capitalismo do que garantir de forma efetiva a escala móvel de salários e horas de trabalho no quadro do sistema capitalista.

Nenhuma de nossas reivindicações será alcançada nesse quadro. É por isso que as chamamos de reivindicações transitórias, porque estabelecem uma ponte que nos permite atingir os trabalhadores, e uma verdadeira ponte para ir à revolução socialista. Todo o problema é saber mobilizar as massas para o combate. A questão da divisão entre os trabalhadores e os desempregados, por exemplo, coloca-se nesse quadro. Devemos encontrar a forma de superar essa divisão. A ideia de uma classe à parte, a classe dos desempregados, dos novos párias, é uma ideia que faz parte da preparação ideológica para o fascismo. Se a classe operária não conseguir superar essa divisão, sobretudo no âmbito sindical, o seu destino estará traçado.

Muitos camaradas não conseguem compreender: porque essa reivindicação não pode ser satisfeita?

Trotsky – É uma questão muito importante. Este programa não é fruto da invenção de um homem. Ele decorre da longa experiência dos bolcheviques. Repito: este programa é a concretização da experiência coletiva dos revolucionários. É a aplicação dos velhos princípios à situação atual. É preciso adaptá-lo à situação objetiva, e não considerá-lo como estando gravado de forma definitiva no mármore.

Os revolucionários sempre consideram as reformas e as conquistas como subprodutos da luta revolucionária. Se nos contentamos em reivindicar o que podemos obter, a classe dominante nos dará apenas um décimo ou nada.

Se exigimos mais e estamos dispostos a impor as reivindicações, os capitalistas serão obrigados a nos conceder o máximo. Quanto mais combativos e exigentes forem os trabalhadores, mais se pode exigir e obter. As nossas reivindicações não são slogans vazios, mas meios de pressão sobre a burguesia.

No passado, durante o período áureo do capitalismo norte-americano, os trabalhadores conquistaram regalias pelo simples fato de se terem lançado de maneira empírica à luta, com um espírito muito militante.

A situação atual é diferente. Os capitalistas não têm à sua frente uma situação aberta de prosperidade. Não têm nenhum medo das greves, dado o número de trabalhadores que estão à espera de emprego. É por isso que o programa deve tentar unir as duas partes da classe operária, os trabalhadores e os desempregados. É justamente o sentido da escala móvel de salários.

Classe, partido e direção

Leon Trotsky

(agosto de 1940)⁴⁹

Por que o proletariado espanhol foi derrotado?

[...]

Sofismas de traidores

Em julho de 1936 – para não nos referirmos a um período anterior – os operários espanhóis repeliram o assalto dos oficiais que haviam preparado sua conspiração sob a proteção da Frente Popular. As massas improvisaram milícias armadas e criaram comitês operários, os baluartes de sua futura ditadura. As organizações dirigentes do proletariado, por outro lado, ajudaram a burguesia a destruir esses comitês, a reprimir os assaltos dos operários contra a propriedade privada e a subordinar as milícias operárias ao comando da burguesia, além da participação do POUM no governo que assumira a responsabilidade por esse trabalho de contrarrevolução.

O que significa, nesse caso, “imaturidade” do proletariado? Evidentemente, apenas isso: que as massas, apesar de terem escolhido uma linha correta, não puderam romper a coligação de “socialistas”, stalinistas, anarquistas e do POUM com a burguesia. Essa amostra sofista tomou como ponto de partida o conceito de maturidade absoluta, isto é, uma condição perfeita das massas, na qual elas não necessitam de uma direção correta e, mais que isso, são capazes de conquistar o poder contra sua própria direção. Não existe nem pode existir tal maturidade.

Mas por que – objetam nossos sábios – os operários que mostram um instinto revolucionário tão correto e qualidades de luta tão superiores se submetem a uma direção traidora?

Nossa resposta é esta: não houve nenhuma submissão. A linha de ação dos operários separou-se durante todo o tempo da linha da direção, em determinado ângulo. Nos momentos mais críticos, esse ângulo tornou-se 180°. A direção, então, ajudou, de forma direta ou indireta, a submeter os operários pela força armada.

Em maio de 1937, os operários da Catalunha levantaram-se não só sem nenhuma direção, mas também contra ela. Os dirigentes anarquistas – patéticos e desprezíveis burgueses com um disfarce revolucionário barato – repetiram mil vezes em sua imprensa que, se a CNT⁵⁰ tivesse desejado tomar o poder em maio e estabelecer sua ditadura, teria conseguido sem nenhuma dificuldade.

Dessa vez, os dirigentes anarquistas dizem a pura verdade. Na realidade, a direção do POUM marchava rebocada pela CNT, embora cobrindo sua política com uma fraseologia dis-

⁴⁹ Este texto foi encontrado após o assassinato de Trotsky, entre os materiais nos quais trabalhava para a publicação de um artigo. Trotsky responde a um artigo publicado em um jornal francês [*Que Faire?*], o qual discute as causas da derrota da revolução espanhola. O artigo, apesar de identificar a traição stalinista, isentava o POUM (Partido Operário de Unificação Marxista) de qualquer crítica; atribuía a derrota à “falta de maturidade” do proletariado. O jornal, segundo Trotsky, carecia de importância; no entanto, permitia discutir “graficamente os traços fundamentais que prevalecem agora no flanco do pseudomarxismo.”

⁵⁰ Confederación Nacional del Trabajo (CNT): central sindical dirigida pelo anarquismo, majoritária entre os operários de Catalunha.

tinta. Graças a isso, e só a isso, é que a burguesia conseguiu esmagar, em maio, o levante do “imaturo” proletariado espanhol. É preciso não compreender absolutamente nada das relações entre a classe e o partido, entre as massas e a direção, para repetir de forma vazia que as massas espanholas se limitaram a seguir seus dirigentes. A única coisa que se pode dizer é que as massas, que procuravam em todos os momentos encontrar um bom caminho, viram que era superior às suas forças estruturar, no próprio fragor da batalha, uma nova direção que correspondesse às exigências da revolução. Temos diante de nós um processo profundamente dinâmico em que as diferentes etapas da revolução se sucedem rapidamente, em que a direção ou alguns de seus setores desertam rapidamente para o campo do inimigo de classe. E nossos sábios se emprenham em uma discussão puramente estática: por que a classe operária em seu conjunto seguiu a má direção?

A penetração dialética

Existe um aforismo liberal-evolucionista: cada povo tem o governo que merece. A História, no entanto, demonstra que um mesmo povo pode ter, no transcurso de uma época relativamente curta, diferentes governos (Rússia, Itália, Alemanha, Espanha etc.) e, ainda mais, que a ordem desses governos não segue absolutamente na mesma direção do estadismo à liberdade, como imaginavam os liberais-evolucionistas. O segredo está em que um povo é formado por classes hostis entre si, e estas, por sua vez, por camadas diferentes e por vezes antagônicas, cada uma sob uma direção diferente. Além disso, cada povo sofre a influência de outros povos que também são formados por classes. Os governos exprimem a “maturidade” em desenvolvimento de um povo, mas são o produto da luta das diferentes classes e das diferentes camadas dentro de uma mesma classe e, por último, o produto da ação das forças externas (alianças, conflitos, guerras etc.). Deve-se acrescentar a isso que um governo, uma vez tendo se estabelecido, pode durar muito mais que as relações de força que o produziram. É precisamente dessa contradição histórica que surgem as revoluções, os golpes de Estado, as contrarrevoluções etc.

A mesma penetração dialética é necessária quando se trata da direção de uma classe. Imitando os liberais, nossos sábios aceitam de forma tácita o axioma de que cada classe tem a direção que merece. Na realidade, a direção, de nenhum modo, é um simples “reflexo” de uma classe ou o produto de sua própria criação livre. Forja-se a direção no processo dos choques entre diferentes classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro de determinada classe. Uma vez assumido seu papel, a direção, de maneira invariável, eleva-se acima de sua classe, com o que fica predisposta a sofrer pressões e influências de outras classes. O proletariado pode “tolerar” por longo tempo uma direção que tenha sofrido um processo de completa degeneração interna, contanto que ela não tenha tido a oportunidade de evidenciar essa degeneração diante dos grandes acontecimentos. É necessário um grande abalo histórico para aparecer a aguda contradição entre a direção e a classe. Os abalos históricos mais poderosos são as guerras e as revoluções. Precisamente por esse motivo é que, com frequência, a classe operária é pega desprevenida pela guerra e pela revolução. Mas mesmo nos casos em que a velha direção tenha revelado sua corrupção interna, a classe não pode improvisar de imediato uma nova direção se não herdou do período anterior sólidos quadros revolucionários, capazes de aproveitar o colapso do velho partido dirigente. A interpenetração marxista – ou seja, dialética, e não escolástica – das relações entre uma classe e sua direção não deixa pedra sobre pedra da série de sofismas “vulgares” do nosso autor.

Como amadureceram os operários russos

Casanova concebe a maturidade do proletariado como algo puramente estático. Mas durante uma revolução, a consciência de uma classe é o processo mais dinâmico que determina o curso da revolução de forma direta. Era possível, em janeiro de 1917 ou mesmo em março, depois da derrota do tzarismo, responder se o proletariado russo teria “amadurecido” o suficiente para conquistar o poder em oito ou nove meses? A classe operária, nesse tempo, era sumamente heterogênea dos pontos de vista social e político. Durante os anos de guerra, tinha-se renovado em 30 a 40%, mediante o ingresso em suas fileiras de pequeno-burgueses provenientes do campesinato e com frequência reacionários, mulheres e jovens. Em março de 1917, o partido bolchevique continuava sendo uma insignificante minoria da classe operária e, além disso, existiam desacordos dentro do próprio partido. A imensa maioria dos operários apoiava os mencheviques e os “socialistas revolucionários”, isto é, os sociais-patriotas conservadores. A situação ainda era mais desfavorável com respeito ao exército e ao campesinato, devendo acrescentar a isso o baixo nível geral da cultura no campo, a falta de experiência política entre as mais amplas camadas do proletariado, em especial nas províncias, o que isolou os soldados e os camponeses.

Qual era o “ativo” do bolchevismo? Ao começar a revolução, somente Lenin mantinha uma concepção definida e profunda. Os quadros russos do partido estavam dispersos e em um considerável grau de confusão, mas o partido gozava de grande autoridade entre os operários de vanguarda. Lenin gozava de grande autoridade entre os quadros do partido. A concepção política de Lenin correspondia ao desenvolvimento real da revolução e era forçada a cada novo acontecimento. Esses elementos do “ativo” operam maravilhas em sua situação revolucionária quando se torna aguda a luta de classes. O partido alinhou sua política de acordo com a concepção de Lenin que estava em harmonia com o verdadeiro curso da revolução. Graças a ele, encontrou firme apoio de dezenas de milhares de operários de vanguarda. Baseando-se no desenvolvimento da revolução, o partido foi capaz de, em poucos meses, convencer a maioria dos operários da justeza de suas propostas. Essa maioria, organizada em sovietes, foi capaz, por sua vez, de atrair os soldados e os camponeses. Como esse processo dinâmico pode ser encerrado e esgotado numa fórmula sobre a maturidade ou imaturidade do proletariado? Um fator importantíssimo da maturidade do proletariado russo, em fevereiro e março de 1917, foi Lenin. E Lenin não caiu do céu. Personificava a tradição revolucionária da classe operária. Para que os postulados de Lenin pudessem abrir caminho para as massas, era necessário que existissem quadros, ainda que limitados em termos numéricos, no princípio: era necessário que existisse confiança dos quadros em sua direção, uma confiança baseada na experiência passada. Excluir esses cálculos ou substituí-los por uma abstração, a “relação de forças” é simplesmente ignorar a revolução viva. Porque o desenvolvimento da revolução consiste precisamente nas mudanças rápidas e incessantes que sofrem as relações de forças sob o impacto das transformações na consciência do proletariado, na atração que as camadas avançadas exercem sobre as atrasadas, na crescente confiança da classe em sua própria força. A mola vital desse processo é o partido, assim como a mola vital do partido é sua direção. O papel e a responsabilidade da direção numa época revolucionária são enormes.

Relatividade da maturidade

A vitória de outubro é um testemunho valioso da “maturidade” do proletariado. Mas essa maturidade é relativa. Poucos anos depois, esse mesmo proletariado permitiu que a revolução fosse estrangulada por uma burocracia surgida de suas próprias fileiras. A vitória, de nenhum

modo, é o fruto maduro da “maturidade” do proletariado. A vitória é uma tarefa estratégica. É necessário aproveitar as condições favoráveis que uma crise revolucionária oferece para mobilizar as massas; tomando como ponto de partida o nível de sua “maturidade”, é necessário impulsioná-las para a frente, fazê-las compreender que o inimigo não é, de maneira nenhuma, onipotente, que ele está dilacerado por suas contradições e que, por trás de sua imponente fachada, reina o pânico. Se o Partido Bolchevique tivesse fracassado nessa tarefa, não se poderia nem falar no triunfo da revolução proletária. Os soviets teriam sido esmagados pela contrarrevolução e os minúsculos sábios de todos os países teriam escrito artigos dizendo que só visionários sem fundamento poderiam sonhar com a ditadura do proletariado na Rússia, sendo a classe operária, como era, tão pequena em termos numéricos e tão imatura.

[...]

O stalinismo na Espanha

“Mas por que, com todos os diabos – pergunta, como já vimos, o autor – as massas revolucionárias abandonaram seus antigos dirigentes e seguiram o Partido Comunista?”

A questão está colocada de maneira falsa. Não é verdade que as massas revolucionárias tenham abandonado todos os seus antigos dirigentes. Os operários que já estavam vinculados antes às suas organizações específicas seguiram ligados a elas enquanto observavam e verificavam. Os operários, em geral, não rompem tão fácil com o partido que os desperta para uma vida consciente. Além disso, a existência de um acobertamento recíproco das direções na Frente Popular os adormecia: visto que todos estavam de acordo, tudo deveria dar certo. As novas e frescas massas voltavam-se naturalmente para a Comintern, bem como para o partido que havia realizado a única revolução proletária vitoriosa e do qual esperavam que fosse capaz de garantir armas para a Espanha. Além disso, a Comintern era a maior defensora da ideia da Frente Popular; isto inspirava confiança nas camadas operárias inexperientes. Dentro da Frente Popular, a Comintern era a maior defensora do caráter burguês da revolução; isso inspirava confiança na pequena burguesia e em parte na média. Eis por que as massas seguiram o Partido Comunista.

Nosso autor descreve a situação como se o proletariado estivesse diante de uma loja de calçados, escolhendo um par de sapatos. Mesmo essa simples operação, como se sabe, nem sempre é fácil. Com relação a uma nova direção, a escolha é muito mais limitada. Só de forma gradual, tendo por base a própria experiência, mediante diversas etapas, amplas camadas das massas podem chegar a convencer-se de que a nova direção é mais sólida, de maior confiança, mais leal que a anterior. Sem dúvida, durante a revolução, isto é, quando os acontecimentos mudam rápido, um partido fraco pode tornar-se poderoso rápido, sempre que interprete de forma correta o curso da revolução e conte com membros que não fiquem enjoados com frases nem aterrorizados com a repressão. Mas esse partido tem de existir antes da revolução, já que o processo de seleção dos membros requer um tempo considerável do qual não se dispõe durante a revolução.

A traição do POUM

O POUM achava-se à esquerda de todos os partidos da Espanha, pois incluía, indiscutivelmente, elementos proletários revolucionários sem fortes laços anteriores com o anarquismo. Mas foi precisamente esse partido que teve um papel fatal no desenvolvimento da revolução espanhola. Não pôde chegar a converter-se em partido de massas porque, para isso,

era necessário destruir primeiro os velhos partidos, e isso só era possível mediante uma luta irreconciliável, mediante uma implacável denúncia de seu caráter burguês. Mesmo criticando os velhos partidos, o POUM subordinou-se a eles em todas as questões fundamentais. Participou do bloco eleitoral “do povo”; fez parte do governo que dissolveu os comitês operários; entregou-se à luta pela reconstituição dessa coligação governamental; capitulou mais de uma vez diante da direção anarquista; seguiu com esta falsa política sindical; tomou uma atitude vacilante e antirrevolucionária no levante de maio de 1937. [...]

Responsabilidade da direção

A falsidade histórica consiste em descarregar a responsabilidade da derrota das massas espanholas sobre as próprias massas e não nos partidos que paralisaram ou, de forma ingênua, esmagaram o movimento revolucionário das massas. Os representantes do POUM simplesmente negam a responsabilidade dos dirigentes para não assumir sua própria responsabilidade. Essa filosofia impotente, que procura resignar-se diante das derrotas como um elo necessário na cadeia da evolução cósmica, é completamente incapaz de reconhecer – e se nega a fazê-lo – que fatores concretos, tais como programas, partidos e personalidades, foram os organizadores da derrota. Essa filosofia do fatalismo e da depressão é diametralmente oposta ao marxismo como teoria da ação revolucionária.

A guerra civil é um processo em que as tarefas políticas se resolvem por meios militares. Suponhamos que o resultado dessa guerra estivesse determinado pelas “condições das forças de classe” que servem de fundamento a todos os outros fatores políticos. Ora, assim como o cimento de um edifício não diminui a importância das paredes, janelas, portas e teto, também as “condições das forças de classe” não invalidam a importância dos partidos, de sua estratégia, de sua direção. Diluindo o concreto no abstrato, nossos sábios, na realidade, detêm-se na metade do caminho. A solução mais profunda para o problema teria sido declarar que a derrota do proletariado espanhol se deveu ao inadequado desenvolvimento das forças produtivas. Essa explicação é acessível a qualquer burro.

Ao reduzir a zero o significado do partido e da direção, estes sábios negam, em geral, a possibilidade da vitória revolucionária. Porque não existe o menor motivo para esperar condições mais favoráveis; o capitalismo deixou de avançar; o proletariado não cresce em número, pelo contrário, é o exército dos desocupados que cresce; isso, em vez de aumentar, reduz a força do proletariado, atuando de forma negativa sobre sua consciência. Tampouco há motivos para crer que sob o regime capitalista o campesinato seja capaz de adquirir uma consciência revolucionária mais elevada. A conclusão que surge da análise de nosso autor é, pois, um completo pessimismo e afastamento das perspectivas revolucionárias deve-se dizer, para lhes fazer justiça, que eles mesmos não entendem o que dizem.

De fato, as exigências que formulam a respeito da consciência das massas são completamente fantásticas. Os operários espanhóis, bem como os camponeses deram o máximo do que podiam dar como classe numa situação revolucionária. Ao dizer classe, estamos pensando em milhões e dezenas de milhões.

Que Faire? representa simplesmente uma dessas escolas ou seitas que, assustadas pelo curso da luta de classes e pela investida da reação, publicam seus pequenos jornais e seus estudos teóricos num canto à margem do desenvolvimento real do pensamento revolucionário, deixando de lado o movimento de massas.

A repressão da Revolução Espanhola

O proletariado espanhol foi vítima de uma coligação composta por imperialistas, republicanos, socialistas, anarquistas, stalinistas e, mais à esquerda, pelo POUM. Todos eles paralisaram a revolução socialista que o proletariado espanhol havia começado realmente a levar a cabo; não é fácil pôr fim à revolução socialista. Ninguém propôs outros meios que não fossem a repressão impiedosa, o massacre da vanguarda, a execução dos chefes etc. O POUM certamente não queria isso. Queria, por um lado, participar do governo republicano e entrar como uma oposição leal, amante da paz, no bloco geral dos partidos governantes e, por outro lado, estabelecer relações de camaradagem pacíficas, nos momentos em que se tratava de uma implacável guerra civil. Por isso mesmo, o POUM se tornou vítima das contradições de sua própria política. A política mais consistente, no bloco dos partidos governantes, foi a seguida pelos stalinistas. Eles foram a vanguarda militante da contrarrevolução burguesa-republicana.

Queriam eliminar a necessidade do fascismo, demonstrando à burguesia espanhola e do mundo que eles eram capazes, por si mesmos, de estrangular a revolução proletária sob a bandeira da “democracia”. Essa foi, em essência, sua política. Os fracassados da Frente Popular espanhola estão procurando agora descarregar a culpa sobre a GPU [polícia política soviética]. Acredito que nós não podemos ser acusados de brandura para com os crimes da GPU. Muito bem, vemos nitidamente e dizemos aos operários que a GPU atuou, neste caso, somente como o destacamento mais disposto a serviço da Frente Popular. Ali estava a força da GPU, e nisso consistiu o papel histórico de Stalin. Só filisteus ignorantes podem deixar isso de lado, utilizando estúpidas brincadeiras sobre o Diabo-Chefe.

Estes cavalheiros nem sequer se preocuparam com o caráter social da revolução. Os lacaios de Moscou, em benefício da Inglaterra e da França, declararam burguesa a revolução espanhola. Sobre essa fraude, erigiu-se a pérfida política da Frente Popular, política que teria sido completamente falsa mesmo que a revolução espanhola tivesse sido realmente burguesa. Mas, desde o começo, a revolução evidenciou seu caráter proletário de maneira muito mais óbvia que a revolução de 1917 na Rússia. [...]

Victor Serge⁵¹, que se apressa em se comprometer com atitudes frívolas diante de questões sérias, disse que [Andrés] Nin não quis submeter-se às ordens de Oslo ou Coyacán.

Uma pessoa séria pode ser capaz realmente de reduzir a vis piadas o conteúdo de classe de uma revolução? Os sábios do *Que Faire?* não têm nenhuma resposta para essa pergunta nem a compreendem. O que significa o fato de o “imaturo” proletariado espanhol ter fundado seus próprios órgãos de poder, ter-se apoderado das fábricas e tratado de regular a produção, enquanto o POUM procurava, por todos os meios, evitar o rompimento com os burgueses anarquistas que, numa aliança com os burgueses republicanos e com os não menos burgueses socialistas e stalinistas, assaltaram e estrangularam a revolução proletária? Semelhantes “bagatelas” só interessam, evidentemente, aos representantes da “ortodoxia ossificada”. Em troca, os sábios do *Que Faire?* possuem um aparelho especial que mede a maturidade do proletariado e as relações de força, independentemente de todas as questões de estratégia revolucionária de classe.

⁵¹ Victor Serge (1890-1947): Anarquista e depois bolchevique, nascido na França, filho de russos. Foi preso durante a Primeira Guerra Mundial, tendo sido deportado para a Rússia. Criticou a repressão aos socialistas e anarquistas opositores ao governo bolchevique durante a guerra civil, entretanto ao estourar a rebelião na base naval de Kronstadt, apoiou o governo bolchevique. Logo se uniu à Oposição de Esquerda, tendo sido o último de seus membros dentro da URSS a poder criticar publicamente Stalin. Foi preso em 1933, tendo sido solto e exilado em 1936 em decorrência de uma campanha internacional a seu favor. No exílio, incorporou-se à IV Internacional, separando-se dela em 1937 por discordar da linha adotada.